

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL: a mídia como  
ação direta**

**Ana Caroline de Almeida**

**RECIFE  
2006**

**ANA CAROLINE DE ALMEIDA**

**CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL: a mídia como  
ação direta**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior.**

**RECIFE**

**2006**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

A447c Almeida, Ana Caroline de  
Centro de Mídia Independente Brasil: a mídia como ação direta / Ana Caroline de Almeida. – Recife: O Autor, 2006.  
182 f.: il.

Orientador: Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2013.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1, Comunicação. 2. Mídia digital. 3. Internet. 4. Movimentos sociais. I. Pereira Júnior, Alfredo Eurico Vizeu (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2013-112)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor do Trabalho: Ana Caroline de Almeida

Título: Centro de Mídia Independente Brasil – A mídia como Ação Direta

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior.

Banca Examinadora:

---

Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior

---

Paulo Carneiro da Cunha Filho

---

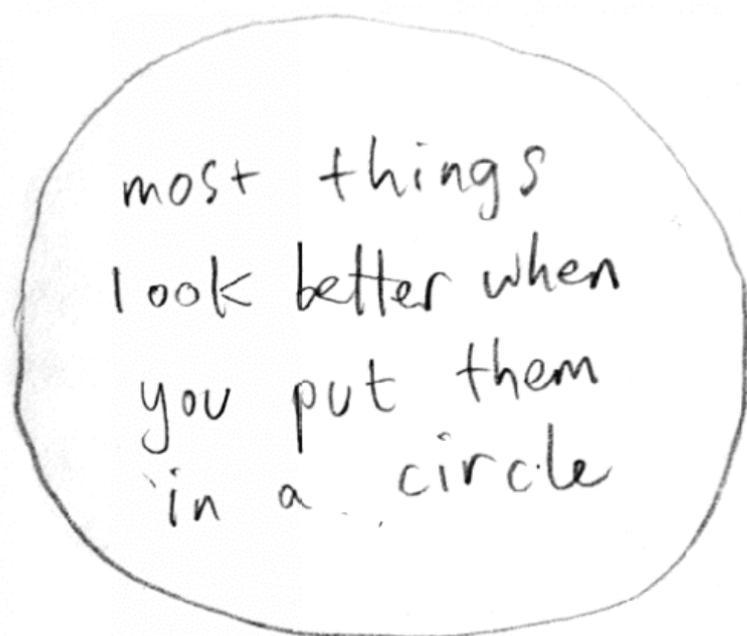
Wellington José de Oliveira Pereira

Recife, 16 de maio de 2006.

***Para a minha mãe, Marilene Melo de Almeida, a professora titular da família.***

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Alfredo Vizeu, que apostou do começo ao fim neste projeto. Aos meus pais, Antonio e Marilene, e minha irmã, Raquel, por acreditarem sempre em mim. A Thiago Soares, por ser a alavanca acadêmica de todo esse processo. Obrigada também a todos os professores do PPGCOM, pelas dicas e experiências trocadas. Agradeço ainda a Schneider Carpeggiani, amigo e irmão caçula, a Valderéz Guimarães, pelo carinho, e a todos os demais amigos que entenderam por que não pude ir a todas as sessões de cinema nesses últimos dois anos.



*(Banksy - artista plástico e ativista londrino)*

## RESUMO

Um centro dentro de uma rede descentralizada. A estrutura do site Centro de Mídia Independente brasileiro revela o quão paradoxal pode ser o fenômeno de novos movimentos sociais que surgiram nos anos 90, quando houve um acesso em massa à internet no mundo. Esta pesquisa estuda precisamente a manifestação de um grupo cujo caráter transnacional faz de sua prática uma constante revisão de paradoxos sobre conceitos de Novos Movimentos Sociais, comunidade e mídia radical. É pela interseção das teorias a respeito desses três eixos que esta pesquisa é realizada, na proposta de identificar até que ponto um grupo que se proclama mídia pode ser, ao mesmo tempo, uma mediação, uma ação direta e uma comunidade com características próprias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade virtual. Internet. Mídia radical. Novos movimentos sociais.

## **ABSTRACT**

A center inside a decentralized net. The structure of the Brazilian Independent Media Center website reveals how paradoxical can be the phenomenon of new social movements that emerged in the 90s, when a massive access to the Internet happened in the world. This research studies precisely the display of a group whose transnational nature transforms its practices in a constant revision of paradoxes about concepts of New Social Movements, community and radical media. It is based on the intersection of these three axis that this research is developed upon. Its main purpose is to identify to what extent a group, which proclaims to be a media can be, at the same time, mediation, direct action and community with its own features.

**KEY-WORDS:** Virtual community. Internet. Radical media. New social movements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Mapa de Centros Indymedia	179
Figura 2	Ônibus pichado em Recife	179
Figura 3	Raging Grannies	180
Figura 4	Independent Media Center	180
Figura 5	Formatação do site CMI – Brasil	181
Figura 6	Exemplos de textos editoriais seguidos de imagens e links	181
Figura 7	Modelo de publicação	182
Figura 8	Bandeira norte-americana com símbolos de várias marcas.	182

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 A REDE INDYMEDIA</b>	21
2.1 CONTEXTO	21
2.1.1 <b>Pré e pós Seattle</b>	22
2.2 O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL	24
2.2.1 <b>Da forma</b>	26
2.2 <b>Do gerenciamento</b>	33
2.2.3 <b>Da reflexividade</b>	35
2.3 EXPERIÊNCIAS COMUNS: CIBERPUNKS, ZAPATISTAS E CIDADÃOS CONECTADOS	37
<b>3 CMI NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	41
3.1 CONTEXTO	41
3.2 PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	43
3.2.1 <b>O paradigma clássico norte-americano</b>	44
3.2.2 <b>Mobilização dos Recursos e Mobilização Política</b>	45
3.2.3 <b>Os Novos Movimentos Sociais: antagonismo e subjetividade</b>	49
3.3 ANTIPODER EM HOLLOWAY E MULTIDÃO EM HARDT E NEGRI	60
3.4 O PAPEL DA INTERNET NAS PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	66
<b>4 CMI COMO COMUNIDADE</b>	70
4.1 POR QUE DISCUTIR COMUNIDADE	70
4.2 COTIDIANO: HÚMUS DA <i>SOCIALIDADE</i>	74
4.3 COMUNIDADE COMO UNIDADE DE PRESSÃO	82
4.3.1 <b>Identidades primárias e secundárias</b>	86
4.3.2 <b>Interações mediadas nas comunidades virtuais</b>	91
<b>5 CMI COMO MÍDIA</b>	96
5.1 MÍDIA: MEIO E MENSAGEM	96
5.2 MÍDIA RADICAL	97
5.3 MÍDIA: ARTEFATO TÁTICO DO COTIDIANO	101
5.4 O CMI FAZ JORNALISMO?	105
<b>6 ANÁLISE DO CORPUS</b>	113
6.1 A MATÉRIA-PRIMA DO CMI	113
6.2 A MATÉRIA-PRIMA PROCESSADA	114
6.3 CASO 1: “MILITÂNCIA E ATIVISMO”	116
6.4 CASO 2: MOÉSIO REBOUÇAS	124
6.5 CASO 3: MANIFESTAÇÕES NA FRANÇA	133
6.6 CASO 4: GRANDE MÍDIA VS. CMI	143
<b>7 CONCLUSÃO</b>	152
<b>REFERÊNCIAS</b>	155
<b>APÊNDICES - ENTREVISTAS</b>	162
APÊNDICE A	162
APÊNDICE B	166
APÊNDICE C	169
APÊNDICE D	172
APÊNDICE E	176
<b>ANEXOS</b>	179

## 1 INTRODUÇÃO

“Odeia a mídia? Seja a mídia!” O slogan maior da rede internacional de sites chamada Indymedia é inspirado em uma das mensagens proferidas pelo ex-vocalista da banda punk Dead Kennedys, Jello Biafra, no disco-discurso<sup>1</sup> batizado com o título “Become the media”, ou seja, “torne-se a mídia”. No caminho entre o “torne-se” de Biafra e o “seja” do Indymedia, foram remodeladas, a partir dos anos 90, formas de manifestar o desejo por mudanças sociais. Essas manifestações estão ancoradas em comunidades e suas representações simbólicas por meio da mídia e mergulhadas em um novo contexto social e político do mundo.

A rede Indymedia, iniciativa de publicação de textos, imagens e sons compartilhados via internet, surgiu em novembro de 1999 para divulgar a movimentação das ruas de Seattle durante os dias da 3ª reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). A ideia era colocar, na web, tudo aquilo que as grandes redes de notícia ignoravam: a quantidade de manifestantes, o teor das manifestações e, por fim, o fracasso da própria reunião em função dos protestos de rua. Em um site aberto, eles disponibilizaram tudo que coletaram, de depoimentos a fotos, vídeos e opiniões de uma maneira geral. Por essa capacidade de articulação entre os movimentos e suas representações simbólicas, a rede Indymedia, ao lado de outras iniciativas de projeção internacional, como o caso do movimento zapatista, tornou-se referência em experiência midiática para jovens grupos de ativistas.

Um ano depois de Seattle, nasce o site Centro de Mídia Independente Brasil (CMI). Ele é criado como parte dessa rede internacional que, nos seus primeiros seis anos de atividade, conseguiu arregimentar mais de 140 centros, como o do Brasil, espalhados em mais de 50 países (*ver mapa de centros do Indymedia na figura 1 em Anexos*). O CMI faz coro a uma nova estratégia de articulação dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), cujo epicentro de debate não mais está concentrado nas lutas de classe, está focado, sim, na luta de identidades coletivas e de reconhecimento dos grupos que, exclusivamente por falta de representação das tomadas de decisões, são classificados como minoritários.

---

<sup>1</sup> Quando passou a investir na carreira solo, Biafra fez alguns discos sem músicas, gravando apenas discursos seus em reuniões.

É no ciberespaço que o grupo se sentirá mais confortável para começar seus trabalhos e conectá-los a outras iniciativas pelo mundo. Nesse ambiente, o centro pode não apenas publicar mais facilmente os fatos que lhe são relevantes, como se comunicar internamente

sem problemas de deslocamento. Apesar de estar ligado a uma série de outras publicações fora da internet e atividades paralelas, como a promoção de oficinas, o CMI parte de seu site para se inserir na rede. No endereço da web, ele se propõe a publicar textos/imagens/sons produzidos não apenas por aqueles que se reúnem periodicamente e se dispõem a trabalhar em função do centro, como das pessoas que apenas frequentam o site. Existe uma política editorial que não só desencoraja, mas separa a manifestação de postagens que agridam essa política interna do grupo. De uma maneira geral, são bem-vindos todos aqueles que se colocam como “anticapitalistas”, termo usado pelo próprio CMI para definir seu amplo raio de atuação. Essa mesma política editorial manifesta o desejo daquilo que serviu de inspiração na criação do primeiro site do Indymedia, em Seattle: manter um meio de comunicação que façam públicas as informações veladas (ou desviadas) pela mídia corporativa.

Além da denominação anticapitalista, o CMI responde a uma série de princípios comuns não apenas à rede da qual faz parte, mas aos movimentos sociais que conseguem, a partir de preocupações locais, inserir-se em pautas globais ou mesmo criá-las, contando, para tanto, com a ajuda imprescindível da internet. (CASTELLS, 2003).

Outras características que não são ideológicas fazem do CMI uma experiência única na vontade de construir uma comunicação mais democrática. São elas: a autocrítica do grupo em referência aos seus objetivos e meios (e consequentes questionamentos internos sobre a natureza do coletivo como uma comunidade); a participação de indivíduos dos mais diversos setores da sociedade (embora, em um contexto de classes, a maioria dos participantes possa ser generalizada como estudantes ou jovens recém-formados de classe média), e o uso da mídia como mais uma das ações promovidas por uma rede internacional de ativistas, entendendo assim a própria mídia como um ato em si.

As práticas empreendidas pelo CMI e por toda a rede Indymedia estão alicerçadas também em um entendimento de que qualquer ação subversiva ao poder hegemônico deve acontecer no plano do dia-a-dia, na apropriação do

cotidiano em função de um projeto maior. Essa percepção é indissociável da própria noção de comunidade que os grupos fazem de si mesmos. A construção do sentir em comum parte, então, de um fator cultural, percebido não mais como um conjunto predeterminado de valores sedimentados no passado, mas como um ser mutante pela vivência do cotidiano. O posicionamento-chave dessas práticas diárias é algo que está também na base do paradigma da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

A produção do CMI, tanto dentro do site quanto nas opiniões trocadas pela maior lista de discussão do grupo, a “Rede CMI-Brasil”, será observada nesta pesquisa a propósito dos cruzamentos entre os conceitos comunidade e de mídia radical dentro do contexto dos NMS. Essas referências servirão para que se identifiquem os primeiros resultados dos cinco anos de atuação do grupo no Brasil e, até certo ponto, os resultados da rede Indymedia de uma maneira geral.

O primeiro site da rede Indymedia surgiu para divulgar uma manifestação que, a partir dos anos 90, ficou conhecida como “ação direta”, prática de ir às ruas demandar por mudanças ou impedir eventos, sem a necessidade da mediação de instituições. No entanto, com o surgimento de outros centros de mídia criados à semelhança do primeiro, e o subsequente surgimento da rede internacional, a cobertura dos chamados Dias de Ação Direta, bem como de outras manifestações pontuais no calendário ativista, deixaram de ser foco estrito do trabalho de vários sites, particularmente aqueles que surgiram em regiões onde os problemas sociais e econômicos exigiam uma abordagem mais cotidiana dos movimentos sociais.

Mas, no lugar de apenas fotografar e relatar a ação, o Centro de Mídia Independente passa a interferir na própria ação, a partir do momento em que, numa manifestação de rua em que se reivindica a existência do Passe Livre para estudantes da Região Metropolitana do Recife, alguém na multidão picha no ônibus: “Estamos aqui. Centro de Mídia Independente.” (ver figura 2 em Anexos) O símbolo do CMI deixa de ser um elemento usado exclusivamente na mídia de um site na internet, e chega às ruas.

A pergunta que esta pesquisa se faz parte desse deslocamento. Pode uma mídia como o CMI ser, ela própria, uma Ação Direta? E, dessa questão, surgem outras derivadas: o CMI é um movimento social que se organiza a partir de um sentimento em comum? Esse sentimento se constitui em uma comunidade?

Existe uma hipótese ampla: a de que a atividade da representação da mídia, quando inserida no contexto dos Novos Movimentos Sociais, é uma ferramenta de ação que se equivale às próprias manifestações. Pois, o seu exercício de mídia não estaria reduzido a observar apenas aquilo que é externo a ela. Na prática de observar também a si própria, ela, a mídia, transforma-se em objeto de análise com características de um movimento social. Ela deixa de existir apenas em função de eventos exteriores, e passa a criar uma dinâmica de construção de realidade que é, por si própria, uma ação direta. Os programas de computador usados pelo grupo, o modelo de votação para tomada de decisões, a organização das reuniões, e todos os demais processos por trás da existência do CMI fazem dele algo que está muito além dos atributos de uma mídia.

Tendo isso posto, o objetivo geral desta pesquisa é, portanto, analisar a partir de que práticas esse grupo se legitima como um movimento social, uma comunidade e uma mídia, campos de estudos que, no caso do Centro de Mídia Independente, não podem ser descolados um do outro.

Para tal trabalho, é preciso entender, primeiro, o produto principal do CMI (sua página na internet) e as formas de relacionamento estabelecidas por quem dele faz parte. São duas perspectivas diferentes e, no entanto, indissociáveis para compreender a formação e origem de grupos semelhantes ao CMI em todo o mundo. Afinal de contas, o centro faz parte de uma rede internacional de mídia e, em um plano ainda mais aberto, o CMI está inserido em novas aproximações dos movimentos sociais anticapitalistas com a mídia.

E, se sua natureza é transversal aos modos como a sociedade se vê representada, impossível seria estudar seu site sem esclarecer sobre quem e por que o produz, do mesmo modo que seria incompleto estudar o grupo sem saber de que maneira ele escoar um modo de pensar e refletir o mundo.

Para compreender o CMI, foi analisado o material atualizado durante um mês no site, o que implica abordar tanto os textos produzidos nos chamados editoriais – material publicado no centro da página –, quanto os comentários postados na barra da direita do site, que podem ser dos voluntários do CMI como podem vir de pessoas que apenas frequentam a página.

Pela opção de analisar não apenas a produção estritamente criada e aprovada pelos voluntários, que são os editoriais, justifico que é exatamente a partir de sua periferia, ou seja, a estreita coluna à direita do site, que o CMI se constrói

como um campo de discussão aberta, onde opiniões divergentes irão, de fato, entrar em choque, criando, assim, uma dinâmica própria de subjetividade crítica.

Quanto ao período selecionado para dar o recorte aos textos tanto dos editoriais quanto do espaço de publicação aberta, o mês de novembro de 2005 foi escolhido por dois fatores: primeiro de proximidade com o ambiente onde a pesquisa ocorreu durante a maior parte do tempo, o estado de Pernambuco. Foi em novembro de 2005 que o pré-coletivo CMI Recife mais trabalhou para manter o site atualizado com notícias referentes ao movimento de estudantes e demais cidadãos que foram às ruas do Recife protestar contra o aumento da tarifa das linhas de ônibus que serviam à Região Metropolitana da capital. Segundo, na mesma época, na França, foi tomada por manifestações que, entre outros problemas, revelaram uma situação muito particular do contexto em que surge o CMI: a marginalização de identidades periféricas (como a dos muçulmanos em Paris) que, com as economias transnacionais, passam a responder a políticas de tolerância com o outro não-europeu e terminam respondendo a esse “tolerar” de forma muitas vezes explosiva.

Além do conteúdo do site, parte do corpus se refere a e-mails selecionados entre um total de 480 e-mails, trocados durante o período de 12 de setembro de 2004 a 2 de dezembro de 2005 pela lista de discussão “Rede CMI Brasil”, ou seja, desde o volume 17, assunto 15 até o volume 32, assunto 2. Essas mensagens foram analisadas porque são expressões da discussão interna que aquece os debates sobre a atuação e os fundamentos do CMI. Explodem nessa lista as questões que, muitas vezes, são coincidentes com as preocupações desta dissertação.

Para complementar esse material, foram realizadas cinco entrevistas com diferentes voluntários do CMI no Brasil. Três voluntários de São Paulo, sendo um deles um dos criadores do site brasileiro da rede Indymedia, um voluntário de Brasília e um do Recife responderam às perguntas do questionário. À exceção da entrevista com o voluntário de Brasília, feita por telefone, as demais conversas foram realizadas pessoalmente.

As entrevistas são de natureza semi-aberta (DUARTE, 2005), ou seja, partem de um roteiro de perguntas previamente elaboradas, o que não impediu a flexibilidade de cada conversa. Todos os entrevistados são informantes-chave, foram escolhidos porque são pessoas envolvidas em vários processos de atuação do CMI.

Uma vez recortado esse corpus, o método de pesquisa adotado para estabelecer relações entre o CMI, movimentos sociais, comunidades e mídia é o do

estudo de caso. A abordagem das informações coletadas foi dividida em quatro tópicos, referentes a debates recorrentes no site e na lista de discussão trocada por e-mails. Cada um desses tópicos será cruzado com as referências teóricas usadas nesta dissertação.

Importante pontuar que, tanto no corpo teórico da pesquisa, quanto a seção referente à análise do corpus, as mensagens recortadas do site ou da lista de discussão mantiveram as abreviações, falhas gramaticais e vícios de linguagem próprios de cada texto. Foram retificados apenas erros de digitação. A maneira como as pessoas escrevem é, nesse caso, parte da mensagem que elas querem passar.

A escolha da metodologia do estudo de caso aconteceu porque é ela a que melhor se enquadra em uma análise multivetorial do objeto. Tendo que cruzar informações tanto de um contexto sociológico, no estudo do grupo como uma comunidade, quanto teorias a respeito de movimentos sociais e mídia, faz-se necessário o uso de uma metodologia em que a “fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. (YIN apud DUARTE, 2005, p.216).

No processo de investigação de um tema tão cheio de entradas ideológicas, a posição de pesquisadora não é das mais fáceis. É natural, e mesmo imprescindível, haver uma identificação com o objeto de estudo. No entanto, procurei me aproximar do objeto com a consciência de nunca interferir em seu processo, ou seja, durante o tempo de pesquisa, exceto pelo pedido de entrevistas com o grupo, não houve a publicação mensagens minhas no site ou na lista de discussão. Algo que, é preciso registrar, dificultou um pouco o acesso às entrevistas com o grupo, que se mostrou em alguns momentos reticente em ceder depoimentos gravados, justificando a quantidade de processos aos quais os mesmos vêm sofrendo nos últimos anos.

Em um ano de trabalho, a rede Indymedia cruzou a fronteira da cidade de Seattle, nos Estados Unidos, e chegou a vários outros pontos do mundo, incluindo o Brasil. Mas não foi apenas por ter conseguido criar um modelo de mídia adaptado às realidades de cada país ou cidade que os Centros de Mídia Independentes tornaram-se, no começo dos anos 2000, um marco do ativismo internacional. Foi, na verdade, pelo caráter de espaço público e de lugar propício para discussões entre pessoas de dentro e de fora dos movimentos sociais que a rede Indymedia passou a ser o centro dos debates sobre novas possibilidades de mídias alternativas à mídia

dos grandes conglomerados de entretenimento, os mesmos que se formaram em um momento simultâneo às criações dos primeiros CMIs.

Porém, antes de desvelar a dimensão e a importância do Centro de Mídia Independente para a pesquisa acadêmica e, por consequência, para a sociedade, é preciso pontuar alguns episódios que, por meio de simbolismos, abrem caminho para se entender por que o CMI foi nos seus primeiros cinco anos um objeto que refletiu e foi refletido no contexto do mundo, que se convencionou chamar de pós-moderno. A começar, portanto, a partir de uma ordem cronológica.

Entre o final de 1986 e o começo de 1987, senhoras com uma média de idade acima dos 50 anos, saíram às ruas da cidade de Victoria, costa oeste do Canadá, fantasiadas de vovós, vestidas com um exagero de cachecóis e chapéus, segurando xícaras de chá e outros artefatos característicos da condição do que a sociedade costumou identificar como “mulheres idosas”. As Raging Grannies<sup>2</sup> (ver figura 3 em Anexos), como ficaram conhecidas, chegaram aos espaços públicos de sua cidade para protestar não exatamente contra a representação das mulheres idosas nessa sociedade. Mas levantaram voz contra tudo que, em suas avaliações, elas julgassem situações de opressão. Do Canadá, o grupo se difundiu também pelos Estados Unidos. Em 2005, cinco membros das Raging Grannies norte-americanas foram levadas a julgamento por terem tentado se alistar no exército do país. A justificativa: elas queriam entrar para as Forças Armadas de modo que seus filhos e netos, que estariam na Guerra do Iraque, pudessem voltar para casa.

Pouco tempo depois, no começo dos anos 90, na Inglaterra, um conjunto de pessoas resolveu criar um grupo cuja intenção era criticar o mau uso dos espaços públicos, particularmente das ruas e estradas, que, segundo eles, deveriam ser tomadas por pessoas e não por asfalto e automóveis. Passaram a se chamar Reclaim the Streets<sup>3</sup> (RTS) e tiveram repercussão e formação de novos grupos em vários pontos do mundo. Uma das características mais fortes do RTS como um movimento social é o constante processo autocrítico pelo qual eles passam.

Em janeiro de 2001, já depois dos primeiros sites da rede Indymedia terem sido criados, é lançada, oficialmente, a ferramenta online Wikipedia, uma “enciclopédia online”, como diz o slogan do site. Trata-se de um conteúdo escrito em várias línguas a partir da colaboração voluntária de pessoas que, livremente, podem

---

<sup>2</sup> “Vovós furiosas”

<sup>3</sup> “Exijam as ruas”

editar informações contidas a respeito dos mais variados assuntos, desde a biografia de um ator de cinema ou as atrações turísticas de uma cidade brasileira, até a descrição e histórico de grupos como as Raging Grannies, o Reclaim the Streets e, claro, a rede Indymedia.

Os três exemplos acima citados contêm elementos que ajudam a entender não apenas o modelo de movimento ao qual o Centro de Mídia Independente responde, mas, principalmente, o motivo pelo qual ele é hoje o espaço que melhor condensa todos os questionamentos e práticas de algo muito maior que a própria rede Indymedia: as táticas de objeção ao poder hegemônico do começo do século XXI.

É pelo aproveitamento dos recursos simbólicos, tais como xales e chás, que o CMI existe. Uma vez que mídia é mediação simbólica entre o sujeito e o objeto, o uso de suas figuras de linguagem é, cada vez mais, necessário para que se crie uma audiência do outro lado que, mesmo não sendo ativa, deve ser atraída pelo elemento cênico do discurso. Ao se alistarem para as Forças Armadas norte-americanas, as senhoras das Raging Grannies queriam passar a mensagem de protesto à instituição da guerra. No lugar de expressar isso diretamente, usaram uma mediação simbólica: o alistamento.

É também a partir de uma incansável revisão de suas metas, táticas e objetivos que o CMI fortalece a si mesmo como um grupo dinâmico, mutante e, principalmente, capaz de construir uma prática da crítica. Assim como o Reclaim the Streets, o CMI passa a existir em função desse processo opinativo em torno de seu próprio eixo. E, tanto no caso das Raging Grannies, quanto no exemplo do Reclaim the Streets, o método de reflexão e ação surge a partir de recursos não-violentos.

Por último, e certamente não menos importante, é em um contexto de democratização da informação a partir da internet que o CMI existe. O modelo do Wikipedia serve como extremo do potencial provocador que a rede Indymedia tem ao ter nascido online. Há três componentes fundamentais do Wikipedia que estão presentes em todos os centros de mídia independente: o questionamento da propriedade intelectual, a partir de um conhecimento compartilhado com licenças que quebram a lógica de mercado do direito de cópia (copyright); a promoção de uma filosofia faça-você-mesmo, com o mecanismo de publicação aberta; e, por fim, a interação mediada, a partir de um deslocamento no espaço e consequência de uma rede de interesses e sentimentos compartilhados.

O Centro de Mídia Independente funciona como um catalisador de experiências que surgiram antes dele, e que aparecem no decorrer de sua prática para questionar sua estrutura, como é o caso do próprio Wikipedia, site que, na sua proposta democrática e construtiva, mostra-se mais eficiente que os programas de publicação aberta, desenvolvidos pela rede Indymedia.

À semelhança do Wikipedia, a rede Indymedia tem objetivo de servir em benefício de um mundo melhor. No entanto, ao contrário do primeiro, a ideia desses centros de mídia espalhados pelo mundo é se transformar em meio e ação dos movimentos sociais. Ao usar o conceito de “ser a mídia” como equivalente à mensagem da “ação direta”, ou seja, sem intermediações, o CMI transforma-se em elemento central para a percepção tanto de novos movimentos sociais, como das mídias que, ora servem a esses movimentos, ora criam suas próprias ações.

Em um país como o Brasil, onde o acesso massivo à internet é, em começo do século XXI, um projeto do futuro, observar os grupos que produzem e acessam o site do CMI revela existir, de fato, uma comunidade transnacional que, mesmo preocupada com questões locais, o faz a partir de uma prática e postura internacional de manifestação. Nesse caso, as particularidades brasileiras dizem mais respeito ao público alvo do site e à ampla geografia de preocupações sociais, do que a um modo particular de produzir mídia. Por ser produzido por jovens, em boa parte vindos de uma classe de médio poder aquisitivo, o CMI brasileiro se vê constantemente em um conflito mais latente nas mídias alternativas que nascem em países economicamente periféricos: a dualidade entre mediar e agir.

Em texto publicado no dia 23 de dezembro de 2005, em referência ao aniversário dos cinco primeiros anos de atuação do CMI no Brasil, o voluntário que se identifica como “Paíque”<sup>4</sup> e a voluntária “Goa” escreveram um balanço da atuação do grupo desde sua fundação. Na auto-reflexão deles, a preocupação mais latente estava entre ser 1) apenas uma “aglutinação de diferentes identidades de movimentos sociais” reunidas “somente para fazer o trabalho de mídia”, deixando, assim, de “assumir-se enquanto agente de ações”, ou 2) um movimento em si, com “uma identidade e um caminho militantes que possibilitem que suas atividades e intervenções assumam o caráter de ação direta”. O duplo caminho indica que essa é mesmo uma questão fundamental para perceber o quão essencial é, tanto para o

---

<sup>4</sup> “Paíque” é um dos entrevistados desta pesquisa.

CMI quanto para outras práticas, o debate sobre o que significa, de fato, a ideia do fim das mediações.

É, portanto, pela potencialidade que tem o CMI de ser um novo modelo de esfera pública, lugar de debate do próprio desenvolvimento dos movimentos sociais, comunidades e mídias, que suas práticas interessam à pesquisa científica e, particularmente, aos estudos na área de comunicação, campo que é, por excelência, o lugar central do certame ativista.

## 2 A REDE INDYMEDIA

### 2.1 CONTEXTO

A história do Centro de Mídia Independente Brasil (CMI) não começa no dia 23 de dezembro de 2000, data em que o site brasileiro da rede Indymedia foi ao ar. Tampouco parte do dia 29 de novembro de 1999, quando em Seattle surge a primeira página da web da mesma rede Indymedia. A narrativa do CMI é um capítulo cuja primeira linha não tem dia registrado e cujo ponto final desconhece tinta que o escreva. Isso porque, assim como todo produto social, o CMI faz parte de um processo, que só existe como uma construção permanente. Há um contexto maior por trás do grupo e uma série de acontecimentos simultâneos ao nascimento da rede Indymedia, que colaboraram para que o grupo fosse criado.

Partindo do contexto macro, pode-se dizer que o centro brasileiro, bem como todos os demais centros da rede, está inserido em um conjunto de ações ligadas ao enfrentamento de poder, à busca por alternativas de vida diante de políticas e economias opressoras. Da perspectiva micro, ou seja, das experiências bastante próximas do Indymedia, o CMI está conectado a grupos que, a partir da internet e do questionamento sobre o direito da propriedade intelectual frente à necessidade de democratizar a informação, começaram nos anos 90, a construir novas maneiras de lidar com a mídia, entendendo esta como algo tão amplo quanto o espaço entre um jornal diário e uma grafiteagem. (DOWNING, 2002).

Antes, porém, de pontuar os paradigmas sociais e citar as atuações paralelas ao CMI, é preciso destrinchar a configuração do objeto de estudo para entender como ele se cerca e se interpreta a partir de processos maiores. Para tanto, serão usadas as informações que, além das entrevistas com integrantes do CMI no Brasil, foram fornecidas pelo próprio site do CMI, pelos relatos de reunião documentados na internet do centro brasileiro, pelos arquivos do Indymedia Documentation Project, pela lista de respostas na página das perguntas mais freqüentes (Frequently Asked Questions) e pela pesquisa empreendida, no Brasil, pelo professor e ativista Adilson Cabral, cuja tese de doutorado esteve centrada nos processos do CMI.

### 2.1.1 Pré e pós Seattle

Verão de 1999, em Colônia, quarta maior cidade da Alemanha. Tudo pronto para o encontro do G8, o grupo dos oito países mais ricos do mundo<sup>5</sup>. No dia 18 de junho, data marcada para a primeira reunião dessa elite política, várias cidades do planeta preparam-se para uma manifestação tão global quanto os interesses na pauta do G7. Na Inglaterra, mais de 20 mil pessoas foram às ruas de Londres. Cerca de 10 mil pessoas levantaram voz na Nigéria e, no foco do encontro, Colônia, 70 mil protestaram. Ao todo, 120 cidades em mais de 40 países<sup>6</sup> organizaram-se para criar uma voz conjunta contra um inimigo em comum: a globalização do capitalismo. O evento ficou popularmente lembrado como o Dia de Ação Global J18.

Nessa mesma ocasião, em Sidney, na Austrália, um grupo de ativistas com conhecimento técnico em programação de computador lança o primeiro modelo de um software de publicação aberta, programa que permitia a qualquer pessoa, conectada à internet de qualquer computador no mundo, publicar arquivos de vários tipos (textos, fotos, vídeos) em um site.

Inverno do mesmo ano, em Seattle, Estados Unidos. No dia 30 de novembro, a cidade foi sede para a 3ª reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes do evento, ativistas de várias partes dos Estados Unidos, bem como de outros países, organizaram uma manifestação de protesto que, àquele ano, só não havia sido maior que os protestos norte-americanos dos anos 60, em decorrência da Guerra do Vietnã. Calcula-se que entre 40 a 100 mil pessoas participaram das atividades nas ruas.

Ciente de que teria poucas e distorcidas chances de representação com a grande mídia, um pequeno grupo desses ativistas alugou uma loja comercial na cidade e recebeu doações que mantiveram a sala com 25 computadores em conexão com a internet. A essa altura, aquele grupo de ativistas australianos já havia passado quatro meses desenvolvendo o software de publicação aberta para colocá-lo em prática de uma maneira bem mais efetiva do que a experiência em Sidney havia permitido. O nome do programa era Active, desenvolvido pela

---

<sup>5</sup>Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia

<sup>6</sup>Números retirados do texto adaptado de uma carta informativa escrita após o J18. Ver LUDD, Ned (Org.). *Urgência das ruas*. São Paulo: Conrad, 2002. p.28.

Community Action Technology, grupo cujo objetivo era dar acesso, hospedar páginas e treinar ciberativistas na Austrália, trabalho desenvolvido desde 1995.

O Active chegou a Seattle para começar uma história. Com o novo programa, a sala alugada pelos ativistas do batizado N30 (novembro, 30) recebeu a visita de cerca de 400 pessoas somente naquele período de manifestações em Seattle<sup>7</sup>. O objetivo delas era manter um site com textos, fotos, vídeos e gravações de áudio, contendo a cobertura que eles próprios estariam fazendo da movimentação em torno da reunião da OMC.

O Independent Media Center (IMC) de Seattle se tornou, então, modelo para que outros centros, em outras cidades do mundo, fossem criados com o mesmo padrão: uma coluna no meio da página, maior, dedicada aos textos elaborados pelos voluntários de cada centro, e duas colunas menores à esquerda e à direita do site (*ver figura 4 em Anexos*), a partir do site Indymedia, que concentra informações de todos os centros da rede.

Apesar de não fazer parte oficialmente de nenhum movimento específico, o IMC começou seu trabalho a partir da prática de protesto nas ruas. De fato, os voluntários do grupo comumente são integrantes de movimentos sociais, membros dos grupos de Ação Direta – manifestações sem a presença de instituições intermediárias, como partidos e sindicatos – e comumente participam dos Dias de Ação Global, grandes reuniões como as de junho e novembro de 99, quase sempre provocadas por encontros de instituições tais como a já citada Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Grupo dos Sete (G7), além do Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), entre outras.

Os primeiros sites que vieram com o nome de Independent Media Centers começaram a produzir conteúdo a partir das coberturas de eventos pontuais como os já citados. Em pouco tempo, no entanto, o que se viu foi um prolongamento das atividades de cada centro em trabalhos centrados no cotidiano de seus respectivos lugares. Até novembro de 2005, mais de 140 centros da rede Indymedia estavam em atividade, disponibilizando, em suas páginas, notícias locais ou globais.

O foco entre o que é ou não é relevante ao Indymedia é amplo. O raio de interesse pode ir desde um protesto com o aumento das passagens de ônibus até a

---

<sup>7</sup>History and Ramifications of the Independent Media Center, Seattle, 1999. Disponível em: <<http://www.socialtechnology.net/node/view/110>>. Acesso em: 31 jan.2006.

cobertura de uma manifestação contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Não existe, também, hierarquia desses assuntos, mas, certamente, há uma maior recorrência de alguns temas a depender do momento e do lugar onde o centro estiver. Enquanto, em alguns países mais desenvolvidos, o foco dos centros pode estar, por exemplo, em políticas do meio-ambiente, em países da América Latina, essa atenção é desviada para políticas públicas.

Para além das prioridades do que entra, ou não, nos sites da rede, está a necessidade de uma comunidade de ativistas midiáticos em criar um campo de trabalho horizontal, descentralizado, participativo e global, como nunca visto antes. A estrutura do Indymedia, a despeito das críticas que ele recebe, consegue reunir esses atributos a partir de duas frentes: a internet e o momento histórico dos movimentos sociais. Da primeira, ele colhe novas formas de relações intermediadas, ferramentas que facilitam e provocam a “atividade” no espaço onde, antes, a “passividade” predominava, e a possibilidade de relativizar ainda mais o “aqui e agora” na construção social da realidade a partir da vivência do cotidiano. Das práticas dos movimentos sociais e da situação histórica que desloca o paradigma de poder do Estado-Nação para um mundo de poderes supranacionais, o Indymedia pede emprestado a postura do pensar local e agir global, e toma ainda para si as propostas de “conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado” (CASTELLS, 2003: p.117) e “mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2003).

## 2.2 O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL

Assim como cada lugar que se vê representado na rede Indymedia, o Brasil tem seus pormenores. As preocupações com o “pensar local” são, naturalmente, distintas daquelas de outros centros e respondem à estrutura social, política e econômica do país. Dois aspectos importantes podem ser sublinhados quanto às singularidades do CMI no Brasil.

O primeiro é vinculado à máxima popular do “Brasil, país de contrastes”, tão cara à reputação do país. Montar, produzir e acreditar nos objetivos de uma rede que se estrutura a partir da internet significa começar um projeto que, no Brasil, teria um alcance reduzido aos 14,1% da população com acesso a uma conexão pelo

computador<sup>8</sup>. Em função disso, os grupos que fazem parte do CMI brasileiro deixam claro que suas atuações devem atravessar a internet e chegar até meios de comunicação mais acessíveis, como jornais e programas de rádio. O próprio CMI explica:

A ideia é aliar as possibilidades técnicas da internet à difusão de informações por meios tradicionais. Assim, por exemplo, são armazenados arquivos de áudio no site que são depois veiculados em rádios livres e comunitárias; alguns coletivos da rede CMI Brasil também elaboram boletins de notícias que são enviados para rádios que o utilizam como base para noticiários radiofônicos comunitários. O mesmo procedimento é utilizado na elaboração de jornais tradicionais, como o “Ação Direta”, ou jornais-poste como o “CMI na Rua” e “O POSTe”.

Apesar de se mostrar preocupado com a inclusão de suas práticas em outros meios que não a internet, e de conseguir alguns bons produtos – principalmente em periódicos impressos –, o CMI ainda trabalha fundamentalmente a partir e pela internet e, segundo o depoimento de voluntário do grupo (*ver Entrevista em Apêndice D*), a média de acesso por dia ao site é de 20 mil pessoas. Por reunir no site as informações coletadas em todo o País, a intensidade de produção é volumosa e diária. Algo que não poderia ser reproduzido em meios “tradicionais”.

O segundo aspecto, particular do Brasil, é o fato de haver um só centro em um país que possui vários núcleos fortes de voluntários do CMI em cidades diferentes. É comum, em vários países que estão no mapa do Indymedia, haver mais de um centro com site na internet. No Brasil, a existência de apenas uma página é resultado de uma decisão conjunta. No último semestre de 2005, por exemplo, o coletivo da cidade de Florianópolis resolveu criar uma página sua no Indymedia. Por decisão conjunta com outros coletivos e com o próprio núcleo de Florianópolis, ficou decidido que a página estaria dentro do domínio do CMI Brasil, servindo assim como um sub-site, hospedado no mesmo endereço eletrônico [www.midiaindependente.org].

---

<sup>8</sup> Dado extraído do Internet World Stats, que atualiza anualmente o ranking de acesso à internet no mundo. Disponível em: < <http://internetworldstats.com/stats2.htm#south> >. Acesso em: 31 jan. 2006.

Naturalmente, além dessas categorias, está o recorte subjetivo de uma realidade brasileira, refletida na escolha dos assuntos mais recorrentes tanto na coluna central do site, quanto na coluna da direita. As características de cada uma dessas colunas, bem como a constituição do grupo que participa do Centro de Mídia Independente, serão listadas abaixo em três partes. A primeira é centrada nas formas adquiridas tanto pelo site quanto pelo conjunto de voluntários do CMI, a segunda está focada no modo de produção e gerenciamento do grupo e, por fim, listam-se os aspectos que dizem respeito ao processo reflexivo que o CMI tem sobre si mesmo.

### 2.2.1 Da forma

A começar pela constituição formal do grupo em questão: o Centro de Mídia Independente Brasil não é: uma corporação, uma organização não-governamental e, naturalmente, não é uma sociedade empresarial. Eles são um grupo sem registro em cartório, que se mantém financeiramente a partir dos próprios voluntários, e de outras organizações (geralmente de entidades ativistas), que, esporadicamente, doam dinheiro ou outros bens ao centro para manutenção do site, publicação de jornais, panfletos, adesivos, camisas, entre alguns dos produtos com a assinatura do CMI.

No Brasil, os voluntários que participam do CMI se organizam em vários subgrupos, chamados por eles de coletivos e pré-coletivos. Juntos, eles formam o centro brasileiro do Indymedia. Um coletivo é um conjunto de pessoas localizadas em uma cidade ou uma região, responsável por fornecer material para a página do CMI, bem como pela criação de produtos paralelos e pela divulgação do propósito da mídia independente em suas localidades. O coletivo tem também poder de veto na publicação de textos editoriais no site brasileiro do Indymedia, material postado no centro da página, produzido pelos voluntários do grupo. Um pré-coletivo tem as mesmas características do coletivo, porém ainda lhe falta organização suficiente para ter autonomia em algumas decisões. Pré-coletivos, por exemplo, não têm poder de veto na publicação de textos editoriais, ou seja, eles não podem barrar qualquer texto para o centro do site, caso objetem-se a ele.

Importante frisar que a reunião de vários coletivos para a criação de um só centro é um procedimento particular brasileiro. A maior parte dos sites do CMI é constituída por apenas um grande coletivo em um centro. No Chile, por exemplo, existem três coletivos, um em Santiago, outro em Valparaíso e o terceiro da região sul do Chile. Cada um deles tem seu próprio site e funciona independente dos outros. Essa peculiaridade do centro no Brasil, que é um país de distâncias continentais, revelará uma presença ainda mais forte da internet na potencialização de uma comunidade CMI.

O primeiro coletivo brasileiro surgiu em São Paulo, mas, logo, a ideia do grupo foi formando outros núcleos do CMI em várias cidades brasileiras. Em cinco anos de atividade, o Centro de Mídia Independente acumulou 12 coletivos (Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Ourinhos, Salvador e São Paulo) e 12 pré-coletivos (ABC, Aracaju, Balneário Camboriú e Itajaí, Blumenau, Cuiabá, Curitiba, Joinville, Juiz de Fora, Recife, São José dos Campos, São Luiz, Vitória). Muitos deles com uma produção paralela ao conteúdo do site, como, jornais e programas de rádio.

Mas apesar de produzir e criar atividades além da internet, é pelo endereço virtual da rede Indymedia que o CMI passa a existir. Aliás, todos os centros do Indymedia só são legitimados como tais quando conseguem criar os sites com o aval e o símbolo do grupo, a letra “i” de “independente” cercada por parênteses, que, nesse caso, indicam uma irradiação tal qual ondas de rádio: ((i)). Para tanto, é preciso que o grupo que esteja disposto a abrir seu próprio site preencha os requisitos listados por dois documentos, chamados de Princípios de União e Critérios de Filiação.

O processo exige, entre outras coisas, que os interessados escrevam uma proposta editorial e um estatuto para seu centro, que preencham um formulário e que provem estar organizados para sustentar e atualizar o site durante tempo indeterminado. O procedimento é necessário porque, mesmo tendo cada um desses centros autonomia na tomada de decisões, eles respondem a uma identidade maior, que existe para dar mais força a cada um dos centros. Como os próprios definem, a criação de uma rede descentralizada serve aos propósitos de um grupo que, para bater de frente com grandes forças econômicas igualmente descentralizadas e globais, precisa reforçar os problemas locais a partir de uma situação global:

A força do CMI como um conceito vem diretamente da sua estrutura organizacional, isto é, uma rede descentralizada de coletivos autônomos, cujos recursos compartilhados permitem a criação de uma infra-estrutura social e digital independente de Estado e forças de mercado. É nossa intenção como um movimento de mídia criar esta estrutura de forma que, por um lado, tenhamos CMIs locais em todo o mundo que sejam autônomos em suas decisões, enquanto, por outro lado, sejamos unidos em uma organização de rede que permite a colaboração em um nível anteriormente restrito aos Estados e interesses corporativos.<sup>9</sup>

O processo de entrada de um centro na rede é público, de modo que o formulário preenchido por cada grupo candidato é disponibilizado em uma lista de discussão aberta.<sup>10</sup> A lista responsável por monitorar esse processo de adesão discute e decide se o grupo pode ou não criar seu próprio site. O aval é obtido por meio de consenso.

A formatação do site do CMI-Brasil [[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)] segue um padrão usado por quase todos os demais sites da rede.

Como demonstra a *figura 5 (ver Anexos)*, ele se apresenta com a seguinte estrutura: uma barra de menu acima da página e três colunas abaixo dessa barra. Na barra de menu, encontram-se os links que introduzem o visitante aos propósitos e à formação do CMI. O tópico “Sobre o CMI” contém um curto texto sobre os objetivos do grupo. Em “Ajuda”, há uma lista de explicações sobre, por exemplo, como publicar no CMI, tópicos de ajuda em html (sigla para HyperText Markup Language, código usado na criação da linguagem hipertextual da internet), endereços das listas de discussão do CMI, entre outras pastas de assuntos. Em “Contato”, existe uma lista de e-mails para contato com o CMI, bem como os e-mails de cada coletivo formado no Brasil. No link “Seja voluntário”, o grupo explica, em textos curtos, o que é o CMI, como ele se organiza, quais os projetos vinculados a ele, e como as pessoas podem participar do centro. Novamente, dá o contato dos coletivos brasileiros, bem como os endereços das listas de discussão. Por último, em

---

<sup>9</sup>TÍTULO do artigo. A Rede CMI-Brasil – Teoria e prática. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/es/blue/2003/12/270494.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

<sup>10</sup> A lista geral, que especifica todas as demais listas, está disponível em: <<http://lists.indymedia.org>> Acesso em: 31 jan. 2006.

“Política editorial”, eles mais uma vez se autodefinem e esclarecem quais são as publicações bem-vindas no site e aquelas que, por estarem em desacordo com a política editorial, serão desviadas para uma seção chamada de “artigos escondidos”. Fica claro que, à exceção do link para “Contato”, os demais links da barra de menu repetem informações sobre os posicionamentos do CMI.

Os textos que explicam a natureza e o modo de organização do CMI frisam sempre o posicionamento ideológico do grupo a partir de dois eixos: os movimentos sociais e a mídia. Dos movimentos sociais, eles retiram os principais pontos de consenso de luta: eles são “preocupados(as) e comprometidos(as) com a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente.”<sup>11</sup> Como grupo de mídia, eles fazem questão de frisar ser um meio próprio, cujo objetivo é “dar voz a quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.”<sup>12</sup> A crítica ao modelo de mídia dos grandes conglomerados de comunicação é constante na página.

Deixando claras suas propostas nessa barra de cima, o site revela, então, seu núcleo de produção. Existem três colunas de textos, formato bastante familiar a várias páginas de internet. À exceção da coluna da esquerda, que é fixa, as outras duas colunas são atualizadas diariamente. A barra da esquerda fornece acesso à Rádio CMI<sup>13</sup>, impressos e vídeos produzidos pelo grupo, links para as explicações da barra de menu, acesso aos chamados “artigos escondidos”, ferramenta de busca de palavras no site, bem como os endereços de todos os centros da rede Indymedia.

A coluna do meio é o centro das atenções do site. É nela que são publicados os chamados editoriais. São textos escritos pelos voluntários do CMI, escolhidos a partir de uma lista de discussão dedicada exclusivamente a debater a edição dessa coluna central. Para um texto chegar a ser publicado como editorial, ele precisa passar por três aprovações de membros dessa lista de discussão. Participam da lista apenas os voluntários que, por consenso do grupo, acumulam experiência e comprometimento com a causa para avaliar os textos. Os editoriais, geralmente, estão centrados em debates mais relevantes ao grupo. Em uma reunião do CMI-São

---

<sup>11</sup> Texto extraído do tópico “Seja voluntário” do site. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/volunteer.shtml>>

<sup>12</sup> Texto extraído do tópico “Sobre CMI”, disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>

<sup>13</sup> Apesar do nome “Rádio CMI”, não existe de fato uma rádio do próprio CMI, mas sim rádios apoiadas pelo grupo, como é o caso da Rádio Muda, de Campinas, e o projeto radiolivres.org.

Paulo, realizada no dia 26 de novembro de 2005, o coletivo paulistano pontuou algumas dessas prioridades, com a sugestão, que ainda seria levada a todo o grupo do CMI no Brasil, de transformá-las em tópicos fixos no site. Foram elas: transporte (na maior parte, cobertura sobre o movimento do passe-livre no País), questões de gênero (referentes a minorias sexuais, incluindo grupos feministas e homossexuais), moradia (quase sempre ligado aos problemas de desapropriação e do Movimento dos Sem-Teto), meio-ambiente, internacionais (textos sobre o que acontece fora do Brasil) e comunicação livre (associado às questões, por exemplo, de propriedade intelectual e software livre). Em debate, o grupo concluiu que os textos editoriais, pela natureza transversal de seus temas, não poderiam ser exclusivos de cada uma das categorias acima citadas.

Como demonstra a *figura 6 (ver Anexos)*, os textos editoriais costumam vir seguidos de imagens e links para mais textos referentes ao mesmo assunto, além de fotos ou vídeos associados também ao texto principal. Há uma média de dois editoriais por dia, mas esse número é instável e há dias com mais de cinco editoriais e outros em que nada é publicado na coluna central.

Já na coluna da direita (*ver figura 7 em Anexos*), o CMI segue o modelo de publicação aberta usado por alguns sites na internet. Isso significa que qualquer pessoa, sendo ou não voluntária do CMI, pode ter espaço para publicação de textos, fotos, áudios ou vídeos, estando estes de acordo com a política editorial do grupo. A seção não tem uma média de postagens lançadas diariamente. A participação é flutuante, podendo chegar a mais de 60 publicações diárias ou menos de 30. Embora seja batizada de “últimas notícias”, a seção recebe qualquer tipo de postagem, seja um texto próprio ou um artigo colado de uma revista ou jornal, links para vídeos, fotos, comentários curtos sobre determinados assuntos e, até mesmo, poesias. Em várias ocasiões, a coluna da direita serve, também, como uma comunicação interna dos voluntários do CMI. Existe uma prática, por exemplo, de mostrar as fotos que estarão nos links dos editoriais, antes de eles irem ao ar, como uma amostra do que eles estarão postando em breve.

Para publicação na coluna da direita, o visitante do site pode clicar no link “Publique” à direita da barra de menu, que lhe dará acesso a uma página em que, novamente, se explicará qual a política editorial do CMI. Após esse texto, o participante determina se irá publicar algum arquivo multimídia, ou seja, foto, áudio

ou vídeo, escolhe a língua em que vai publicar o texto (há opções em inglês, espanhol e esperanto), dá um título, o nome do autor (nesse caso, o CMI recomenda que, se a pessoa copiou o texto ou imagem de alguma outra fonte, ele cite essa fonte) e escreve um sumário de no máximo seis linhas sobre o que vai ser colocado ali. Apesar de ser opcional, sugere-se à pessoa deixar seu e-mail e sua página na internet.

Um procedimento semelhante é exigido nos links “comente essa matéria”, na seção editorial, e “adicione um comentário”, na seção da coluna da direita. A frequência e os conteúdos dos comentários são expressão maior das contradições e da essência autocrítica do CMI, pois, ao contrário do que acontece com os “artigos escondidos”, os comentários não são apagados. Por essa estrutura de publicação, a coluna da direita do site será tratada nesta pesquisa com o nome de coluna aberta.

Quanto aos “artigos escondidos”, é necessário esclarecer melhor do que se trata, afinal, é justamente devido a essa seção específica que o CMI costuma receber a maior quantidade de críticas, tanto de fora dos coletivos, como mesmo de dentro deles. Na própria barra da esquerda do site, o grupo explica que todas as publicações que se encontram nesse tópico são “matérias repetidas, sem conteúdo ou que violam a política editorial”. Segundo a política editorial do CMI, irão para os “artigos escondidos” todas aquelas mensagens que:

Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios; contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos. (consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados); façam qualquer tipo de propaganda comercial; tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas; visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político; visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI (para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em [mediaindependente.org](mailto:mediaindependente.org)); sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente; o/a autor(a) peça que sejam retirados;

sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido; sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio, que serão considerados como artigos sem conteúdo; estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente.<sup>14</sup>

Todo esse conteúdo, de acordo ou não com o projeto do CMI, é hospedado em uma página, que possui algumas especificações técnicas relevantes para se entender outras características da rede Indymedia. Assim como os demais centros do grupo internacional e, ao contrário da maioria das páginas comerciais na internet, o <[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)> não guarda o Internet Protocol (IP) de quem a visita. O IP é o número do computador que, uma vez dentro da internet, emite um protocolo de identificação da máquina e sua localidade. Graças a esse recurso, o CMI pretende proteger a identidade de quem se manifesta na página. Por outro lado, também em função dessa tecnologia, não há como calcular o número de acessos que o site recebe diariamente, pois essa equação é feita a partir da medição dos diferentes IPs.

Quanto ao programa (software) que organiza a publicação dos conteúdos, ele é chamado de MIR, e serve para criar o sistema de publicação aberta do site. Como todos os softwares utilizados pelo Indymedia, o MIR é livre, ou seja, não pode ser comercializado. A lógica é a mesma aproveitada para a publicação de arquivos na coluna de editoriais do CMI. Todos eles estão livres de direitos autorais e podem ser reproduzidos à vontade, exceto em casos de fins comerciais.

---

<sup>14</sup> Texto extraído do tópico “Política Editorial”. Disponível em<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em 31 Jan. 2006

### 2.2.2 Do gerenciamento

Os coletivos e pré-coletivos que formam o CMI costumam se reunir periodicamente para deliberar sobre as ações já feitas, ou ainda por fazer, do seu grupo específico ou do centro como um todo. Apesar de fluir segundo o empenho de cada coletivo, muitos dos quais passam por períodos de fraca movimentação, é comum que um grupo de uma cidade ou região costume se encontrar semanalmente em lugar que, de preferência, seja público. Em 2005, o CMI-São Paulo, por exemplo, se reuniu no prédio da organização não-governamental Ação Educativa, voltada para o trabalho de educação para jovens. Já o CMI de Florianópolis marcou seus encontros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Outros coletivos fizeram uso de salas de diretórios acadêmicos (Goiânia) e mesmo de residências de alguns voluntários.

Em cada reunião, é criada uma pauta de discussão, que envolve desde a discussão sobre futuros editoriais até o agendamento de coberturas de eventos, passando por conversas referentes à própria constituição do grupo e por decisões ligadas a, por exemplo, design de panfletos e distribuição de adesivos. Tudo que é decidido no CMI, e essa é uma regra praticada pela rede Indymedia, é feito por meio de consensos. Não há votação nos CMIs a não ser que, por meio de consenso, se decida fazer votação.

À medida que as pautas são discutidas, uma pessoa do grupo se encarrega de anotar os principais tópicos e resoluções, para que uma ata seja posteriormente publicada na lista de discussão do próprio coletivo ou, em muitos casos, na lista de discussão nacional do CMI. Paralelo a isso, existe ainda o zelador, nome dado ao voluntário com a função de organizar a planilha de contatos do grupo, bem como distribuir as tarefas de cada um durante a semana. O zelador é sugerido semanalmente, de modo a distribuir responsabilidades entre os integrantes dos coletivos. Como explica o próprio CMI, no Indymedia Documentation Project<sup>15</sup>, a zeladoria “é um cargo semanal e voluntário, cuja tarefa é zelar pelas atividades do coletivo (marcar reuniões, agilizar coberturas, responder e-mails, etc).”

A organização das tarefas está diretamente ligada a uma diferente segmentação de coletivos. Todos os voluntários do CMI no Brasil podem participar,

---

<sup>15</sup> Disponível em:<<http://docs.indymedia.org>>. Acesso em: 31 Jan. 2006.

também, de coletivos que são divididos não segundo suas regiões, mas de acordo com áreas temáticas. São cinco os grupos que se pautam em assuntos específicos: o coletivo editorial, que não apenas cuida dos textos publicados na coluna do meio do site, como toma conta das tarefas administrativas e editoriais relacionadas à página; o coletivo de áudio, que procura produzir material para os arquivos de áudio da página, ou mesmo para rádios que são apoiadas pelo CMI; o coletivo de impressos, destinado a organizar parte do que se lê no site, além de outros conteúdos extras, em pequenos jornais; o coletivo de vídeo, geralmente formado pelas pessoas que se interessam em produzir documentários e, finalmente, o CMI Mulheres, que é um grupo maior e transcende ao centro brasileiro. Ele é formado por “mulheres ativas nos coletivos do Indymedia da América Latina, América do Norte, Europa, Oriente Médio e Austrália”. Além desses grupos, existem, no mundo inteiro, os voluntários que desempenham o papel de técnicos, criando softwares livres, servidores para hospedagem de sites, entre outras funções que exigem conhecimento de programação em computação. Essas pessoas são chamadas de *techies* (ativistas com conhecimentos técnicos) e servem a toda a rede Indymedia.

Além do material produzido em função da mediação simbólica ora criada pelo site, ora por vídeos ou pequenos jornais, o CMI tem, ainda, dois projetos, que vão além da produção de conteúdo, e chegam até a sua reprodução e distribuição. O primeiro deles diz respeito à formulação de um manual para a montagem de telecentros, centros de computadores comunitários. E o segundo, também de caráter educativo, é o Indymix, projeto que envolve a compilação de vários softwares livres em um Compact Disc (CD). Eles são usados para criar publicações na internet. Como são livres e não podem ser comercializados, circulam por vários coletivos e oficinas promovidas por esses coletivos. Os softwares comprimidos em um único CD são: Abiword, programa usado para fazer páginas de internet, o The GIMP, editor de imagens do software livre GNU, o Sketch, próprio para criação de gráficos vetoriais, e o Audacity, editor de áudio e vídeo. Existem ainda outros projetos do CMI, que tentam articular o grupo a iniciativas educativas, mas estes são pontuais e normalmente surgem quando da realização de algum encontro ou conferência como, por exemplo, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

### 2.2.3 Da reflexividade

Cruzando sua proposta ideológica, que é a de lutar por um mundo melhor, e sua estrutura organizacional, que preza, fundamentalmente, pelo poder do consenso na tomada de decisões e do direito à informação, o CMI tem uma propriedade única em sua substância, algo refletido tanto no site quanto nos laços de identidade do próprio grupo: a reflexão e crítica sobre seus próprios métodos, objetivos e mesmo ideais. Essa característica é potencializada e, muitas vezes, imposta pela própria estrutura da internet, onde a rede Indymedia está inserida em suas práticas e teorias.

Três mecanismos próprios da web demonstram como a autocrítica faz parte do processo natural na dinâmica do grupo: o espaço para comentários aos textos do site, as listas de discussão, tanto do CMI quanto de todo o Indymedia<sup>16</sup>, e o programa de publicação na coluna aberta. Nos dois primeiros casos, trata-se de recursos básicos da internet, usados em várias situações do dia-a-dia de quem é familiar ao ambiente do ciberespaço. Quando deslocados para um local de ativismo, eles tendem a se transformar na própria essência da discussão.

O espaço reservado aos comentários, que podem ser feitos tantos aos textos editoriais quanto nas publicações da coluna aberta, é uma das ferramentas mais utilizadas pelas pessoas que costumam entrar no site para criticar, quase nunca de uma maneira polida, as práticas do CMI. Por tabela, esse espaço passa a ser bastante utilizado pelos próprios voluntários do grupo e simpatizantes, que irão se contrapor a essas críticas ora com argumentos, ora com ironias e, algumas vezes, com agressões. Em alguns momentos, as pessoas que criticam assinam as mensagens com um nick (apelido) único, em outros, elas escrevem sem identificação fixa.

No caso das listas de discussão, a potencialidade crítica ganha volume em debates bem menos vulneráveis a mensagens agressivas. À exceção de algumas listas reservadas a voluntários com login e senha própria para ter acesso aos e-mails (caso da lista editorial, usada somente por aqueles com autorização para aprovar e vetar textos da coluna do meio), a maior parte das listas do CMI é aberta a quem

---

<sup>16</sup> Ao todo, existem 1.237 listas de discussão da rede Indymedia. Número coletado em dezembro de 2005.

quiser fazer parte delas. Até novembro de 2005, 402 pessoas participavam da lista CMI-Brasil, a lista nacional do centro. Boa parte dessas pessoas era voluntária do CMI ou de outros centros do Indymedia. Uma outra porção, menor, era formada por um público interessado nas discussões internas do grupo.

A lista nacional do CMI, por não estar focada na produção exclusiva de um coletivo x ou y, costuma receber vários tipos de textos, e todos eles passam pelos administradores da lista antes de serem enviados por e-mail para os demais participantes. Os textos podem ser informativos trocados entre os voluntários (tratam de reuniões, atas, discussão de políticas editoriais, entre outros assuntos) e documentos que, de alguma maneira, facilitam a comunicação entre os vários coletivos brasileiros. Configuram-se muitas vezes, também, como mensagens opinativas sobre situações ou fatos, que estão sempre inseridos no contexto de luta contra o poder hegemônico, mas não necessariamente vinculados às atividades do CMI. Em várias ocasiões, algumas das discussões que surgem na lista partem de links para debates que estão acontecendo na coluna aberta do site. Muitas críticas, de fora e de dentro do CMI, surgem dentro dessas mensagens. Elas podem ser encerradas em apenas um e-mail emitido pela lista, mas costumam prosseguir por mais de um dia (a média de e-mails lançados pela lista CMI-Brasil fica entre um e dois por dia).

Quanto à publicação da coluna aberta, apesar de ainda presa a um modelo de vigilância (dada a necessidade de filtrar as publicações para que estas não agridam a política editorial), ela é, em vários momentos, a manifestação primeira da organicidade que se contrapõe à organização da coluna do meio. Por não se tratar de mensagens presas ao formato dos editoriais, que costumam vir acompanhados de informações, fotos e outros links, os textos postados na coluna aberta podem ser bem mais efetivos na emissão de opiniões. Graças a essa maleabilidade, a seção é sempre mais comentada pelos visitantes do que a própria seção editorial. Aliás, por ser a manifestação que melhor identifica a intensidade participativa daqueles que visitam a página, a seção aberta também é a mais eficaz resposta ao slogan usado pela rede do grupo: “seja a mídia”.

## 2.3 EXPERIÊNCIAS COMUNS: CIBERPUNKS, ZAPATISTAS E CIDADÃOS CONECTADOS

Livrar-se do controle remoto não é fácil. Existem dois pressupostos sociais embutidos nos botões dessa ferramenta tão popular entre os eletrodomésticos: comodidade e passividade. A primeira fala de estancamento, da não necessidade de locomoção para, por exemplo, trocar de canal. A segunda diz respeito ao processo de construção da realidade, percebida, nesse caso, apenas como uma reprodução simbólica que os outros – os canais, para usar o mesmo exemplo – fazem por você. O emblema de Jello Biafra, “não odeie a mídia, torne-se a mídia” surgiu como parte de uma filosofia que, entre outros objetivos, pretendia quebrar com o paradigma do controle remoto. Essa filosofia de vida havia dado seus primeiros gritos de protesto nos anos 70, com um movimento batizado de punk que, uma vez inserido em um ambiente conectado por qualquer rede tecnológica, ganhava o título de ciberpunk. E o que o ciberpunk entendia era: mudar de canal não mudava nada.

“Ser a mídia” é um conceito indissociável de um outro slogan, proclamado pelos punks: “Faça você mesmo”, lema representado pela sigla DIY (Do it yourself). A atitude punk está na base da formação da rede Indymedia, que a tomou emprestada, dando a essa atitude um senso de organização e um sentimento de solidariedade. Muito antes de surgirem os primeiros Independent Media Centers, houve quem antecipasse um modo de pensar que terminaria convergindo em experiências prévias ao próprio Indymedia, sendo o caso mais notório o do movimento zapatista.

Para fazer e ser a mídia, a comunidade jovem dos anos 70 e 80 dispunha de dispositivos tecnológicos bem mais subversivos que o controle remoto. Em 1971, antes mesmo do nome ciberpunk ser anunciado, o ativista americano Abbie Hoffman, ao lado de um phreaker (violador de centrais telefônicas) conhecido como Al Bell, lançou o grupo Youth International Party Line (YIPL), cujas intenções eram servir de base de comunicação livre para a geração yippie, os hippies ativistas. O YIPL não funcionou naquele momento (embora outras iniciativas posteriores inspiradas no mesmo princípio tenham sido bem sucedidas). Mas, ao lembrar das intenções do grupo, Katie Hafner pontua: “A teoria de Hoffman era de que a

comunicação era o centro nervoso de qualquer revolução; liberar comunicação seria a fase mais importante de uma revolta de massa”. (HAFNER, 1995, p. 20).

Os meios de comunicação, portanto, passam a ter um papel estratégico ou, como será dito mais tarde, tático, na filosofia do faça-você-mesmo. A nova sociedade poderia ser construída a partir de diferentes práticas comunicacionais. Dentro desse contexto, surgem os hackers e crackers, descendentes diretos dos phreakers. Pode-se dizer que os hackers se constituem pela denúncia da “própria racionalidade tecnológica e o poder constituído por grandes empresas e instituições governamentais” (LEMOS, 2002, p.221), tendo assim, um implícito código moral quando no ato de driblar bloqueios e passear livremente por sistemas “fechados” de computadores. Já os crackers, ao contrário dos hackers, teriam como objetivo último quebrar sistemas com um intuito nem um pouco didático ou moralista. Seus objetivos são inserir os mais elaborados vírus na rede, roubar banco de dados, números de cartão de crédito, senhas e tudo mais que possa causar dor de cabeça ao sistema.

Nos anos 90, distantes dos ciberpunks, porém bastante próximos de suas atitudes frente às ferramentas de comunicação, índios do estado de Chiapas, sul do México e fronteira com a Guatemala, resolvem se unir contra o sistema capitalista e ganham, como parceiros, simpatizantes de outros territórios mexicanos. Mais importante ainda, recebem, no núcleo de suas operações, um homem que sabia transitar entre as demandas e descontentamentos dos índios, que reivindicavam seus direitos sobre o uso das terras na região, e o poder da opinião pública. Utilizando recursos e discursos simbólicos a partir de uma conexão com a internet, ele conseguiu ganhar simpatizantes do mundo inteiro para a causa do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN). O nome foi inspirado na figura de Emiliano Zapata, comandante da revolução mexicana de 1911.

Com acesso aos terminais de conexão da La Neta, rede de comunicação computadorizada que foi instalada em Chiapas, em 1993, para criação de Organizações Não-Governamentais online, Marcos consegue ter acesso direto a toda a imprensa e, usando da astúcia de seus textos e dos elementos simbólicos de guerrilha, ganha a simpatia da opinião pública em pouco tempo.

A utilização amplamente difundida na internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma

praticamente instantânea, e estabeleceram uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. (CASTELLS, 2001, p.105).

Embora o movimento zapatista dos anos 90 não tenha surgido em função de qualquer manifestação ciberpunk, existem semelhanças entre ambos quanto a suas estruturas e modos de organização. Esses pontos de cruzamento, não coincidentemente, serão aplicados na dinâmica de funcionamento do Indymedia e de seus vários centros. A primeira interseção se verifica quando a tecnologia é usada para causar perturbações em determinadas estruturas de comunicação. Se a estrutura de comunicação é vertical, os ciberpunks, zapatistas ou ciberativistas tentam burlar esse esquema, transformando-se nos próprios interlocutores de seus descontentamentos. Em segundo lugar, identifica-se a participação de um personagem anônimo, que oculta sua identidade a partir de nicks. Entre os ciberpunks, essa prática é regra. Entre os zapatistas, costuma ser utilizada para proteger figuras centrais da luta, como o sub-comandante Marcos. Com os voluntários da rede Indymedia, o uso de codinomes é bastante comum. No Brasil, por exemplo, a maioria dos voluntários é conhecida apenas por seus nicks. Segundo eles, o recurso serve para evitar possíveis processos ou perseguições. Em terceiro lugar, em todos os casos citados acima, disseminou-se a ideia de que a construção da notícia está ao alcance de todos. Por fim, as experiências desses grupos estão intermediadas sempre por uma atitude do “faça você mesmo”, equivalente ao “seja a mídia”.

Mas nem a filosofia punk, e tampouco o movimento zapatista no México, dão conta de um fenômeno tão comum a partir dos anos 90 e que, pelo uso da internet, se aproxima bastante das origens do CMI. Trata-se não de um movimento único, mas de várias iniciativas paralelas e espontâneas, que passaram a perceber o potencial da web em dialogar com o poder sem a necessidade do intermediário. Abaixo-assinados via e-mail, ou mesmo simples cartas com denúncias sobre direitos do consumidor, direitos políticos, entre outros assuntos, passaram a ser enviadas de um para muitos (ou de muitos para um só, como no caso de mensagens enviadas aos acessíveis correios eletrônicos de políticos).

Esse montante de informação circulando pela internet ganhou terreno e deu às pessoas o poder de fazer de suas subjetividades individuais uma subjetividade coletiva. Essa possibilidade de amplificar uma consciência cidadã a partir da internet e, claro, da filosofia do faça-você-mesmo, está na base da criação do Centro de Mídia Independente, ou, como eles mesmos esclarecem: “Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática”<sup>17</sup>.

Trata-se de uma consciência que, em vários momentos, questiona, também, a concentração da grande mídia na formação de opinião. A internet, seja com e-mails, listas de discussão, sites ou páginas pessoais, potencializou não apenas o fazer mídia, como pôs em xeque o modo de operação da própria mídia.

---

<sup>17</sup> Texto extraído do tópico “Política Editorial”, disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em: 01 Jan. 2006

### 3 CMI NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*“Aqueles que falam de revolução e luta de classes sem se referirem explicitamente à vida cotidiana, sem compreenderem o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa de coações, esses têm na boca um cadáver.”*

*Raoul Vaneigem*

#### 3.1 CONTEXTO

“O Centro de Mídia Independente é uma rede internacional de produtores e produtoras independentes de mídia preocupados(as) e comprometidos(as) com a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente.”<sup>18</sup>, ou, nas palavras de um dos voluntários do CMI: “o ‘i’ do CMI é de ‘independente’ e não de ‘imparcial’. A gente é parcial pelos movimentos sociais, pela luta do povo, pela opinião de que o capitalismo é mau”. A definição que o grupo cria para si mesmo explica que não deve existir apenas preocupação em criar uma mídia que trate da “construção de uma sociedade livre”. Ao lado da preocupação, está o comprometimento, a responsabilidade de participar. A parcialidade, nesse caso, não existe apenas porque eles manifestam claramente um posicionamento político, mas porque todos os voluntários do CMI participam do processo que eles “cobrem”. Em outras palavras, eles estão simultaneamente por trás e na frente das fotos, vídeos, áudios e textos que produzem. São sujeitos e objetos ao mesmo tempo.

O agir é um aspecto fundamental na dinâmica de todo o Indymedia. A participação dos voluntários da rede nas manifestações de rua e mesmo nas atividades internas dos movimentos sociais que eles apoiam é uma prática que, de nenhuma forma, é desencorajada, muito o oposto disso. Na verdade, embora essa não seja uma regra, há uma predisposição dos voluntários do CMI a integrarem outros núcleos de ativismo fora do Centro de Mídia Independente<sup>19</sup>. Embora boa

---

<sup>18</sup> Texto extraído do tópico “Política Editorial”. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em: 31 Jan. 2006.

<sup>19</sup> Apesar de não haver problemas para que os voluntários do CMI participem de movimentos sociais, o grupo se mantém reticente quanto à entrada nos coletivos de pessoas afiliadas a partidos políticos.

parte desses voluntários, devido ora às profissões que têm, ora à disponibilidade de tempo, esteja ligada apenas ao CMI, muitos se encontram em posições-chave na luta de alguns movimentos sociais, a exemplo de voluntários que fazem parte do Movimento pelo Passe-Livre (MPL), e dos voluntários ligados aos movimentos estudantis de uma maneira geral.

No entanto, uma vez membros ativos do CMI, essas pessoas desenvolvem práticas comuns, compartilhadas a partir de meio e fins iguais. E, tanto o meio (a internet, na maioria das vezes) quanto os fins (a publicação de notícias e opiniões) sugerem que a mídia acontece com participação e engajamento. Sendo assim, surge, então, a primeira das perguntas do problema de pesquisa posto: o Centro de Mídia Independente seria um movimento social próprio ou mais uma das ferramentas de um movimento maior pela antiglobalização? Seu processo de observação não seria também uma ação direta?

Para responder a essas perguntas, é preciso, primeiro, rever o que vem a ser um movimento social. Mas não somente isso. Existe um contexto histórico por trás do surgimento do CMI e de toda a rede Indymedia. Existem também características da natureza desses grupos que colocam em xeque a aplicabilidade das teorias dos movimentos sociais, estimulando essas a reverem seus paradigmas diante de uma nova sociedade, costurada por redes de relacionamento indissociáveis das ferramentas oferecidas pela internet.

Paralelo a tudo isso, é necessário entender que, colocando-se crítica e combativa à grande mídia, representada pelas maiores corporações e conglomerados de comunicação, a rede Indymedia enfrenta um oponente que está na mesma frente inimiga dos movimentos sociais antiglobalização. Tanto a Rede Globo, no caso do Brasil, como particularmente os conglomerados internacionais, como Time Warner, Disney, Viacom, entre outros, não apenas representam os mesmos princípios das poderosas organizações supranacionais, como legitimam essas mesmas organizações a partir de um processo de construção da realidade. Diante disso, as teorias dos movimentos sociais precisam não mais apenas identificar a mídia como um processo exterior ao agir, mas, possivelmente, devem voltar-se para o estudo da mídia como uma forma de agir (e não apenas de mediar), com suas táticas próprias.

### 3.2 PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A definição do movimento social e sua conseqüente distinção de outras ações coletivas devem estar na base das teorias a respeito dessas manifestações. Uso em um primeiro momento a definição de Alberto Melucci (2001), que tem uma perspectiva culturalista, no sentido de que parte do processo de formação de um ator coletivo até à sua posição em um movimento. Para Melucci, um movimento social não surge como resposta a uma crise e não é, portanto, uma patologia do sistema social. Ele é, sim, um conflito que “supõe a luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos” (MELUCCI, 2001, p.33), estando esses dois atores em um campo de referências compartilhadas. A partir desse ponto, Melucci afirma ainda que um movimento social é uma ação coletiva que se sustenta em três premissas: ele comporta solidariedade entre seus membros, manifesta um conflito e revela a rejeição de normas e padrões compartilhados pelo sistema social e, com isso, questiona a legitimidade desse próprio sistema.

Com essa abordagem, Melucci tornou-se um dos nomes de referência no escopo teórico dos Novos Movimentos Sociais (NMS), paradigma que pôs em xeque as teorias que lhe foram contemporâneas, a da Mobilização dos Recursos (MR) e a da Mobilização Política (MP) que, por sua vez, questionaram lacunas abertas pelos NMS. Segue-se, então, um panorama de conceitos e categorias dos estudos dos movimentos sociais. O eixo será do arcabouço teórico, montado a partir dos anos 60, quando os movimentos sociais foram revistos e reavaliados sob esses três pontos de vistas distintos.

### 3.2.1 O paradigma clássico norte-americano

Tanto a Mobilização dos Recursos quanto os preceitos da Mobilização Política são construções teóricas norte-americanas e, como tais, herdeiras de uma tradição acadêmica que tem suas origens nos anos 20, a partir do estudo interacionista, que se tornou clássico para os posteriores estudos não apenas sobre os movimentos sociais, mas sobre várias outras categorias de ações coletivas. A grande produção teórica desse momento veio da Escola de Chicago<sup>20</sup>, que observava os movimentos sociais como reações psicológicas a uma ordem de privações.

A base desse paradigma está na obra de Herbert Blumer (1951), que conceituou os movimentos sociais como ações que pressupunham insatisfação, desejo e esperança de mudança. A obra de Blumer será retomada nos anos 80 e 90, particularmente com a teoria dos Novos Movimentos Sociais. Isso acontecerá graças à perspectiva psicológica dada aos estudos das ações coletivas, ou seja, de que o desejo de mudança opera, em um primeiro momento, no âmbito individual e, somente depois, toma corpo coletivo. A origem da inquietação está no centro da discussão de Blumer e de outros teóricos que, posteriormente, assim como Melucci, trabalharam os movimentos sociais a partir de uma abordagem cultural.

Blumer dividiu os movimentos em três categorias: genéricos, específicos e expressivos, sempre a partir da perspectiva de suas origens. Os primeiros correspondiam aos grupos constituídos a partir do choque entre concepções individuais de vida e condições de vida opostas às mesmas concepções, gerando um interesse em busca de novas direções. Os específicos seriam aqueles se agregariam em nome de uma consciência coletiva, de uma identidade partilhada por, por exemplo, minorias étnicas. Teriam, ao contrário dos movimentos genéricos, objetivos bem definidos em sua luta. Os movimentos específicos poderiam ser divididos em duas subcategorias: reformistas e revolucionários. Enquanto os últimos objetivariam a reconstrução por completo de uma nova ordem social, sendo, portanto, dialéticos, os reformistas tentariam mudanças em pontos específicos da

---

<sup>20</sup> A Escola de Chicago consistiu em uma série de teorias elaboradas e desenvolvidas na cidade de Chicago, entre os anos 10 e 50 do século XX. Entre os maiores méritos atribuídos à Escola de Chicago, é o de ter valorizado a sociologia como um campo autônomo de pesquisa.

ordem social, usando, para isso, o poder de uma opinião pública existente. Já os movimentos expressivos não teriam fins de mudanças, e seriam usados apenas para cristalizar um comportamento que, com o tempo, tornar-se-ia internalizado tanto no nível individual quanto no social. A grande mídia era, para Blumer, um movimento expressivo.

Além da Escola de Chicago, vários outros centros de estudos dedicaram-se aos movimentos sociais sob diversas perspectivas. E é fato que, a depender do momento histórico, a teoria que trabalha com a psicologia social tende a ser recolocada em debate, mesmo que para ser questionada, como o foi quando surgiu, nos anos 60, a teoria da Mobilização dos Recursos.

### **3.2.2. Mobilização dos Recursos e Mobilização Política**

Rejeitando a abordagem dos movimentos a partir de um pressuposto psicológico, das mobilizações que surgiam a partir de uma inquietação subjetiva, a teoria da Mobilização dos Recursos passou a perceber as ações coletivas não a partir de seus descontentamentos, mas sim a partir de sua forma de organização. A ênfase da MR está no processo de institucionalização dos movimentos. Os recursos que dão nome à teoria são ora recursos humanos, financeiro ou de infra-estrutura. São eles que darão força e legitimidade à ação, ou seja, para a MR, um movimento social deve ser estudado tal qual um partido político. “Os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais, são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição”. (GOHN, 2004, p. 50-51). Eles começam a ser entendidos como comportamentos guiados por uma lógica de custos e benefícios. Dessa forma, o ativismo passa a existir em função da habilidade dos movimentos conseguirem recursos para suas práticas. Pressupõe-se racionalidade e utilitarismo.

A partir dos estudos empreendidos pela MR, é preciso entender que contribuição esse paradigma pode dar ao caso do Centro de Mídia Independente. Em primeiro lugar, a percepção organizacional da MR é útil ao CMI a partir do momento em que lida com estruturas de ação. Apesar de ser uma rede descentralizada, não-hierárquica e distante de qualquer constituição jurídica, o CMI

possui um modo de operação que é seguido por todos os centros espalhados no mundo. Existe uma preocupação constante com os recursos humanos e financeiros do grupo. Seja para cobertura de eventos pontuais como congressos, fóruns e dias de Ação Global, seja para o trabalho diário realizado em cada localidade e transmitido pelo site, são precisos voluntários e, sim, dinheiro para que o site seja mantido, bem como para as várias outras atividades do grupo. É necessário controle e organização, efetuados praticamente a partir de ferramentas da internet, como a criação de várias listas de discussão específicas para cada grupo de atividade e a constante discussão realizada a partir de e-mails e chats. Os recursos humanos do CMI não podem ser contabilizados, visto que o fluxo de voluntários é variável a depender do momento. Mas, pela intensa comunicação interna realizada, é possível saber o que cada grupo está fazendo em determinado dia. Quanto à base financeira do CMI, essa é ainda menos passível de censo, visto que muitas das doações são feitas pelos próprios voluntários, e não há um fundo único que some todo esse dinheiro arrecadado.

A relevância do estudo dos recursos no CMI se deve à posição controversa do grupo como estrutura. Ao contrário de partidos ou sindicatos, o CMI não é uma organização de endereço fixo ou registro social e, portanto, não pode ter conta bancária. A fonte dos fundos que sustentam as atividades online ou offline dos centros pode vir tanto dos próprios voluntários, quanto, em alguns casos, de partidos ou empresas dispostos a ajudar, naturalmente sempre em troca de um retorno. Em artigo<sup>21</sup> sobre a atuação da rede Indymedia no mundo, a pesquisadora DeeDee Halleck aponta para alguns dos problemas na organização sustentável dessa rede:

À medida que o movimento cresce, surgem problemas de sustentabilidade. Pode o nível de participação que caracterizou o movimento CMI até agora ser assegurado caso a organização recaia somente sobre voluntários e seus recursos próprios? Podem os participantes continuar sendo voluntários compartilhando seu tempo e equipamentos? Em cada organização, há pessoas cujos trabalhos são cruciais para o projeto e que precisam de suporte. E sobre cuidados com a saúde? Poderá a espontaneidade e a autonomia do movimento

---

<sup>21</sup> O artigo foi traduzido por um dos voluntários do CMI Brasil, Daniela Zanetti, que postou o texto no site, no dia 3 novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/293844.shtml>>. Acesso em: 15 Jan. 2006

serem comprometidas se grupos optarem por fundações de seguros ou fundos de arte governamentais? Como podem os CMIs do “norte” contribuir para os do “sul” sem cair numa espécie de atitude missionária ou coisa pior? À medida que os grupos mudam de um modelo emergencial para um modelo auto-sustentável, os problemas de organização e sustentabilidade também se ampliam.

O artigo, postado na coluna da direita do site do CMI, recebeu cinco comentários. Três acusando o CMI de esconder a fonte de seus recursos, e dois, defendendo o CMI de tais acusações. Vejamos alguns trechos:

“De onde vem o dinheiro que mantém no ar essa gigantesca rede de mídia ‘independente’ (sic), com suas dezenas de sites enormes espalhados pelos EUA e pelo mundo todo?”, questiona o primeiro comentário, assinado por “a pergunta que não quer calar”. Eis uma das respostas: “A respeito do site, do dinheiro investido, juntando-se o de várias pessoas (que mesmo que sejam de grande poder aquisitivo, mostram-se conscientes de seu papel na sociedade), é possível manter um site ou domínio utilizando alguns computadores, todos com sistemas operacionais gratuitos (Linux é um exemplo), e alguns webmasters voluntários (se existem pessoas que pregam a doutrina de uma Igreja aos domingos e feriados batendo na porta de algumas pessoas, por que não ativistas e simpatizantes de um movimento democrático?). Agora, mesmo que haja proprietários do site (que se há, pelo menos, não vemos nenhuma propaganda no site, portanto, não visam lucro algum), estes deixaram claro que a liberdade de expressão coerente se faz presente”, assina alguém que se identifica por “Ankyam”.

A discussão se prolonga em outras delações, mas é fundamental entender que a posição do CMI como um grupo que pretender viver de recursos gerados pelo sentimento solidário é alvo de boa parte das críticas que o grupo recebe dentro do próprio site. As questões levantadas por Halleck são fundamentais não apenas à rede Indymedia, como a vários movimentos sociais que se pretendem cada vez mais descentralizados. Mas a contribuição que a MR tem a dar ao estudo do CMI é ainda restrita ao seu modo de organização e não dá conta nem do grau de relacionamento entre os voluntários do grupo, e muito menos de suas inquietações ideológicas.

Paralela à construção teórica da MR, visivelmente economicista, uma outra teoria voltou a discutir, também nos Estados Unidos, a importância das referências

culturais em movimentos sociais e deslocou o centro da discussão para o campo político, tentando fazer referência, ao mesmo tempo, aos fatores de descontentamento com a capacidade de articulação política dos movimentos. A teoria da Mobilização Política resgatou a abordagem psicossocial e se aproximou mais da teoria dos Novos Movimentos Sociais nesse aspecto. A exemplo das teorias clássicas norte-americanas, a MP voltou a estudar as bases culturais de coletivos não mais como sistemas fechados, mas como processos em construção. Seus pontos de partida estão em três premissas: a de que, para conseguir seus objetivos, um movimento necessita de organização e força interna entre seus membros. Segundo, a estrutura política é um fator que, apesar de externo aos movimentos, é preciso ser plenamente entendido para que uma ação possa ter sucesso. Por último, fala-se de uma característica que seria inata aos movimentos sociais, que é o do reconhecimento de um sistema ilegítimo, da posterior atribuição dos motivos pelo qual esse sistema deve ser diferente e, finalmente, da articulação de fazer algo para mudar essa situação. A esses diferentes níveis de marcos referenciais, foi dado o nome de *frames*.

A primeira dessas premissas já foi abordada pela teoria da MR. A segunda funda-se basicamente da pesquisa de Sidney Tarrow (1996), que, por sua vez, trabalha também com o conceito de *frames*,<sup>22</sup> ou enquadramento, usado por vários autores na teoria da MP. No caso do CMI, esse estudo pode colaborar para a percepção de processos internos do grupo como seu potencial auto-reflexivo e a intensa geração de significados sociais refletidos pela dinâmica interna do grupo.

Tarrow levanta pontos que são úteis ao estudo do Centro de Mídia Independente. Antes de mais nada, ele afirma que as lutas dos movimentos vão além da necessidade de recursos para chegar até uma necessidade de significados. Isso implica que a vivência interna de grupos ativistas cria, constantemente, novos enquadramentos, entendendo esses últimos como esquemas pelos quais um conjunto de pessoas interpreta o mundo.

Em análise à pesquisa de Tarrow, Maria da Glória Gohn (2004) afirma: “Neste sentido ele supera a MR e a própria teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois vê tais lutas intestinas como geradoras de significados que definem os rumos das ações” (GOHN, 2004, p.93). Tarrow destaca ainda a importância da auto-

---

<sup>22</sup> GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Cambridge: Mass. Harvard Um, 1974.

reflexividade dentro dos movimentos sociais, refletida na maneira como cada ator social pensa e repensa o mundo. No entanto, ao contrário do que o paradigma dos NMS identificava, ele não dá prioridade ao estudo de uma identidade coletiva nos movimentos sociais, pois, em sua análise, não há vínculo entre os membros desses movimentos com as redes formadas pelos movimentos. A auto-reflexividade é, portanto, individual. É preciso esclarecer que muitas dessas conclusões se deviam ao extenso campo que Tarrow estabeleceu como sendo próprio dos movimentos sociais. Para ele, quase toda ação coletiva era um movimento social.

As teorias que estiveram circunscritas ao paradigma da MP sofreram críticas semelhantes às que foram argumentadas contra a Mobilização dos Recursos. E isso se deveu principalmente à metodologia racional adotada por ambas, que estudava os movimentos sempre a partir de seu potencial de eficácia e de seu processo decisório. Mesmo quando a abordagem psicossocial se fazia presente, ela era funcionalista, porém quase nunca ontológica. As maiores críticas, portanto, eram referentes ao lugar de onde as teorias observavam os movimentos: um lugar mais alto que os outros, de onde se via os movimentos sociais sempre como efeitos de crises estruturais, resultados de distúrbios, patologias do sistema.

### **3.2.3 Os Novos Movimentos Sociais: antagonismo e subjetividade**

Em função das críticas às teorias da Mobilização dos Recursos e da Mobilização Política, surge um modelo teórico baseado na cultura, que centra sua discussão na identidade coletiva e em um novo poder da esfera pública a partir de relações microssociais e culturais da sociedade civil. Foi com essas características que nasceu, na Europa, o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, que viria a se contrapor a racionalidade instrumental dos paradigmas norte-americanos. A partir do trabalho de Melucci (2001), que define o campo analítico dos movimentos sociais a partir de três sistemas de relacionamento da sociedade e, posteriormente, cruzando essa perspectiva com o estudo empreendido por Boaventura (1996), referente à noção de subjetividade e cidadania, são delimitadas as características dos Novos Movimentos Sociais, incluindo aí as críticas feitas a esse paradigma, que dizem

respeito não apenas à estrutura do Centro de Mídia Independente, como à formatação dos movimentos sociais que estão por trás da origem do CMI.

Para Melucci, toda ação coletiva se dá em um sistema de referências compartilhado por uma sociedade. E esse sistema, na verdade, se dividiria em três sistemas de relacionamento: o antagonista, o político e o organizativo. Cada um desses níveis pode ser entendido como uma estrutura de análise e é a partir da inserção dos movimentos em uma ou outra estrutura que definirá suas principais características.

O sistema de relações antagonistas se define pelo campo de onde partem a produção de uma sociedade, seja ela econômica ou cultural, a apropriação, a destinação e a origem dos recursos fundamentais de uma sociedade, ou seja, trata-se de uma macroestrutura, que revela os adjetivos de uma sociedade quanto ao que ela produz em termos de recursos e de significados. Já o sistema político indica de onde surgem as decisões para a distribuição desses recursos e significados produzidos pela sociedade. Dentro desse sistema, ele não identifica apenas organizações estritamente políticas do ponto de vista de poder, mas também outras organizações administrativas, que são complexas e descentralizadas. Por último, haveria então o sistema organizativo, em referência às relações que asseguram o “equilíbrio de uma sociedade e a sua adaptação ao ambiente, através de processos de integração e de troca entre as partes do sistema”. (MELUCCI, 2001, p.39).

A partir desses três sistemas, Melucci insere os movimentos sociais em três tipos de sentidos: antagonista, política e reivindicativa. A começar pela forma que mais comumente é associada aos movimentos sociais, a reivindicativa. As ações coletivas que visam a uma organização mais justa do trabalho, e têm, como objetivo último, a obtenção de melhores condições para determinadas categorias da sociedade, se identificariam a partir do sistema organizativo, pois estariam presas a um modelo de relacionamentos preocupados com os papéis desempenhados por cada um, seus direitos e deveres. Os movimentos políticos, por sua vez, agiriam em torno do poder, ou melhor, da luta por ele, trabalhando em função do sistema político e, com isso, lutando pela participação nas tomadas de decisões, na inserção de questões relevantes ao processo administrativo em um plano maior. Os movimentos antagonistas seriam as condutas referentes ao sistema homônimo e lutariam assim não somente em favor de categorias, ou de melhor posicionamento político, mas sim em favor de um outro sistema.

Os movimentos antagonistas questionam a legitimidade do poder em si. O próprio Melucci admite ser este um comportamento muito abstrato e avalia que, de fato, “nenhum movimento nunca poderá ser somente antagonista. Situado em uma sociedade concreta, um movimento passa por meio dos sistemas organizativos e através das formas de representação e de decisão política”. (MELUCCI, 2001, p.42). Pela diferente concepção e formação, os movimentos antagonistas serão, no trabalho de Melucci, a forma dada ao modelo teórico dos Novos Movimentos Sociais. A estrutura de análise na qual o CMI é observado, como parte de uma conjuntura contemporânea de ações coletivas, é, portanto, a dos movimentos antagonistas. Para tanto, é preciso descrever de que forma Melucci explora a natureza e a origem dessas ações.

A começar por sua estrutura de diálogo com o sistema: um movimento antagonista passa, necessariamente, por mediações organizacionais e políticas para se manter como um movimento. O que Melucci argumenta é que, a partir do momento em que a figura do Estado centralizador vai se diluindo, essa mediação, particularmente a política, tende a perder sua relevância em alguns momentos.

O autor explica esse processo a partir do conceito de produção social. Em sua análise sistêmica, Melucci afirma que a transformação do ambiente ocorre simultaneamente à produção de sentidos, ou seja, só há produção social quando há um reconhecimento do produto como parte de uma construção simbólica feita a partir da natureza e dos próprios atores sociais. É preciso identificar aquele que produz para chamar algo de produção, pois ela não existiria sem a autenticidade do ator social. Em conclusão, “uma teoria da produção social comporta, portanto, uma teoria da identidade”. (MELUCCI, 2001, p. 50).

O fato é que, a partir do momento em que não mais se pode identificar o ator social como uma figura delimitada pela diferença entre os traços que a cercam e o papel branco sobre o qual ela é desenhada, há dificuldade de reconhecimento da produção social. Passa a existir, então, uma separação entre produção e reconhecimento, que é observada apenas a partir do surgimento dos movimentos antagonistas, que questionam a legitimidade da produção social em si e, com isso, refletem sobre os recursos pelos quais eles também estão lutando. A presença de um Império (HARDT; NEGRI, 2005) no lugar de um Estado forte que estabeleça controle sobre identidades nacionais potencializa a quebra entre produção e reconhecimento. Melucci, no entanto, não vai estudar a origem dessa ruptura.

Ele está, sim, preocupado em formular uma teoria da ação, que estabeleça teses do estado de onde parte a mobilização coletiva. Na primeira tese, ele trabalha a teoria da ação como uma teoria de identidade. Para tanto, ele lembra da ação como um desequilíbrio entre a expectativa do indivíduo e a recompensa que esse mesmo indivíduo tem de volta com base na mesma expectativa. Tendo em vista que toda ação individual ou coletiva espera ser reconhecida em um contexto além dos próprios atores (o eu só é identificado a partir da existência do outro), Melucci acredita que, quando esses atores agem, sua expectativa de recompensa em relação àquela ação é fundada também sobre a possibilidade de reconhecimento da identidade do ator social.

As formas como a tensão entre expectativa e recompensa podem ser aliviadas são várias, desde uma depressão social em que o ator social se fecha em si mesmo, renunciando ao seu próprio reconhecimento, ao mecanismo de religiões, que ajustam as expectativas segundo seus preceitos. Portanto, para haver um movimento do tipo conflitual, segundo essa primeira tese de ação social como ação de uma identidade, são necessárias, ao menos, três condições: a primeira é a percepção diacrônica do tempo que o ator deve ter, ou seja, para entender que sua expectativa não foi satisfeita, ele precisa saber diferenciar o tempo da expectativa que, naturalmente, antecede ao tempo de sua frustração. Aliás, é com base nessa ideia de que o homem passa a perceber uma simultaneidade cronológica e uma presentificação reflexiva do lugar histórico (HABERMAS, 1990) que se entende a modernidade enquanto tal. Com isso, Melucci indica que a ação coletiva, tal como ele a define, acontece apenas com o alvorecer da modernidade.

Outro pressuposto para essa teoria da ação é o estabelecimento de um adversário palpável e alcançável. Não há movimento social se o inimigo não pode ser atingido de nenhuma maneira. Por mais disforme que ele seja, precisa ter vulnerabilidade para ser tido como adversário. Por último, é preciso ter a percepção do direito adquirido: “imagina-se que aquilo por que se luta seja percebido como algo sobre o que se tem direitos ou a que se dá prioridades. De outro modo, a noção mesma de ‘frustração’ perde o sentido”. (MELUCCI, 2001, p.61).

A segunda tese de ação social à qual Melucci faz referência é a que ele chama de “fronteira crítica”. Nessa abordagem, o modelo de expectativa/recompensa e frustração/agressão não mais dá conta do processo dinâmico de formação de uma ação social. Na primeira tese, pressupõe-se um ponto

de ruptura, de reflexão sobre uma expectativa que não foi realizada. Há um acúmulo quantitativo dessas frustrações e um ponto de explosão. Na tese da fronteira crítica, os movimentos não respondem mais às somas de decepções sucessivas e sim à noção de superação de limites de uma frustração qualitativa, e não mais quantitativa.

Trata-se, portanto, de considerar não já uma genérica e abstrata disparidade entre expectativas e recompensas, mas o campo de ação no qual se situa o ator, que tem determinados limites de compatibilidade. O que coloca em movimento a resposta conflitual é a superação de tais limites. (...) Uma situação ou um evento são suscetíveis de produzir efeitos “agressivos”, unicamente, se aquilo que os atores percebem como disparidade entre expectativas e recompensas se situa além das possibilidades atuais ou potenciais de adaptação ao sistema. (MELUCCI, 2001, p. 62)

Com a tese da fronteira crítica, Melucci deixa claro que a simples impossibilidade de diálogo entre o ator e o sistema de referências pode provocar o impulso da ação. Isso vale para os movimentos sociais a que ele chama de antagonistas, e se aplica tanto ao Centro de Mídia Independente quanto aos movimentos antiglobalização de onde o CMI, em várias cidades, foi criado. Entendendo os movimentos menos como forma organizacional e mais como construções analíticas, e colocando a questão da identidade como eixo no estudo dos Novos Movimentos Sociais, é possível explicar de onde partem as ações coletivas difusas, descentralizadas e convergentes em seus princípios.

O site do CMI, que é um ponto de encontro de vários assuntos em função da publicidade (como exercício de tornar público) de suas ações é um exemplo prático e simbólico dos coletivos não-hierarquizados que, em comum, têm como objetivo deslegitimar o sistema capitalista a partir de táticas distintas daquelas empreendidas pela luta de classes. Despir-se em protesto à utilização de peles de animais em casacos, vestir-se de palhaço, usar máscaras de gás em manifestações públicas e difundir técnicas de desobediência civil das mais variadas esferas são equivalentes a criar um meio de comunicação que, não à toa, se revela autocrítico, em um exercício de transformar sua própria reflexividade em uma tática de ação social (questionar-se legítima o processo de deslegitimação do sistema social).

Reconhecer os próprios erros, falhas ou desvios é, para o CMI, uma maneira de demonstrar sua força interna, construída a partir de diferentes pontos de vista. Trechos de comentários retirados da lista de discussão nacional do CMI esclarecem que esse processo autocrítico é indissociável à constituição do centro brasileiro:

Estas últimas tretas ocorridas aqui na lista, apesar do baixo nível e das intransigências (de minha parte também) serviu para fazer uma espécie de autocrítica. Falo isso sem nenhum problema. Temos inúmeros problemas no CMI, principalmente na disponibilidade dos voluntários. Sabemos que muitos de nós, pais de família, além de dividir o tempo na família, trabalho temos que dedicar nosso tempo no ativismo. (...) Qual é o grande mal que estamos lutando? Os enclaves em Seattle, Cancun, Roma, Genebra, Escócia, São Paulo, Joinville, Blumenau, Belo Horizonte, Salvador, NY, São Francisco, Porto Alegre são contra o que? O que quer dizer para nós a superestrutura? Em síntese, quanto a tudo que cobrimos, quem é o culpado? O sistema, a sociedade? (Enviado à lista de discussão nacional do CMI, em 9 jul. 2005, por “frame”).

Desculpa, não era a intenção. Eu errei em escrever. Todo dia penso em desistir do CMI. Eu tento ajudar e acabo piorando as coisas. Está tudo dominado, infelizmente. Nem a lista Brasil a gente pode respeitar. Deixa de ser uma lista aberta para as discussões dos diferentes coletivos brasileiros e passa a ser lista para publicação de matérias que poderiam muito bem estar na coluna da direita e/ou na lista contato, para ser lista de palpites, de um folgado que não tem vontade de integrar o CMI, mas entra na lista para dizer o que a gente deve ou não fazer. (Enviado à lista de discussão nacional do CMI, em 24 dez. 2004, por “grazi”).

Espero que a gente avance em nossas coberturas que realmente tem muitas deficiências, e as críticas ajudam muito nesse processo. (Enviado à lista de discussão nacional do CMI, em 5 jul. 2005, por “roqueto”).

É importante salientar que todas essas opiniões foram publicadas em um contexto de intensa discussão sobre as atividades do CMI. Eles são ora respostas a outros comentários, ora provocações. As duas últimas são endereçadas à mesma pessoa: Moésio Rebouças, membro do movimento anarquista brasileiro e maior provocador da lista de discussão do CMI. Apesar de ter diferentes graus de provocações, os comentários servem, em todos os casos, para manifestar que a força do CMI surge sempre da inquietação, seja ela externa ou interna. Haveria, então, uma fronteira crítica dentro do próprio CMI?

O fato de que todo centro da rede Indymedia decide suas ações por consenso, e não por voto, é um indicativo de que as divergentes opiniões entre o grupo só podem existir enquanto estiverem caminhando para um mesmo ponto. E o exercício da crítica não deixa de ser um objetivo convergente. Se o voto pressupõe uma resolução de acordo múltiplo, com opiniões que, mesmo ficando de fora do campo das decisões, mantêm-se firmes em suas posições, o consenso pressupõe uma resolução de acordo comum, em que as opiniões de fora terminam, mais cedo ou mais tarde, sendo opiniões de dentro. Essa metodologia de tomada de decisões reflete que o grupo existe como uma comunidade de pensamento coeso. Portanto, a fronteira crítica é externa a eles.

É preciso identificar a partir de que ponto esses grupos, vindos de lugares, prioridades e opiniões distintas, não apenas estabelecem táticas semelhantes de atuação, como paralelamente criam identidades convergentes e atuam a partir de uma fronteira crítica entre a subjetividade de seus atores e o sistema que o frustra qualitativamente.

Para tanto, é fundamental procurar as relações que se constituem a partir do processo de construção da subjetividade e da cidadania. É com base nesse processo que Boaventura explicará a formação dos NMS na fase do capitalismo a que ele chama de desorganizado. A partir das lutas de classes e do marxismo, Boaventura irá traçar uma seqüência de ações em um processo histórico não-linear, que deu base para a formação dos Novos Movimentos Sociais. Explicará esse processo a partir de dois pilares, que sustentam a compreensão da modernidade: a regulação e a emancipação.

A regulação seria formada a partir de três princípios: o princípio do Estado, do mercado e o da comunidade. Tomando esses princípios respectivamente de Hobbes, Locke e Rousseau, ele explica a regulação como um controle social,

constituído a partir da modernidade, funcionando, na verdade, como matriz dessa própria modernidade. Em contraponto a essa regulação, haveria a emancipação, manifestada ora pela racionalidade do direito moderno, ora pela racionalidade das ciências e das técnicas e também pela racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura. De todas as formas, a racionalidade é o fundamento maior da emancipação.

Ao analisar as forças de regulação e emancipação da modernidade, ele estabelece a força da subjetividade e da cidadania em diferentes estágios do capitalismo. A subjetividade seria uma qualidade do indivíduo se refletir no mundo a partir de uma consciência ampla em vários aspectos, enquanto cidadania seria o elemento em comum de uma determinada comunidade política que reflete sobre direitos e deveres que lhe competem no mundo. Para Boaventura, a modernidade é perpassada sempre por uma tensão entre a subjetividade individual e uma cidadania direta e ou indiretamente reguladora e estatizante. Reguladora no sentido de que, no estágio primeiro do capitalismo liberal, essa cidadania, que nasceu a partir da luta de classes e das ideias marxistas, terminou enfraquecendo a subjetividade individual em detrimento de uma subjetividade coletiva, tão “monumental” quanto a subjetividade do Estado.

Ao consistir em direitos e deveres, a cidadania enriquece a subjetividade e abre-lhe novos horizontes de auto-realização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via de direitos e deveres gerais e abstratos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma o sujeito em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas. (BOAVENTURA, 1996, p. 240).

Essa relação entre cidadania e subjetividade é observada, também, sob a luz do trabalho de Foucault, que diz não haver, na verdade, tensão entre essas duas abstrações, posto que, uma vez que a cidadania institucionalizou a reflexão, ela criou uma subjetividade igualmente burocrática. Mas a referência à preponderância da subjetividade coletiva da cidadania se dá nas duas primeiras fases das três que Boaventura identifica no capitalismo: a liberal (hipertrofia do mercado), a organizada (equilíbrio entre o Estado e o mercado) e a desorganizada (nova hegemonização do

mercado)<sup>23</sup>. É na última dessas fases, a do capitalismo desorganizado, que surgem os Novos Movimentos Sociais. A diferença fundamental entre ele e os estágios anteriores do capitalismo é uma outra configuração dos três princípios do pilar regulador: a partir dos anos 60, o que se vê são movimentos que refletem o enfraquecimento do princípio do Estado e o fortalecimento do princípio do mercado e, mais ainda, da comunidade. Isso muda completamente a configuração entre subjetividade e cidadania.

Quando o mercado passa a ser supranacional e sua moeda torna-se lei na construção de sociedades cada vez mais transnacionais, o Estado-Nação perde sua força. Isso implica em cidadãos órfãos, posto que o contrato social previa a tutela do Estado-Nação sobre o bem-estar de seus protegidos. A partilha dos ganhos da produtividade se dava de duas formas: a partir da reivindicação das lutas trabalhistas e da exigência dos benefícios cedidos pelo chamado Estado-Providência.

Cada vez mais suscetíveis a discussões sobre identidades transnacionais, esses movimentos passam, portanto, a questionar a força opressora da subjetividade “monumental” das classes, que não deixava espaço para que a subjetividade individual despertasse de seu sono profundo. É nesse momento histórico, situado nos anos 60, que surgem os movimentos estudantis, de onde, aliás, o CMI tem muita herança, posto sua formação atual com um grupo de maioria estudantil, voluntários que descendem diretamente de gerações influenciadas pelos diretórios acadêmicos.

Boaventura lembra que os movimentos estudantis tiveram três grandes méritos: o primeiro foi o de confrontação de um sistema capitalista como um todo. A partir dessa crítica macro, eles identificaram uma generalizada opressão aplicada ao cotidiano das pessoas, por meio ora do trabalho, ora do sistema família e propriedade, presente não apenas no chão de fábrica, mas no chão da sala de jantar, onde o patriarca ocupava a posição na ponta da mesa, central a uma família que estava à margem dessa figura. Por último, os movimentos estudantis tiram, da luta de classes, a exclusividade das reivindicações contra-hegemônicas. É importante notar que, pouco depois que esses movimentos recolocaram em pauta a necessidade de uma subjetividade não-institucionalizada dos indivíduos, surgiu o movimento punk e a urgência do cada-um-por-si e todos-contra-o-sistema, essência

---

<sup>23</sup> O autor deixa claro que, ao se referir ao capitalismo desorganizado, ele se refere ao capitalismo observado nos países desenvolvidos.

da filosofia faça-você-mesmo, tão presente na prática do Centro de Mídia Independente. É a partir desse momento, segundo Boaventura, que os movimentos sociais deixam de responder ao pilar da regulação para, finalmente, se revelarem como emancipatórios.

Essa emancipação acontece com a denúncia do excesso de regulação observado a partir de uma perspectiva subjetiva do sujeito, em relação não mais ao Estado, mas ao sistema econômico, social e político, imposto pelo regime capitalista. “Os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive”. (BOAVENTURA, 1996, p.258). O foco de combate passa a ser, então, simultaneamente difuso, pois está ligado a questionamentos das mais diversas comunidades (“a mais-valia pode ser sexual, étnica, religiosa, etária, política, cultural”, (BOAVENTURA, 1996, p.259), e concentrado, pois todos têm como base de sua reflexão o questionamento do poder supranacional e a deslegitimação das instituições mais fortes desse mesmo poder, sejam elas os Estados Unidos, a Organização Mundial do Comércio ou o Fórum Econômico de Davos.

Acontece, assim, o inverso do que a cidadania social previa, quando imaginava que estaria ela a provocar uma conseqüente subjetividade nas pessoas. Com os NMSs, é a subjetividade que abre espaço para que se constitua uma nova cidadania, agora mais politizada ainda a partir dos processos cotidianos, de um agir que deve estar refletido nas roupas que se usa, nas relações pessoais e até na comida que se come.

A politização do social, do cultural e, mesmo, do pessoal abre um campo imenso para o exercício da cidadania e revela, no mesmo passo, as limitações da cidadania de extração liberal, inclusive da cidadania social, circunscrita ao marco do Estado e do político por ele constituído. (SANTOS, 1996, p. 263)

Se Melucci afirma que uma teoria da produção social implica uma teoria da identidade de comunidades (e não de instituições), Boaventura trabalha com um processo cultural do cotidiano vivido por cada um. Identidade coletiva e subjetividade individual se cruzam assim em uma geração inspirada pela já citada filosofia punk do

ser-você-mesmo-em-grupo. Em ambas as situações, a abordagem culturalista é determinante na constituição do paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

Essa perspectiva dos NMSs, naturalmente, recebeu críticas não exatamente por sua centralidade na questão cultural, mas por ter deixado de lado avanços conquistados pelos paradigmas anteriores, particularmente pelo da Mobilização dos Recursos, que revelou o caráter organizacional dos movimentos sociais, com a sua demanda por recursos e, mesmo, criação de redes de comunicação, tão importantes nos estudos dos movimentos sociais, ligados aos grupos antiglobalização.

De uma forma geral, podem-se estabelecer, ao menos, seis características básicas às teorias que deram conta dos NMSs. 1) Os movimentos sociais surgem a partir de identidades coletivas e as recriam em sua dinâmica; 2) essas identidades só são passíveis de existir em um ambiente propício ao estímulo da subjetividade individual; 3) os NMSs se utilizam de táticas radicais e se diferenciam das estratégias usadas, por exemplo, pela luta de classes; 4) a conjuntura socioeconômica de onde surgem os NMSs é de uma diluição do poder do Estado; 5) tendo como inimigo agora não mais o Estado, mas instituições globais, esses movimentos trabalham em função da deslegitimação do poder instituído e 6) para tanto, eles se organizam de forma descentralizada e desburocratizada.

O texto de introdução à política editorial do CMI, publicado no próprio site, revela como essas características dos Novos Movimentos Sociais estão presentes nos propósitos do centro brasileiro:

O Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil é uma *rede* anticapitalista de produtores/as de mídia *autônomos/as* e *voluntários/as*. Com o objetivo de *construir uma sociedade* livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI procura garantir *espaço* para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em *sintonia* com esses objetivos - possam publicar *sua própria versão dos fatos*. [grifo nosso].

O termo “rede” indica que se trata de um grupo transnacional; “autônomos” e “voluntários” sugerem que não existe uma burocratização desse grupo, todos são livres para entrar e sair; “construir uma sociedade” revela que, como um movimento antagonista, eles não demandam por direitos específicos ou pontuais ações para

melhoria de determinada categoria, eles demandam por uma mudança na direção do leme; “espaço” demonstra que o CMI é, por excelência, a esfera de discussão dessas mudanças e “sintonia” prova que, mesmo tendo o voluntário do CMI “sua própria versão dos fatos”, há uma coesão de pensamento entre sua subjetividade individual e um grupo maior.

### 3.3 ANTIPODER EM HOLLOWAY E MULTIDÃO EM HARDT E NEGRI

O choque direto entre identidade coletiva e subjetividade individual ganha uma análise política voltada aos novos movimentos sociais com o trabalho de John Holloway (2003). O autor parte da subjetividade que reside no universo do cotidiano para falar de como se pode lutar não por um lugar no poder, mas por um espaço de antipoder. Para chegar até o conceito desse antipoder – e é importante frisar que Holloway se nega a fechar uma definição sobre qualquer termo –, ele usa as expressões poder-fazer e poder-sobre. O primeiro concentra a possibilidade que o homem tem em pensar e criar a partir de suas ideias. Já o poder-sobre seria a maneira como o mesmo homem manipula o poder-fazer a ponto de usá-lo em função de uma relação vertical de poder, transformando esse fazer em algo alienado à possibilidade criativa do homem. O fazer, então, se romperia, uma vez que se separa a concepção da execução. O homem que produz não pensa, e o homem que pensa induz à produção do outro.

Holloway trabalha com base no conceito de fetichismo de Marx, que se dá justamente no momento em que o valor de uso de um objeto, ou seja, sua utilidade e seu real custo passam a ser superados pelo seu valor de troca, que é o valor relativizado por outros elementos simbólicos agregados a esse mesmo objeto. É o processo de construção desse valor relativo que Marx vai chamar de fetichismo, palavra que Holloway usa para tratar da desumanização que o sistema de produção fetichizado promove:

No capitalismo, existe uma inversão da relação entre as pessoas e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivação do sujeito e uma subjetivação do objeto: as coisas (o dinheiro, o capital, as máquinas)

se convertem em sujeitos da sociedade, as pessoas (os trabalhadores) se convertem em objeto. (HOLLOWAY, 2003, p.83).

O fetiche de transformar coisas em sujeitos e sujeitos em coisas se estende no capitalismo até as relações políticas entre aqueles que detinham o poder-sobre e aqueles que simplesmente trabalhavam para atender aos primeiros. Para questionar o poder e, no processo dialético, exigir um novo poder, os trabalhadores passariam a assumir identidades coletivas. Mas essas identidades, segundo Holloway, fetichizam tanto quanto o capitalismo e criam, como citaria Boaventura, uma subjetividade tão “monumental” quanto a subjetividade do Estado. Ao se afirmarem em determinada categoria ou classe, as pessoas se circunscreviam em definições entre o que elas eram, e o que elas não eram. O domínio da identidade segrega as pessoas entre as que são e as que não são. A identidade também legitima o próprio capitalismo, que separa o mundo entre os que detêm poder-sobre e os que não detêm. “Um mundo da identidade absoluta é também, por isso, um mundo da diferença absoluta”. (HOLLOWAY, 2003, p.99).

Para Holloway, só pode existir uma mudança do mundo quando os indivíduos criarem uma subjetividade de identidades múltiplas: a pessoa passa, então, a responder não apenas por sua identidade de trabalhador, mas igualmente de negra, mulher e assim por diante. Suas demandas deixam de ser apenas por direitos de salários e benefícios que as leis do Estado-Nação vão lhe ceder. Passam a ser demandas por uma luta contra o próprio poder-sobre e todo o sistema atrelado a ele. Com isso, essas pessoas lutam também contra o poder da família patriarcal, branca e rica. E essa luta não se dá, muitas vezes, de forma organizada, ela acontece no plano do cotidiano, da subversão dos detalhes e de táticas mais provocativas que institucionalizadas.

A questão da identidade, ou melhor, de uma identidade difusa torna-se novamente central para discutir o lugar dos movimentos sociais, embora Holloway não use o termo “movimentos” ao falar de uma nova subjetividade. Aliás, para o autor, “o nós-que-queremos-mudar-o-mundo não pode ser definido”. (HOLLOWAY, 2003, p.99). Por uma questão de sobrevivência, essa identidade precisa ser invisível. Assim como são as pessoas invisíveis por trás das máscaras do exército zapatista e, claro, por trás dos nicks usados na internet pelos integrantes do Centro de Mídia Independente e de outras redes com propósitos semelhantes.

Invisível também será o espaço de antipoder na tese de Holloway. Em primeiro lugar, o antipoder é um estado de espírito. É a maneira como o ser humano lida com outros seres-humanos a partir de princípios, como dignidade, amizade, fraternidade e cooperação. Palavras como tolerância, por exemplo, são banidas por esse agir, já que pressupõem a existência de identidades absolutas, de negociações entre o “eu” e o “outro”. O antipoder é o lugar do não-poder, instrumentalizado pelas não-identidades, a partir sempre da negação do poder-sobre. “Esse substrato de negatividade é a matéria dos vulcões sociais. Esse estrato de não-subordinação desarticulada, sem rosto, sem voz, tantas vezes desprezado pela ‘esquerda’, é a materialidade do antipoder, a base da esperança”.(HOLLOWAY, 2003, p.235). Portanto, mesmo sem discorrer sobre uma teoria dos movimentos sociais, o autor revela que grupos como os já citados zapatistas ou ainda o Movimento dos Sem-Terra no Brasil estão dentro dessa perspectiva de antipoder, pois lutam essencialmente contra o capitalismo, negando suas práticas.

Como não trata especificamente das ações coletivas voltadas para a construção desse antipoder, Holloway não deixa claro como, uma vez juntas, as pessoas não terminem construindo, a partir da simples negação em se adequar ao sistema do poder-sobre, uma percepção de poder alternativo. Afinal de contas, por mais abstrato que seja o conceito de poder e por maior a consciência de que sua existência possa ser maléfica à sociedade, poder é uma ideia introjetada no homem em todo seu percurso histórico.

Em segundo lugar, o antipoder deve ser entendido dentro do contexto de poder. Nesse aspecto, o antipoder só pode ser analisado uma vez que se entendam as relações de poder de um dado momento, para que se possam buscar dinâmicas de resistência a isso. E, dentro das características do “capitalismo desorganizado”, o antipoder, promovido por identidades difusas tem como contraponto o poder de um capitalismo igualmente difuso, sem mais a fortaleza do Estado-Nação e com uma economia global que massacra sem precisar se fazer visível.

O próprio Holloway vai buscar em Hardt e Negri (2005a) a base desse novo estado de poder, achando neles alguns pontos de convergência com o seu trabalho, mas, na maioria das vezes, criticando a postura de se criar um novo paradigma asfixiante para definir, mais uma vez, quem é poder e quem se subjugava a ele. Os pontos de convergência seriam dois: primeiro, o entendimento da luta contra o poder como o eixo de desenvolvimento social, e, segundo, a compreensão de que essa

luta já responde mais por um desejo de se tomar o poder do Estado. Mas Holloway irá criticar não apenas o determinismo paradigmático de Hardt e Negri, como o fato de eles finalizarem seu trabalho com uma ode à figura do militante, como a corporificação da subjetividade.

Hardt e Negri, no entanto, avançam em um aspecto que não chega a ser abordado nas relações de poder de Holloway e que passou a ser um dos centros de discussões sobre produção social a partir dos anos 90: a produção comunicativa imersa em uma lógica de redes e não mais dissociável da construção de uma legitimação do Império. Antes de prosseguir nesse tópico, é preciso esclarecer mais precisamente a partir de que princípios irá ser formulado esse paradigma imperial.

Se Holloway fala em poder-sobre, Hardt e Negri falam de biopoder. É a partir de um terreno cimentado por Foucault que eles trabalham com esse termo. Foucault demonstrou o processo de transformação de uma sociedade disciplinar, em que o homem respondia a estímulos externos de comportamento, para uma sociedade de controle (FOUCAULT, 2003) quando o homem passa a agir em função de estímulos internos de auto-alienação (como se vivesse em um constante *Big Brother*, ciente de que está sendo vigiado e controlado). O corpo e o cérebro do ser humano passam a sofrer os sintomas de um poder cada vez mais invisível e controlador. A esse novo paradigma de poder, Hardt e Negri chamam de biopoder, “uma forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”. (HARDT; NEGRI, 2005a, p.43).

Apesar de entender a gênese do Império como uma formulação jurídica (o direito imperial é um direito de polícia, ou seja, de controle e manutenção da ordem em uma esfera supranacional por entidades supranacionais), Hardt e Negri irão explicar a dinâmica do Império a partir do conceito de biopoder, que é um poder orgânico, presente em todas as situações da vida cotidiana. A ideia de biopoder surge a partir do momento em que o trabalho deixa de ser exclusivamente concentrado em atividades objetivas como aquelas realizadas no chão de fábrica, e passa a ter uma relevância maior para a economia do mundo quando essas atividades são subjetivas e exigem um pensamento crítico e criativo de seus novos operários. O trabalho imaterial dá base para as pessoas potencializarem sua subjetividade e, portanto, darem, também, margem a questionamentos mais provocativos. Esse trabalho é estudado por Hardt e Negri a partir de três aspectos que eles chamam de primários para se entender a sociedade contemporânea. São

eles o “trabalho comunicativo de produção industrial que, recentemente, se tornou ligado a redes de informação, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação dos afetos”. (HARDT; NEGRI, 2005a, p.49).

Interessa particularmente a esta pesquisa desenvolver a subjetividade do trabalho comunicativo, pois é ela quem dará a legitimidade do próprio Império e é ela a mais próxima das atividades desenvolvidas pela rede Indymedia. Para Hardt e Negri, o espaço de relação entre a subjetividade crítica e poder se dá fundamentalmente no campo da comunicação, pois é a partir dela que o imaginário e o simbólico se integram à percepção que cada um tem da realidade. Seu papel é duplo e oposto: de um lado, o trabalho de comunicação dá possibilidades para que as pessoas, inseridas agora em um contexto de rede, transformem a própria comunicação em uma ferramenta política. Ela deixa de ser apenas mediação para se transformar no fim em si.

O desenvolvimento de redes que se comunicam tem uma relação orgânica com a emergência da nova ordem mundial – é, em outras palavras, efeito e causa, produto e produtor. A comunicação não apenas expressa mas também organiza o movimento de globalização. Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões por intermédio das redes. (HARDT; NEGRI, 2005a, p.51).

Por outro lado, é a comunicação que legitima essa nova ordem mundial. Somente ela tem livre circulação entre o funcionamento do poder e o cotidiano das pessoas comuns. A dinâmica da mídia, nesse aspecto, é determinante para entender a partir de que pressupostos o poder se constrói simbolicamente e como também essa construção acontece em nome de interesses verticais, servindo para dar legitimidade ao Império.

A comunicação facilitará a formação do ser biopolítico, ou seja, dos indivíduos que não mais dissociam suas vidas de uma relação de poder. As lutas que emergem dessa condição biopolítica têm novas características, e os autores destacam três delas: primeiro, os novos movimentos sociais partem de situações locais para questionarem uma estrutura global. Segundo, eles não percebem distinções entre agendas políticas, econômicas e culturais, pois todas essas esferas fazem parte de

um todo maior, que seria o Império e, terceiro, por serem transversais a esses vários setores, os movimentos são capazes de criar uma nova configuração de esfera pública e de comunidades.

Para tanto, é preciso que esses novos movimentos sociais estabeleçam alguns pontos de comum acordo entre eles: primeiro, para lutar contra o Império, os movimentos necessitam enxergar neste um inimigo comum a todas as causas. Segundo, essas causas, a partir de construções simbólicas, reclamam traduções entre reivindicações locais e críticas globais. O surgimento dos Dias de Ação Global, bem como de grupos como a rede Indymedia que se apóia em situações locais e, no entanto, fazem parte de uma rede global de comunicação entre ativistas e não-ativistas, são resultados das necessidades que a nova ordem mundial colocou sobre as pessoas.

No site do CMI, bem como em várias outras páginas que fazem parte da rede, existem links para a tradução das notícias diárias publicadas em outras línguas, particularmente o inglês e o espanhol, reconhecidas como sendo as mais faladas no mundo. Existe, portanto, a preocupação com essa internacionalização dos assuntos, tanto a partir de uma tradução lingüística, como de uma tradução estritamente subjetiva quanto ao posicionamento político do grupo.

Na perspectiva de Hard e Negri, ao mesmo tempo em que o Império intensifica a abstração do poder-sobre, para citar a expressão de Holloway, ele abre mais possibilidades para que as pessoas passem a perceber esse mesmo poder. E o acesso cada vez mais próximo do fazer comunicacional tem tudo a ver com essas novas possibilidades, com táticas que usam os mesmos meios de legitimação do poder para deslegitimá-lo.

A partir disso, seria possível, então, mudar o mundo sem tomar o poder, como formula Holloway? Com o paradigma do Império, o lugar do poder passa a ter um horizonte cada vez mais invisível e disseminado de tal maneira sobre a sociedade que sua percepção deixa de ser externa (o homem e o poder) e passa a ser interna (o homem como um elemento dentro do poder). Assim como no ciberespaço, não haveria mais governo, apenas governança. E em outras palavras e novamente buscando a referência do espaço virtual, o Império não tem um lugar fixo, um ponto para onde se pode enxergá-lo, ele está em todos os lugares. Portanto, quando Hardt e Negri afirmam que a “multidão, em sua vontade de ser contra e em seu desejo de libertação, precisa atravessar o Império para chegar ao outro lado” (HARDT; NEGRI,

2005a, p.238), eles não definem que o outro lado seria esse e como seria possível atravessar o Império uma vez que ele próprio já atravessa todos os lados.

No entanto, ao falarem de multidão e das novas possibilidades de comunicação em rede, Hardt e Negri se aproximam da ideia de mudar o mundo sem tomar o poder, ou melhor, de mudar sem ter como base um novo governo, mas uma nova governança, uma maneira de criar um sistema fundamentado em táticas do cotidiano, de fazer surgir um outro Império, o da subversão à ordem capitalista. A multidão é assim chamada porque não tem uma identidade fixa, multidão indica que todos, sem distinção, podem se unir a uma massa que conteste a soberania do Império. E a maneira como ela irá ser expressa em um objetivo comum se dá a partir da comunicação:

Se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporalidade produtiva, então o controle do sentido e do significado lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política. (HARDT; NEGRI, 2005a, p. 428).

O controle desses sentidos, como bem irão entender os novos movimentos sociais e, portanto, grupos como o Centro de Mídia Independente, passa a ter uma nova configuração a partir da internet.

### 3.4 O PAPEL DA INTERNET NAS PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir do momento em que os movimentos sociais passam a interpretar o mundo de um ponto de vista cultural e biopolítico, reivindicando não mais direitos a classes específicas, mas lutando por um diferente sistema que seja justo para todos, fica claro que o eixo das lutas torna-se a disseminação de um sentimento comum. A internet, nesse sentido, não mais pode ser vista como um elemento à parte da construção desse sentir, dessa subjetividade. O estudo de seu papel dentro, especificamente, do Centro de Mídia Independente e da rede do qual ele faz parte,

pode partir de dois pontos que se cruzam: primeiro, a função agregadora que a internet possibilita a partir de ferramentas de comunicação simultânea entre pessoas espalhadas em vários cantos do mundo. Apesar das barreiras, na maior parte das vezes linguísticas, que existem entre pessoas de diferentes locais, há uma lenta mas progressiva construção de elementos simbólicos comuns dentro do ciberespaço. Paralela a essa atribuição de instrumento de coesão, a internet funciona para o Indymedia como o meio de comunicação mais eficiente e prático para difundir e publicizar os ideais do grupo.

A partir dos anos 90, vários movimentos sociais tornaram-se conhecidos, notadamente, por ter utilizado essas duas funções da internet para se consolidarem. Uns fizeram mais uso dos primeiros recursos, ou seja, de aproveitar as ferramentas de comunicação com fins de associação, caso, por exemplo, do movimento espiritual e político chinês Falun Gong<sup>24</sup>, que ganhou força depois que passou a se comunicar internamente a partir da internet, sob a liderança de Li Hongzhi, a essa altura morando já em Nova York, de onde se comunicava com os membros do grupo que estavam na China a partir da internet. A força que o grupo ganhou com a internet desafiou o Partido Comunista Chinês (PCC), que, depois disso, não apenas queimou livros da filosofia Falun Gong, como bloqueou o acesso à internet a termos que fizessem referência ao grupo.

Já entre os movimentos que melhor se aproveitaram da internet para difundir seu pensamento e, assim, ganhar simpatia de outros grupos e indivíduos, o mais famoso exemplo é o caso do movimento zapatista, no México. Como já citado no primeiro capítulo, foi pelo acesso à rede La Neta que o grupo conseguiu fazer circular as demandas de um movimento que, embora tivesse um contexto local de desapropriação de terras e aniquilação de uma economia rural, fazia-se universal quando incorporava suas reivindicações a uma situação global de exploração do capitalismo globalizado sobre populações pobres. No caso do México, essa exploração estaria corporificada na negociação que possibilitaria a entrada do país no Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta).

Nos dois casos, tanto na experiência com o grupo Falun Gong quanto nas práticas até hoje utilizadas pelos zapatistas, ou neozapatistas como também se

---

<sup>24</sup> Os princípios morais do Falun Gong são três: verdade, benevolência e tolerância. A filosofia Falun Gong busca sua base em várias religiões, como o taoísmo e o budismo. Seus seguidores acreditam em deuses e demônios, em reencarnação e na existência de outras dimensões físicas.

costuma escrever, a ideia é de que a internet esteja em uma posição central nesse corredor por onde os movimentos sociais precisam passar para se tornarem eficazes e conseguir mais adeptos.

Manuel Castells (2003) dedica parte de seu trabalho a analisar a centralidade da internet dentro dos novos movimentos sociais. Para ele, a web só tem a importância que tem nesses movimentos porque ela é dotada de uma capacidade de circular significados que nenhuma outra ferramenta de comunicação possui. Inserida, então, em um contexto de ação coletiva que, a partir dos anos 60, vai convergindo para questões de identidade e de lutas simbólicas que precisam atacar um inimigo em comum (sob o nome de poder-sobre, Império ou mesmo capitalismo globalizado), a internet torna-se imprescindível.

Nesse contexto, a comunicação de valores e a mobilização em torno de significados tornam-se fundamentais. Os movimentos culturais (no sentido de movimentos voltados para a defesa ou a proposta de modos específicos de vida e significado) formam-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a internet e a mídia – porque é principalmente através deles que conseguem alcançar aqueles capazes de aderir a seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como um todo. (CASTELLS, 2003, p.116).

Em um artigo em que faz um estudo de caso da rede Indymedia a partir do cruzamento entre as teorias dos movimentos sociais e o papel da internet, Virginie Mamadouh<sup>25</sup> afirma que a internet é valiosa aos movimentos nos quatro *frames* das ações coletivas: descontentamento, recursos, oportunidades e identidade.

Como elemento de descontentamento, a rede Indymedia usa a internet como um recurso próprio de subversão: os softwares usados pelo grupo são todos livres, portanto não-comercializáveis, e o esquema de publicação de textos, fotos, áudios ou vídeos na página é baseado em programas de publicação aberta, o que implica que qualquer material produzido exclusivamente para os sites da rede pode ser

---

<sup>25</sup> Mamadouh publicou em 2003 o artigo *Internet, scale and the global grassroots: geographies of the Indymedia network of independent media centers*. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/bpl/tesg/2004/00000095/00000005/art00003>>. Acesso em 15 Jan. 2005

republicado e reproduzido em outros meios, desde que, para isso, ninguém use esses produtos para vender.

Sob o ponto de vista da mobilização dos recursos, já foi visto como a internet, a partir de listas de discussão, e-mails, chats e do próprio site, dá fundamentos à organização de todos os centros do Indymedia. Em termos de oportunidade, a internet é um meio que potencializa as táticas de sincronia global em manifestações como os dias de Ação Direta, agora cada vez mais irradiadas antes, durante e depois dos eventos pelos sites da rede Indymedia.

Quanto à dimensão da identidade, como Castells postulou, a internet difunde ações simbólicas sem a necessidade de intermediários, possibilitando que cada um se torne sua própria mídia. A construção da identidade vai sendo moldada, assim, sob um arsenal de conteúdos simbólicos que, por mais distintos que sejam, terminam convergindo para uma crítica em comum, e transformam dessa maneira grupos completamente diferentes em uma multidão com uma identidade bem definida: a insatisfação.

## 4 CMI COMO COMUNIDADE

*“Você quer fugir do gueto? Mas o mundo inteiro é o gueto”*

*Marcelo D2*

### 4.1 POR QUE DISCUTIR COMUNIDADE

Em português, a expressão terminou sendo levada a adotar o pronome no singular, mas isso não impede que, por trás do lema punk do “faça você mesmo”, se vejam os contornos de uma unidade plural. No processo de percepção de um “façamos nós mesmos”, existe uma carga simbólica coletiva, que é muito anterior ao movimento punk. A esse simbolismo se dá o nome de comunidade. E, se a identidade coletiva está na base dos Novos Movimentos Sociais, falar em comunidade agora é, de certa forma, entender que pode estar justamente na diferença o grande cimento de uma identidade comum. Pois, quando o punk grita “seja diferente”, “seja você mesmo”, a mensagem que chega do outro lado pode ser lida como “seja diferente, assim como nós somos”. Ser distinto significa, também, ser semelhante.

O Centro de Mídia Independente, a exemplo de vários outros grupos ativistas observados sob a ótica dos Novos Movimentos Sociais, responde a uma necessidade cada vez maior de encontrar ligas entre as diferenças. Do ponto de vista técnico, esses grupos têm a seu favor o avanço das tecnologias de redes, particularmente a internet, que funciona como uma tela de várias cores e texturas diversas, mas, ainda assim, uma só tela, produto que se faz único não pela delimitação de quatro ângulos, mas porque as cores e texturas têm um fim em comum: a expressão de uma mensagem.

Do aspecto cultural, os movimentos sociais tomam uma identidade que reflete a transnacionalização da economia e o enfraquecimento do Estado como elemento de coesão nacional. As nações deixam de ser um sentimento territorializado e passam a ser um sentimento de identificação a partir da diferença. E a diferença se refere ao modelo do homem branco, europeu, eixo da instituição familiar. Mas pode, apenas a diferença, se constituir em comunidade? O que dá (com)unidade às cores

e texturas em uma tela é uma substância específica ou é um sistema simbólico complexo? O debate sobre o modelo de comunidade sobre o qual a ciência se debruça a partir do fim do século 20 é bem introduzido por Raquel Paiva:

O que pode haver de atual na discussão de um tema que está presente no pensamento platônico, que faz parte da filosofia medieval e ao mesmo tempo conflui para a moral cristã? Sim, porque enveredar pela proposta de discorrer sobre o conceito de comunidade significa ter que considerar todas essas possibilidades e ainda, principalmente, a sua forte e contundente inserção no cotidiano da atualidade. (PAIVA, 1998, p.67).

Desse modo, falar de comunidade exige uma introdução à maneira como o conceito foi analisado no curso histórico das ciências humanas e, naturalmente, explorar como os estudos contemporâneos do termo se aplicam a um objeto de estudo que, como o CMI, usa constantemente palavras como “coletivos” e “voluntários” para dar uma noção de integração a pessoas que, a despeito das distâncias e das diferenças culturais, pretendem constituir um sentimento global de contestação a partir da mídia. Sendo esse sentimento então fixado em um quadro de desejo de mudanças sociais, com disposições reivindicatórias, torna-se mais elementar ainda explorar os recortes teóricos dados à comunidade, expressão ligada diretamente a uma crença em uma luta contra grupos hegemônicos.

E, como frisa Paiva: “é necessário assumir que a ideia de comunidade sempre esteve relacionada ao propósito de construção do mundo real, embora como lugar que atendesse ao imaginário do grupo”. (PAIVA, 1998, p.69). O fato é que esse imaginário é indissociável da prática midiática e que, portanto, a associação entre comunidade e mídia se dá no campo primário mesmo do sentimento de pertencimento. A realidade construída pela mídia afeta diretamente a percepção da comunidade sobre si mesma e sobre os outros. Dessa maneira, o termo será, primeiro, analisado em seus conceitos mais relevantes e, segundo, cruzado com a formatação dos grupos que participam do Centro de Mídia Independente.

O termo comunidade foi utilizado por Platão como um elemento abstrato de liame entre grupos de pessoas. Aristóteles, em crítica a Platão, empregou a expressão comunidade comparando-a a um conceito de totalidade, que se construía

a partir de relações em movimento e dos sistemas que essas relações criavam, se opondo à percepção de que pudesse existir uma só substância capaz de criar a sensação de pertencimento.

A definição clássica de comunidade, no entanto, é escrita apenas no século 19, quando Ferdinand Tönnies distingue a ideia de comunidade (*Gemeinschaft*) a partir de uma oposição ao conceito de sociedade (*Gesellschaft*). A primeira seria uma entidade social íntima, fechada e ligada por laços afetivos. A segunda seria uma estrutura maior, pública e fundada a partir das vantagens e benefícios que os outros podem trazer. Essa separação entre comunidade e sociedade deu a ambos os termos uma conotação ideológica, que legou à comunidade uma associação a construções sociais primitivas, pertencentes ao passado pré-industrial, enquanto a sociedade corresponderia ao futuro das máquinas, do racionalismo de grupos de interesses e a uma evolução do conjunto social. A linha evolutiva levaria, assim, a primeira a se transformar na segunda.

É somente a partir de Max Weber que comunidade volta a ser tratada como uma expressão de totalidade, tal qual teria observado Aristóteles. Weber trabalha com o termo “comunidade emocional” (*Gemeinde*), que evoca relações sociais criadas a partir de uma base solidária. Apesar de distinguir comunidade de sociedade, ele nega o paradigma evolucionista e afirma que a comunidade existe dentro da sociedade, uma não é anterior à outra. A comunidade, assim como a sociedade, não poderia ser separada de uma essência mutante, em constante movimento. Desse caráter dinâmico, Weber tira o neologismo comunalização, conceito que se refere não apenas aos processos de vínculos afetivos ou espirituais (tais como nas comunidades religiosas) entre os homens, como aos laços que surgem também em função de interesses, que podem ser econômicos ou políticos, uma vez que eles estejam reunidos em torno de um sentimento solidário que pode ser, sim, afetivo, ou meramente estimulado por um instinto de sobrevivência.

O trabalho de Weber será determinante na análise teórica dada ao termo comunidade no fim do século 20. E, como base para esta pesquisa são tomados dois exemplos que, inspirados em Weber, refletem dois extremos do que vem a ser comunidade nos tempos de comunicações intermediadas em ambientes cada vez mais virtuais. Para isso, primeiro, será feito um paralelo entre Maffesoli (2002) e Bauman (2003). Em seguida, a partir de uma perspectiva que Paiva (1998) faz sobre vínculos sociais, o capítulo formula o sentido da comunidade como construtora da

comunicação. Para finalizar, será retomado um pouco da constituição histórica de grupos que são mediados e, muitas vezes, criados apenas a partir do ciberespaço.

No que se refere, portanto, ao campo dos conceitos, é essencial avaliar o que Maffesoli afirma como sendo tribo e o que Bauman nega como sendo comunidade. Os dois autores são escolhidos justamente por serem complementarmente distintos em suas leituras e por terem como referência, em vários momentos, os estudos empreendidos por Weber no entendimento desses laços em um ambiente inserido na modernidade. Além disso, ambos trabalham com uma ideia de novas “tribos” e costumam explorar a descoberta de eventualidades no campo da teoria social.

Antes de se ater ao corpo teórico dado ao termo comunidade, é preciso esclarecer que o questionamento sobre uma identidade comum das pessoas que participam do CMI é uma interrogação aberta por essas mesmas pessoas. Ou, como observa o voluntário do CMI-Brasília, conhecido como Paíque, em uma análise publicada no site sobre a atuação do grupo em seus primeiros cinco anos:

A atuação do CMI em 2005 transitou principalmente por dois espaços de concepção-produção: uma, convencional e originária da rede, de que o CMI não era um espaço com identidade definida, mas sim uma aglutinação de diferentes identidades de movimentos sociais que reuniam-se somente para fazer o trabalho de mídia. Assim não existiria motivo para o Indymedia assumir-se enquanto agente de ações, pois ele é somente um meio de veiculação delas. A outra perspectiva, que agora coloca-se em confronto com a primeira, é a de que o CMI é composto por militantes e ativistas de movimentos sociais diversos, além de militantes próprios. Isso faz com que a rede tenha uma identidade e um caminho militantes que possibilitem que suas atividades e intervenções assumam o caráter de ação direta. O CMI começaria então a assinar documentos de mobilizações? Notas de apoio? Ações de repúdio? Organizaríamos atos de massa?<sup>26</sup>

Fica claro que, para definir o CMI como uma comunidade, é preciso observar as características desse grupo em suas práticas a partir da internet, seja a partir do próprio site, nas listas de discussão online e a partir das entrevistas coletadas com voluntários da rede.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/341428.shtml>>. Acesso em: 31 Jan. 2005

## 4.2 COTIDIANO: HÚMUS DA SOCIALIDADE

Usando a tensão entre liberdade e segurança como elemento essencial para entender o que vem a ser comunidade, Bauman antecipa sua reticência quanto à ideia de que a comunidade, significando ela um entendimento compartilhado espontaneamente, é um bem que a modernidade tem em alta conta. Ele fala em tempos de desengajamento e usa a palavra como um oposto do que Maffesoli irá chamar de reencantamento.

Desengajamento acontece quando o poder não mais precisa de um sistema vigilante para regular a sociedade já que esta, voluntariamente, se sente insegura quanto ao seu presente e futuro, e vive sob a constante pressão de um olhar repressor, ou seja, para usar a metáfora de Bauman, os gerentes não têm a obrigação de se engajar em um grupo que funciona como uma comunidade artificialmente construída, em nome de uma regulação dos outros. E os outros não precisam mais se engajar em função dos gerentes observadores. O espírito gregário, na verdade, foi, por muito tempo, um espírito de proteção contra os vigias. Sem as guaritas dos panópticos<sup>27</sup> descritos por Foucault, todos estariam sós e inseguros. O que poderia haver em troca então? A liberdade, a outra ponta da gangorra que também sustenta a segurança. Mais liberdade, menos segurança, menos comunidade. De uma maneira reduzida, assim funcionaria o esquema.

E, para citar como exemplo máximo de uma era que ele chama de desengajada, Bauman fala de uma elite cosmopolita global, bastante semelhante à “elite transnacional” como expressa por Christopher Lasch. Trata-se especificamente dos grandes executivos, homens e mulheres de negócios, que vivem num não-lugar, passam boa parte do ano em pontes aéreas e transitam em diferentes espaços, sempre usando do mesmo protocolo de indiferença quanto ao local onde estão. A esse movimento, ele batiza de a “secessão dos bem-sucedidos”. E o território onde se dá essa secessão é uma “zona livre de comunidade” (BAUMAN, 2003, p.55), isto é, em nenhum momento, a elite necessita dela, da comunidade, para existir.

A minoria cosmopolita, portanto, seria o supra-sumo do desengajamento, pessoas que não precisariam mais do abraço acolhedor da comunidade para lhe dar

---

<sup>27</sup> Na obra de Foucault, a figura do panóptico é uma construção arquitetônica moldada para a vigilância de tudo que lhe cerca e, dessa forma, um laboratório do exercício do poder.

segurança, já que elas optaram por desfrutar de uma certa liberdade. Naturalmente, Bauman não reduz o termo comunidade a uma opção entre duas pílulas e, muito menos, toma um pequeno grupo de pessoas para explicar processos de sociabilidade. Na verdade, ele usa esses dois elementos tensionais, segurança e liberdade, para constantemente colocar em xeque as raízes dessa mesma elite. “Liberdade e comunidade podem chocar-se e entrar em conflito, mas uma composição a que faltem uma ou outra não leva a uma vida satisfatória”. (BAUMAN, 2003, p.57).

Bauman lembra, então, de duas fontes de comunitarismo. A primeira faz uma referência direta à “comunidade emocional”, da qual trata Weber e da qual Maffesoli irá tomar emprestada para usar o termo “aura estética”. Essa comunidade estaria definida por um vínculo de identidade, de uma experiência emocional compartilhada. Só que, tal como o frágil processo de formação de identidade (algo que, para Bauman, é “flexível e sempre passível de experimentação e mudança”, 2003: 61), esse laço afetivo da comunidade poderia ser facilmente desfeito. E, para usar a figura de linguagem de Weber, no lugar da jaula de ferro onde vivia a sociedade panóptica, as pessoas estariam debaixo do manto diáfano de onde poderiam sair no momento que fosse desejado. Bauman deixa claro que, em sua perspectiva, a “comunidade estética” (KANT, 2005) não constrói, entre seus membros, um vínculo de responsabilidades éticas. O cimento ético, a segunda fonte de comunitarismo, não existiria nesse caso. O que então os indivíduos *de jure* (e não a elite cosmopolita) procurariam seria não a comunidade estética, mas sim uma comunidade ética, que lhe assegurasse certeza, segurança e proteção, elementos ontológicos da comunhão fraterna, que se toma pela ideia própria de comunidade.

É na natureza dos direitos humanos que Bauman busca a fonte para o desejo de se sentir em coletivos. Uma vez que esse direito seja exercido em nome da diferença, isto é, o direito do indivíduo perante os outros, é natural que as comunidades surjam a partir desses recortes entre um grupo e sua diferença, ou o que está fora dele. O princípio dos direitos humanos agiria como um “catalisador”, que estimularia a produção e a legitimação das diferenças apoiadas pela formação das comunidades.

A questão, para Bauman, é que o estar-junto estético, ou seja, o partilhar de uma mesma experiência identitária, não é suficiente para que se crie o estar-junto ético e, dessa maneira, não chega a constituir uma comunidade. Para ele, a

comunidade de interesses, isto é, a comunidade que existe não apenas para reconhecer uma diferença, mas para dar direitos a ela, é um fenômeno em extinção. “[Ela] está condenada antes de se reunir e tende a se dissolver antes de se solidificar. Não há forças ou pressões, de dentro ou de fora, suficientemente fortes para manter estáveis suas fronteiras e torná-la uma frente de batalha”. (BAUMAN, 2003, p.79). Ele não nega que existe uma coordenação entre as pessoas, mas não acredita em integração. Coordenação porque os indivíduos, em um espaço comum, terminam se dirigindo aleatoriamente sem estar sob o domínio de ordens em função de um grupo com laços éticos, o que, nesse caso, implicaria em integração.

No outro extremo, Maffesoli acredita não em uma dissociação entre a experiência estética e ética, mas sim em uma inseparável ligação entre ambas, manifestadas sempre no plano do costume, nos processos e rituais criados no dia-a-dia, ou seja, no cotidiano. Maffesoli vai trabalhar com uma ideia de proximidade<sup>28</sup>. Para ele, e ao contrário de Bauman, “a sensibilidade coletiva, originária da forma estética, acaba por constituir uma relação ética”. (MAFFESOLI, 2002, p.27).

Usando também a expressão “comunidades emocionais”, ele lembra que Weber usou a expressão para citar agrupamentos efêmeros, facilmente deslocados e dificilmente situados em um território rigidamente cercado. Como já se escreveu aqui, é o manto diáfano no lugar da gaiola. Pois, se essas são características das comunidades modernas, Maffesoli adianta que elas apenas assim se configuram porque existe uma relação entre a comunalização aberta pelas frestas do manto, com a emoção partilhada por aqueles que encobertos estão.

A razão, portanto, nada teria a ver com a constituição dessas novas tribos. É pela contaminação de um sentimento em comum que se sedimenta um conjunto. Aquilo que dará forma a essa organicidade é a experiência ética. Para Maffesoli, o sentimento partilhado pode ser forte o suficiente para dar origem a uma solidariedade, a um grupo de interesses compartilhados. Do páthos comum surge o éthos comum. Com essa característica, a comunidade se definiria antes por uma “pulsão de estar-junto” do que por um “projeto voltado para o futuro” (MAFFESOLI, 2002, p.23).

E de que maneira o estar-junto poderia ser colocado em um plano em que o “junto” pode ser tão relativo quanto a proximidade de pessoas que compartilham

---

<sup>28</sup> Do francês *proxémie*, palavra usada pela Escola de Palo Alto para significar unidades formadas a partir de uma experiência orgânica.

ideias (e, nesse caso, ideais) via diferentes terminais de internet? O ciberespaço passa a ser um ambiente mediador fundamental dessa nova comunidade a partir do momento em que o sentimento em questão é transmitido mais e mais simbolicamente, em imagens que aproximam as pessoas. A pulsão do estar-junto poderia ser, então, uma pulsão pelo estar-ligado, conectado, linkado, ou, nas palavras de Paiva, o “ser-em-comum”.

Para Maffesoli, o que dará forma a essa relação estético-ética é o costume, as práticas da vida cotidiana, “o conjunto dos usos comuns que permitem a um conjunto social reconhecer-se como aquilo que é (...) O costume nesse sentido é o não-dito, o ‘resíduo’ que fundamenta o estar-junto” (MAFFESOLI, 2002, p.31). E estariam nas manifestações dos costumes as provas de que as tribos das quais ele trata são peças-chave no que ele chama de *socialidade*. “É a compreensão do costume como fato cultural que pode permitir uma apreciação da vitalidade das tribos metropolitanas. É delas que emana esta ‘aura’ (a cultura informal) na qual *volens nolens*, estamos todos imersos”. (MAFFESOLI, 2002, p.35). Socialidade, em oposição à sociabilidade, seria uma construção do agora, a união de grupos em função do tempo presente, do estar-junto, enquanto sua irmã semântica, a sociabilidade, se formularia melhor por relações institucionalizadas, com objetivos e um projeto de futuro.

A importância que as práticas do cotidiano tomam no trabalho de Maffesoli existe porque é a partir dos hábitos e, particularmente, dos rituais, que ele dá o escopo do que define como socialidade e seus vínculos orgânicos. Em sua obra inaugural sobre essa sociologia do cotidiano, (MAFFESOLI, 1998), ele destaca o papel do tempo, do espaço e da fantasia na constituição seminal do presente como negação do destino e, mais relevante ainda para este trabalho, negação da própria moral vigente e de poderes hegemônicos.

Para ele, só se pode explicar a *perduração social* entendendo que esta é consequência de uma dinâmica entre o incluído e o excluído, a moral e o que está fora dela, o bem e o mal, a realidade e a fantasia. É percebendo que esses extremos são, na verdade, complementos, que se pode explicar porque, dentre todas as instituições que nascem e morrem, somente os processos sociais resistem à história, se renovando sempre a partir da mesma célula: o cotidiano. É no cotidiano que se encontram os rituais desenvolvidos pelas comunidades para lidar com o tempo, o espaço, a construção social da realidade, vivida sempre a partir da ficção.

Que rituais são esses? A começar com o elemento tempo. Para lidar com ele e com sua mensuração, cria-se a repetição, essência de qualquer ritual. Uma vez que entendemos a existência como uma ordem cronológica de começo, meio e fim, sendo, por isso, a morte o elemento mais essencial para dar sentido à vida, buscamos negar nosso destino (o fim), criando repetições, ou seja, rituais que transformam o tempo presente em algo mais nobre do que ele supostamente seria. Para Maffesoli, a socialidade pós-moderna é precisamente a que acentua cada vez mais o momento do agora. O instante vivido em tempo presente passa a ser refletido a partir do trabalho da mídia, que gera a angústia pela moda mais recente, pela última notícia. A repetição se dá quando essa geração de atualizações passa a ser algo intrínseco ao hábito do ser humano, como em páginas de notícias online, que fazem suas atualizações automaticamente, à medida que as informações vão sendo colocadas no site. A importância desse tempo presente, como explica Maffesoli, “dá dignidade a esse mesmo [tempo] vivido”. (MAFFESOLI, 2001, p.47).

O Centro de Mídia Independente trabalha essencialmente com esse processo de presentificação do cotidiano. O grupo, que surgiu no Brasil com o propósito de, assim como em outros centros da rede Indymedia, cobrir eventos pontuais da luta dos movimentos sociais, passou, em pouco tempo, a mudar suas prioridades. Hoje, o CMI Brasil é um dos centros que mais se atualiza, tanto em sua coluna editorial, como e principalmente na coluna de publicação aberta. E, dessas duas colunas, surgem duas maneiras de lidar com essa ritualização do tempo: primeiro, à medida que o centro foi se percebendo como um elemento de apoio aos movimentos sociais no Brasil, os coletivos espalhados em cada cidade passaram a entender que não havia como eles calcularem a relevância das lutas sociais a partir de seus tamanhos, de sua repercussão frente à grande mídia ou mesmo de seu raio de alcance diante de outros movimentos sociais. Todas as lutas, uma vez inseridas dentro dos preceitos anticapitalistas do CMI, são iminentes. O tempo é o elemento que faz todas elas iguais, todas são problemas do presente. Na coluna da direita, a quantidade de publicações postadas diariamente indica que o site do CMI vive em função dessa circulação de informações, da constante atualização de opiniões ou notícias que são publicadas, às vezes, em intervalos de segundos. Em ambas as situações, o site transmite uma postura comum tanto à rede Indymedia quanto aos próprios movimentos sociais: urgência. E, como mídia, o CMI desempenha a função

de frisar e repetir, cada vez mais, uma urgência do presente que não é, e não somente do futuro que poderia ser.

No campo da construção social da realidade, Maffesoli, novamente, coloca os opostos frente a frente para falar dos processos do cotidiano. Desta vez, realidade e ficção cruzam olhares no mesmo palco. Para o pesquisador, se a pulsão social só existe enquanto há comunicação e, portanto, troca, e se a comunicação só se efetiva a partir de símbolos, então a teatralidade da vida cotidiana nada menos é do que etiqueta padrão para que os indivíduos construam sua realidade social.

Para exemplificar essa teatralidade, nada melhor que tomar como modelo as táticas utilizadas pelos Novos Movimentos Sociais. Pessoas atadas por correntes em frente a fábricas de energia nuclear, manifestantes que ficam nus para condenar o uso de peles de animais, ou mesmo integrantes de um grupo brasileiro chamado de Confeiteiros Sem Fronteiras, que jogam bolo nos rostos de políticos ou empresários, são ativistas que usam a teatralidade para se comunicar. É a partir dos símbolos (correntes, corpos nus, bolos) que eles passam sua mensagem.

Em que medida o CMI se utiliza dessa teatralidade? Tomando como molde para si própria a mesma mídia a que ele faz crítica, isto é, a partir do momento em que o CMI se identifica como um “centro de mídia” que, entre outras propostas, existe para fazer frente à mídia corporativa, ele encena uma outra grande mídia e usa, para tanto, um formato semelhante ao padrão da mídia corporativa. O CMI segue o modelo usado por quase todas as páginas de notícias da internet: uma coluna central mais larga onde os assuntos se destacam, e duas colunas periféricas. O símbolo que o CMI usa, não inadvertidamente, é a própria palavra “mídia”. Assim como o subcomandante Marcos soube fazer uso de elementos da cultura das florestas mexicanas para ganhar a simpatia da mídia dos anos 90, o CMI decidiu aproveitar o fetiche da mídia em si para se transformar em um novo tipo de movimento social, que cria ação a partir da mediação e faz mediação a partir da ação.

Por último, ao tratar de espaço, Maffesoli volta a criar dualidades. Ele, que trabalha com uma percepção muito orgânica dos laços sociais a partir de um espaço comum partilhado, afirma que lugares, muitas vezes, podem ser o próprio sentido dos grupos, e toma como um exemplo mais evidente a família, terreno onde o indivíduo, primeiro, se assume como parte de um todo. No entanto, a família, bem como outras instituições sociais cuja função maior é agregar indivíduos em torno de

sentido coletivo, funciona como um projeto idealizado e mitificado pelos mesmos indivíduos. A “terra prometida” é o lugar da socialidade perfeita, vivida em função de um sentimento espacial, de pertencimento à região. De que maneira então o espaço funciona na lógica dualista do pesquisador? Maffesoli acredita que a “espacialização da socialidade (...) tempera ou serve de antídoto à angustiante passagem do tempo” (MAFFESOLI, 2004, p.86), ou seja, usamos a casa, o bairro e a cidade como ambientes que sedimentam o passado, que fixam o tempo em um local alheio ao inevitável destino da morte. O espaço, para usar uma metáfora do próprio Maffesoli, é um pé no freio do tempo, que insiste em passar. É mais uma tentativa de evitar o futuro e, portanto, mais um motivo de valorizar o tempo presente.

Todos esses rituais convergem para um só ponto, o da negação: da morte, do mal, do pecado, da sombra. E de que maneira eles são mais ou menos intensos na história do homem? Até que ponto a pós-modernidade é mais presenteísta que outros contextos? Enquanto muitos falam de globalidade, individualismo e de uma realidade cada vez mais “real” vista pelas lentes das câmeras de TV, Maffesoli fala do “retorno ao local, a importância da tribo e a bricolagem mitológica”. (MFFAESOLI, 2004, p.22). Fica claro que o pesquisador usa de três elementos para justificar tais afirmações.

O primeiro deles é o próprio princípio dos extremos que, no lugar de se excluírem, se complementam. Portanto, à medida que a mídia e o senso comum propagam um ideal de uma sociedade da informação global, paralela a um individualismo e, por tabela, a uma maior autonomia do ser humano, as manifestações e práticas opostas a tudo isso são aquilo que, de fato, fariam sentido. Portanto, quanto mais se criam equipamentos personalizados ou roupas customizadas, mais se sente a necessidade de personalizar e customizar a tribo.

Em segundo lugar, Maffesoli trabalha com a ideia do cíclico, do retorno. E tribalismo é uma palavra propositalmente usada para evocar algo bastante familiar no estudo de grupos sociais da Antiguidade. Por último, a fragilização de instituições como o Estado-Nação, a utilização mais e mais intensa de tecnologias que realocam tempo e espaço, a explosão dos chamados grupos terroristas, que expõem o “mal” contido numa panela de pressão, todas essas pontuações históricas colaboram para as provocações de Maffesoli.

É necessário pontuar que essa valorização do tempo presente tem um sentido político às avessas do que se costuma entender como político. Com a negação de um projeto de futuro, os homens estariam naturalmente a se abster de um engajamento cidadão, voltado para depois de amanhã e por um mundo melhor. Mas é justamente nessa aparente apatia das massas, nesse apego excessivo somente ao que importa agora, que o pesquisador enxerga uma certa subversão coletiva que reside nesse desprezo em relação ao futuro.

Está se falando nesta pesquisa de um grupo que só existe em função da crença de que há possibilidades de um mundo melhor, e que é sim preciso lutar por ele. Afinal de contas, as pessoas que fazem parte do Centro de Mídia Independente estariam envolvidas em tal projeto caso não quisessem mudar e lutar pelo futuro? A subversão do CMI não está ligada a uma prática de um desengajamento político, mas, certamente, ela está impregnada das características tribais, da apropriação do cotidiano em táticas de atuação e, por mais paradoxal que isso possa parecer, de uma constante repetição de valores e conteúdos que, sim, refletem a excessiva atenção que se dá ao tempo presente, ou à urgência do tempo presente.

Tendo isso posto, retoma-se a ligação que o sociólogo faz entre o cotidiano, o sentimento tribalista e a comunicação. As práticas cotidianas, neste caso enlaçadas por uma aura estética e pelo reencantamento do sentimento comungado, são construções diárias cada vez mais intermediadas pela mídia contemporânea. Os meios de comunicação de massa, em um primeiro momento acusados de fragmentar a cultura burguesa devido a um alcance de público não mais elitizado, se voltariam para o dia-a-dia de todos, para a co-participação na edificação de uma realidade próxima. Com isso, os meios de comunicação assumiriam a missão de assegurar, através do mito, a unidade dos conjuntos sociais.

A mídia, dessa forma, seria o elemento que daria a legitimidade aos costumes e, por tabela, à experiência ética e à aura estética. Se os meios de comunicação constroem e autenticam os costumes, estes, por sua vez, constroem e autenticam as tribos, que, fechando o ciclo, servem de protagonistas para os meios. Nesse movimento espiral, posto que em constante construção, os atores não mais têm papéis sociais, mas sim papéis orgânicos, ligados não a uma institucionalização dos costumes, mas a uma contínua identificação com uma noção bem resumida na expressão “ele é um dos nossos”. Maffesoli sintetiza:

Daí a ligação que se pode estabelecer entre o costume e a comunicação. O mundo aceito tal qual é, certamente, o “dado” natural com o qual se vai lidar. Esse “dado” natural se inscreve num processo de reversibilidade, tal como a perspectiva ecológica, mas é igualmente, o “dado” social com o qual cada um irá, estruturalmente, contar, daí o envolvimento orgânico de uns com os outros. É o que chamo aqui de tribalismo. E é a isto que nos remete a temática geral do costume. O indivíduo importa menos do que a pessoa. E esta deve representar seu papel numa cena global, em função de regras bem precisas. (MAFFESOLI, 2002, p.41).

Em um estudo sobre o conceito de nação enquanto uma comunidade política, Benedict Anderson (2005) retoma também a percepção de que existe um “dado social” com o qual as pessoas constituem uma unidade de sentimentos. Usa a palavra “imaginada” para se referir a essa *libido sentiendi* (para usar a expressão recorrente em Maffesoli): “É imaginada porque membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”. (ANDERSON, 2005, p.25).

O Centro de Mídia Independente vive desse “dado” que é imaginado e suspenso no ar a partir das possibilidades de comunicação interna que a internet gera. Não fosse pela estrutura de rede, não haveria como construir uma prática coesa e sincronizada a partir de “dados” como língua, região, etnia, sexualidade ou outro fator qualquer. A proposta do centro em transversalizar essas identidades em uma outra maior transforma essa comunidade emocional ou imaginada em uma comunidade de emoções imaginadas graças à internet.

#### 4.3 COMUNIDADE: UNIDADE DE PRESSÃO

Fica claro, assim, que o casamento entre comunidade (representada por seus costumes) e comunicação é um vínculo conjugal que determina o tempo histórico em que se vive. Em uma análise de Tönnies, Raquel Paiva ressalta o valor desse tempo

quando distingue sociedade de comunidade. Na primeira, importaria mais a vontade individual, o ato do homem por si só, enquanto, na segunda, mais valioso seria a vontade comum, o interesse coletivo. “É possível conceber comunidade não apenas como um estágio anterior à sociedade. Talvez ambas coexistam, e a preponderância de uma ou outra seja o que caracteriza cada momento histórico”. (PAIVA, 1998, p.74).

Em seu amplo estudo sobre as relações entre comunidade, mídia e globalismo, Paiva faz uma abordagem sobre as propostas de viabilizações comunitárias dentro de um ambiente onde o Estado já não tem o poder de dar uma unidade e um sentido grupal à sociedade. Ela elenca duas possibilidades: a comunidade como instituição e a comunidade como unidade de gerência e pressão. No primeiro caso, tem-se a formação de coletivos, que surgem para suprir o abandono do Estado na formação do sentido social. Poderiam ser caracterizados ora por uma instituição orgânica, com interesses e objetivos definidos, ora como uma coesão incentivada por mecanismos do próprio Estado (caso de prefeituras que criam organizações em que se exige vinculação da população local), ou ainda na forma de eventos periódicos, que servem para dar um sentido de experiência comum a determinado grupo, caso dos ritos e festas oficializados nos calendários culturais.

Ao falar de comunidade como unidade de gerência e pressão, toma-se um lado que, certamente, está bem longe da concepção de acomodação de um grupo em um ambiente institucionalizado e formal. Nesse caso, “eleger a possibilidade comunitária quer dizer opor-se, ou, pelo menos, não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão” (PAIVA, 1998, p.139). Em outras palavras, fala-se de uma comunidade que, ao mesmo tempo, é independente de formatos institucionais e cujo princípio está na contestação de um poder hegemônico. Mas, antes que se recaia na ideia de que este é um ajuntamento utópico inspirado na fraternidade e solidariedade do homem bom, Paiva alerta: trata-se mais de buscar um projeto relacionado a algo ainda não experienciado, do que ingenuamente acreditar que se vive nele. A não experiência, no entanto, pode ser um sentimento que, embora não seja concretamente vivido, seja sim presentificado, tal qual a socialidade de Maffesoli.

De que maneira, então, se insere a perspectiva comunicacional para essas possibilidades de comunidade? A autora, no lugar de fazer uma abordagem macro

sobre a interferência dos grandes meios de comunicação como construtores da realidade, faz um recorte bastante pertinente a casos como o do Centro de Mídia Independente. Com base em Ciro Marcondes Filho (1986), ela se detém nos veículos criados a partir das comunidades de pressão, isto é, meios que permitam a inserção desses grupos como atores ativos no agir informativo.

Ao analisar experiências que, na maior parte das vezes, eram reduzidas a jornais impressos, rádios e alto-falantes comunitários, fogem a essa perspectiva fenômenos ligados às ferramentas da internet e de outros dispositivos comunicacionais, que moldarão a geração dos Smart Mobs<sup>29</sup>. De qualquer maneira, são observações gerais, que dizem respeito a comportamentos independentes do tempo.

O raciocínio de Marcondes Filho parte do preceito de que a comunidade, muitas vezes, só ganha os laços sociais que a constituem por poderem elas dispor de meios de comunicação que a legitimem enquanto tal. Há uma relação direta entre o potencial comunicativo desses grupos com o sentimento de que eles, de fato, participam de uma comunidade. Um jornal comunitário, por exemplo, pode surgir a partir de uma comunidade e, com o alcance que ele terá nela própria, deverá, por natureza, potencializar o sentimento de pertencimento ao grupo. Assim como a rádio, o alto-falante e outros meios que costumam atingir territórios distintos. A ideia de comunidade, nesse caso específico, está também atada a uma região, a uma geografia delimitada. Naturalmente, a inserção de tecnologias que quebram as referências espaciais precisa ser posta à luz dessas ideias, o que será feito mais adiante.

O perfil desses veículos comunitários tem como origem o empenho de eliminar filtros entre a comunidade e suas representações. A iniciativa do discurso próprio se inspira, portanto, em uma insatisfação dos membros da comunidade ora quanto à observação que a mídia faz da própria comunidade, ora quanto à completa ausência de observações da grande mídia sobre aquele grupo. Ou mesmo ainda, a comunidade pode ser estimulada por um descontentamento quanto à maneira como a comunicação de massa interpreta o mundo de uma maneira geral. Como já foi

---

<sup>29</sup>*Smart mobs* é uma expressão introduzida por Howard Rheingold no livro *Smart Mobs: the next social revolution* (2003) que sugere que as pequenas tecnologias móveis irão revolucionar o uso da comunicação por pessoas comuns.

frisado no capítulo anterior, “dar voz aos que não a têm” costuma ser a base da propaganda desses veículos.

Em um artigo sobre mídia e política das minorias (PAIVA; BARBALHO, 2005, p.15-25), Paiva chama a atenção para a existência de uma *minoria passional*, que seria distinta de um movimento social por viver em função de um instante midiático. Essa minoria teria uma atuação flutuante a partir de algumas questões que surgem no cotidiano e existiria em função de uma ação midiática. E, assim, segundo Paiva, estaria cada vez mais configurado “um ambiente em que as lutas sociais são norteadas pelas premissas da aparição midiática”. (PAIVA; BARBALHO, 2005, p.19). Importante dizer que a autora faz essa associação a partir de uma análise sobre como a vinculação social pode decorrer da violência e do medo gerados a partir da própria mídia.

Paiva faz uma nova divisão entre dois tipos de comunidade. Uma *comunidade negativa* e uma *outragerativa*. A primeira seria justamente aquela fundamentada na exclusão do diferente, no vínculo que surge graças ao receio do híbrido, à desconfiança em relação aos vizinhos, enquanto a segunda trabalharia em função de um bem maior, que é exatamente a harmonia entre as diferenças.

Em síntese: ao ressurgimento de grupos e facções portadoras da marca da “comunidade negativa”, em que a ritualização do ser em comum funda-se em práticas violentas de exclusão visceral de um outro alheio ao núcleo grupal, pretende-se contrapor projetos sociais inclusivos, reivindicativos da ideia de “comunidade gerativa”. Ou seja, aquela experiência capaz de tirar do torpor os sujeitos envolvidos em projetos individuais e inseri-los em práticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social. (PAIVA; BARBALHO, 2005, p.21).

O conceito de comunidade gerativa é bastante pertinente à análise sobre o CMI. Afinal de contas, como o grupo surge do movimento brasileiro de anti-globalização, eles imediatamente se percebem como um projeto que inclui o outro a partir do princípio da harmonia entre as diferenças.

Fica claro, então, por que essas comunidades se comunicam. O que precisa ser posto em questão é como elas se comunicam e, principalmente, para quem elas

se comunicam? Para os outros, ou para si mesmas? E, neste caso, quem são os outros e quem são eles?

Para tentar responder ao “para quem”, segue-se uma breve análise sobre a questão da identidade subalterna. E para observar sobre “como” essas comunidades se comunicam, é usado como exemplo a mediação mais atuante em vários movimentos sociais pós-90 e, naturalmente, no CMI: a internet.

#### **4.3.1 Identidades primárias e secundárias**

Substantivar uma identidade subalterna significa dar ideologia a uma categoria de identidade que tende a ser um instrumento de regime regulatório. No caso do grupo Centro de Mídia Independente, o que se revela é que o site, bem como as atividades reportadas por ele (passeatas, protestos e notícias em geral), demonstram, logo em um primeiro instante, que existe naquele ambiente, um grupo que busca, por meio de várias identidades (minorias, ativistas, estudantes), criar uma imagem que fale antes mesmo da mensagem que eles têm a passar. E, mesmo que essa não seja uma política adotada pelo site (o objetivo é fazer com que qualquer pessoa seja um “voluntário”), o posicionamento identitário geralmente atado a minorias ativistas é uma prática inevitável. No caso do CMI, a identidade desempenha um papel fundamental para a sobrevivência do site. Pois, sendo voluntários, colaboradores ou apenas leitores simpáticos às ideias do CMI, os visitantes do site passam a responder automaticamente por uma identidade única, representante por um sentimento comunitário que vai muito além de raça, língua ou mesmo classe social. Seria o que Hegel chamaria de identidade secundária, conceito retrabalhado por Žižek (1998).

Vejamos que estágios são esses: por identificação primária, Hegel se refere àquela em que o indivíduo se identifica com o que lhe existe de mais próximo, ou seja, sua família, etnia, língua e sexualidade, por exemplo. A identificação secundária seria, portanto, aquela construída por uma mediação, feita pelo trabalho, igreja, escola, partido político etc. Para Hegel, na passagem da identificação primária para a secundária, há uma transubstanciação da identificação primária, pois ela passa “a funcionar como a forma em que se manifesta a identificação secundária

universal (por exemplo, para ser um bom membro da família, contribuo para o funcionamento correto de meu Estado-Nação)". (ZIZEK, 1998, p.165). Para explicar a lógica da transubstanciação pós-moderna, Zizek usa o exemplo dos Estados Unidos, onde, durante muito tempo, essa lógica foi invertida: as identificações primárias (italianos, judeus, latinos, irlandeses etc) eram então subjulgadas a uma identificação secundária, que era a de ser americano. Hoje, nos mesmos Estados Unidos, o que se percebe é um retorno à 'primarização' das identificações. "Em contraposição à nacionalização do étnico (...), atualmente estamos assistindo à etnização do nacional". (ZIZEK, 1998, p.168).

O Estado-Nação, entidade que sempre manteve um equilíbrio entre a identificação nacional e sua função com o mercado (divisões de comércio interno e externo), se vê agora ameaçado por essas formas orgânicas de identificação. Para Zizek, será somente nas comunidades fundamentalistas contemporâneas que haverá uma cisão entre a forma abstrata de comércio e o étnico em particular. Ironicamente, são esses fundamentalistas sem terra nem bandeira que irão impulsionar a emancipação econômica tão almejada pela globalização. Sem os limites geográficos do mercado interno x mercado externo, o neoliberalismo capitalista atinge seu alvo. O multiculturalismo seria, assim, uma forma de legitimar essa emancipação desterritorializada.

Mídias como o CMI e sua rede global que promovem um ativismo com fundamentos jornalísticos são campos férteis para se analisar como essas identidades, orgânicas ou não, são usadas no processo de construção de consciências contra-hegemônicas. A natureza de suas atividades e a própria maneira como o centro se organiza servem de parâmetro para tantas outras manifestações midiáticas, dentro e fora das redes virtuais, que tentam, mais do que nunca, criar uma ferramenta de contraponto. No entanto, ao tentar criar essa consciência a partir de uma identidade subalterna, grupos como o CMI correm o risco de estar andando na mesma estrada de tijolos amarelos que o capitalismo global, quando este caminha para legitimar um multiculturalismo, que recebe o 'outro' cultural com a condescendência do 'eu' eurocêntrico.

Canclini (1999) discursa sobre essa condescendência quando fala que a globalização considera o diferente, mas, quando o faz, pede para que esse outro se descaracterize. Sem essa interculturalidade (e conseqüente exclusão), a globalização seria o "objeto cultural não-identificado" a que o autor se refere. A

ligação entre o esse objeto cultural não-identificado e a prática dos centros de mídia independente está justamente nesse mecanismo que, se não é propositalmente formulado para aceitar o distinto somente como exótico, é, inevitavelmente, praticado quando se constrói o diferente a partir de uma perspectiva do outro, do subalterno, da minoria e, portanto, do exótico.

De volta a Žizek, fica mais evidente perceber como o manejo de identidades em favor de uma consciência pode se reverter em controle ideológico. Para chegar ao conceito de ideologia, Žizek parte da noção do que é típico: “O universal adquire existência concreta quando algum conteúdo particular começa a funcionar como seu substituto.” (ŽIZEK, 1998, p.139). Em outras palavras, tudo que é universal só pode ser assim chamado se for representado genericamente por algum conteúdo singular. Esse conteúdo não necessariamente responde pela maioria, mas, certamente, cumpre seu papel se colocando como algo típico. Quando o “conteúdo particular” – tenha ele uma base verdadeira ou não – é distorcido para se transformar em um conteúdo universal, em favor de já distorcidas relações de dominação e exploração, é que se fala em ideologia. Žizek usa o exemplo da ideologia nazista, que pegou o judeu como o típico de uma insatisfação da Alemanha; do cristianismo, que usou os pobres e perseguidos que irão para o Reino dos céus como o típico para maior controle da Igreja sobre seus fiéis; e de vários outros casos, que rearticulam situações particulares em ideologias dominantes. Note-se, no entanto, que ideologia nesse caso não diz respeito a uma relação de verdade ou mentira. A apropriação dos elementos apolíticos, que, embora sejam espontâneos e, muitas vezes, verdadeiros, não conseguem representar o todo, é uma prática da hegemonia ideológica usada para legitimar o multiculturalismo, que aceita o diferente como alguém que deixa o vizinho entrar em sua casa, mas não se sente à vontade com ele na mesa.

Partindo disso, o autor busca em um exemplo recente da política norte-americana para chegar até o conceito de censura, algo que, para ele, é bem semelhante à convivência e condescendência do multiculturalismo. Quando o exército dos Estados Unidos instituiu que não mais se perguntaria a sexualidade do candidato na ingressão para as Forças Armadas, ele fez da tolerância o princípio que legitimava a existência dos gays, bem como a existência do próprio exército. O poder das Forças Armadas estaria, assim, assegurado pela convivência entre

heterossexuais e homossexuais. O poder constrói sua resistência, porque é apenas pela negação do que ele não é, que ele pode ser. A pergunta que Zizek se faz é:

Por que as Forças Armadas resistem com tanta força a aceitar publicamente os gays em suas filas? Há uma única resposta coerentemente possível: não é porque a homossexualidade é uma ameaça à chamada economia 'fálica e patriarcal' das Forças Armadas, mas porque, pelo contrário, a comunidade das Forças Armadas depende da homossexualidade frustrada/negada como um componente chave do vínculo masculino entre os soldados. (ZIZEK, 1998, p.146).

Zizek cita esse exemplo para demonstrar como a lógica da autocensura é aproveitada dentro da lógica capitalista e globalizada. Seria preciso, portanto, entender essa lógica hegeliana da negação da negação para articular uma força capaz de quebrar esse raciocínio. É necessário inserir, novamente, a política editorial do CMI Brasil dentro do contexto, lembrando que o site faz parte de uma organização internacional, conectada em rede, aberta a todos (ainda uma minoria nos seus primeiros cinco anos de atividade) que tenham acesso à internet.

Apesar de ser um espaço onde qualquer um pode manifestar sua opinião, o site do CMI Brasil, seguindo o modelo dos demais sites da rede Indymedia, tem uma área chamada "artigos escondidos"<sup>30</sup>. A intenção é colocar, nesse espaço, textos, fotos e qualquer arquivo que esteja em "desacordo com a política editorial do site" ou que, por erro do sistema, esteja repetido em outro local do site. Curiosamente, é justamente nesse espaço 'proibido' que o CMI provoca as discussões mais 'quentes' da página. Ao censurar os comentários de radicais de direita, extremistas da esquerda ou apenas pessoas que, por algum motivo, escrevem brincadeiras no site, o Centro de Mídia Independente se faz ainda mais forte em uma de suas intenções, que é a de motivar uma maior quantidade possível de pessoas a participar e acessar o endereço.

Internamente, o CMI cumpre a mesma lógica externa que dá mais força a quem tem os mais fortes inimigos. A pergunta "por que as Forças Armadas resistem

---

<sup>30</sup> Em novembro de 2004, em fórum para os que participavam da lista de discussão do CMI-Brasil, alguns voluntários apresentaram uma proposta para alteração da nomenclatura: de "artigos escondidos" para "artigos deslocados". Não foi aceita.

com tanta força a aceitar publicamente os gays em suas filas?” pode ser espelhada em “por que um centro de mídia independente, cujo lema maior é a liberdade de expressão, tem uma área batizada de ‘artigos escondidos’?”. O fato é que, em uma intensidade bem maior que a do exército de soldados gays ou da Igreja de padres pedófilos, o CMI faz questão de se mostrar forte a partir de sua negação. Porque, na verdade, os “artigos escondidos” são tão visíveis quanto qualquer outro link da página. Ao usar a expressão, eles simulam um esconderijo que não existe. Aliás, existe sim, apenas para dar a ideia de que se está escondido, de que existe naquele espaço uma opinião contrária que, uma vez rotulada com o selo dos “artigos escondidos”, passa a ser um elemento que fortalece a identidade do CMI. Afinal de contas, eles não censuram, ou seja, não apagam. Apenas “escondem”. A mesma lógica serve ao processo de autocritica que os voluntários do CMI fazem ao referir-se às práticas do grupo. Como foi ressaltado no capítulo anterior, a prática da reflexividade sobre si mesmo dá sedimento ao grupo.

Dessa forma, sustento que o site do Centro de Mídia Independente Brasil, muito antes de ser uma mídia, é a manifestação de uma comunidade que, a partir dessa mídia, dialoga entre si e legitima uma identidade secundária, pois é construída a partir de como as pessoas se identificam em planos mediados pela economia, política e outras esferas. Apesar de falar em nome, muitas vezes, de identidades primárias, publicando notícias e textos repassados por movimentos sociais de comunidades negras ou homossexuais, os voluntários do CMI, bem como as pessoas que freqüentam o site, estão ali porque se identificam com um sentimento macro, de justiça e respeito, quase como que numa expectativa iluminista de liberdade, igualdade e fraternidade. Trata-se da comunidade estética a que Maffesoli se refere, de um coletivo unido em função de um sentimento, e não de um fim, um propósito fechado.

O fato de que o CMI evidencia, com os artigos escondidos, quais são as outras opiniões, ou seja, as opiniões que não são do grupo, demonstra que existe uma coesão não apenas de ideias, como de reconhecimento mútuo, posto que o CMI responde a um contexto maior dos Novos Movimentos Sociais e, por isso, de identidades.

Mais do que em qualquer site que se proponha a ser um centro de notícias, a página do CMI é alimentada pela constante troca de opiniões e, em vários casos, agressões trocadas na área dos comentários. As notícias só existem em função

desses comentários e dos artigos publicados na coluna da direita. Se apenas houvesse, no CMI, sua coluna editorial, construída e publicada somente com a aprovação de voluntários do grupo, o site correria o risco de ser, apenas, mais um “centro de mídia”, com notícias independentes de anúncios publicitários, porém sempre dependentes de uma ideologia.

#### 4.3.2 Interações mediadas nas comunidades virtuais

Alguns estudos centrados na área de cibercultura tentam dar conta das sociabilidades ou *sociabilidades* provocadas pelas novas redes de relacionamento. De uma maneira geral, todos são de acordo com o fato de que as ferramentas tecnológicas não funcionam como substitutas de laços face a face. Dominique Wolton (2003) vai mais além e diz mesmo que, por volta da internet, criou-se um mito moderno de um novo paradigma de comunicação, pois esta, em sua análise, serviria apenas como mais um entre tantos suportes.

O fato é que os estudos na área indicam que os contatos virtuais têm o potencial de deslocar os contatos que, por oposição e falta de nomenclatura mais adequada, são chamados de reais. De forma que há possibilidades até de comunidades, criadas a partir de dispositivos técnicos da internet, intensificarem laços em um plano do face a face. E vice-versa. Ou melhor, e ciclicamente, com ambos os ambientes, virtual ou real, estimulando laços mais fortes entre o grupo constituído. Roger Silverstone (2002) pontua, dentro desse debate, entre contatos reais e virtuais, tentando quebrar uma invisível e aparentemente tão cimentada barreira entre as duas esferas. Uma vez que são constituídas por criações simbólicas, todas as comunidades seriam, por excelência, comunidades virtuais. E, assim como Wolton, ele procura desmistificar a interferência de novas mídias, particularmente da internet, na construção identitária da comunidade.

A expressão e a definição simbólicas da comunidade, com ou sem nossa mídia eletrônica, foram estabelecidas como uma condição *sine qua non* para nossa sociabilidade. As comunidades são imaginadas e participamos delas com e sem o face-a-face, com ou sem contato. Os

que proclamam uma nova era da comunidade, possibilitada pela internet, dizem que a comunidade é possível sem proximidade e que, por persistentes comunicações múltiplas (às vezes, como nas descrições do WELL de Howard Rheingold de 1994, sustentadas por interações face-a-face subseqüentes e talvez bastante decepcionantes) num grupo auto-selecionado de entusiastas (que escrevem em inglês), cria-se uma nova realidade social, em que os indivíduos são apoiados e podem tanto encontrar significado como expressar e manter uma identidade pessoal. (SILVERSTONE, 2002, p.195-196).

Silverstone esclarece que o termo “virtual” é uma palavra de significado bem mais amplo àquele comumente adotado ao se falar de relações via internet. Mas é inegável reconhecer que o simples fato de a expressão “comunidades virtuais” ter se tornado tão popular, já diz bastante sobre qual a relevância que as interações sociais têm a partir dos estudos focados na cibercultura. Aliás, ao se falar em uma cultura ciber, se compreende, de imediato, que cultural se refere claramente à construção da realidade por meio de relações interpessoais. O mesmo Rheingold, citado por Silverstone, em uma abordagem precursora sobre esses vínculos, chega até a criar a sigla CMC para tratar de um novo tipo de troca chamada de “comunicação mediada pelo uso do computador” (RHEINGOLD, 1996) como se essa comunicação tivesse características específicas daquele ambiente até então exclusivamente textual que era o computador.

André Lemos (2005), criando associações entre o imaginário dionisíaco de relações tribais de Maffesoli e os artifícios técnicos da internet, acredita haver uma perfeita negociação entre a CMC e a *libido sentiendi*, ou seja, a libido do sentir, da estética. Ele acredita que o ambiente compartilhado por meio dessas novas tecnologias, pode potencializar as relações sociais em ainda imprevisíveis formas.

A técnica, paradoxalmente, vai desempenhar um papel muito importante nesse processo. Ao invés de inibir as situações lúdicas, comunitárias e imaginárias da vida social, as novas tecnologias vão agir como vetores dessas situações. A forma técnica é obrigada a negociar com o social. Podemos falar numa espécie de transformação da apropriação técnica do social, típica da modernidade, para uma

apropriação social da técnica, mesmo de que forma complexa e imprevisível. (LEMOS, 2005).

A despeito do uso de novas tecnologias que criam outros tipos de interações que não mais somente as interações do aqui e agora, John B. Thompson (2005) tenta dar uma nova perspectiva à mídia a partir das mudanças que ela promove na natureza do *self*. Thompson categoriza três diferentes tipos de interação: a face a face, a mediada e a quase-interação mediada. As possibilidades de “deixas simbólicas”, ou seja, as possibilidades de entendimento e ferramentas de expressão, vão diminuindo substancialmente a partir da maior quantidade de mediação existente nas interações. Apesar de se ater mais na crítica da quase-interação mediada, que seria representada, nesse caso, por mídias de massa, como a televisão, os jornais e a indústria do entretenimento, ele faz uma observação pertinente ao estudo das relações sociais no nível mais elementar, que é o da formação do “eu”, e de como esse “eu” passa a perceber o mundo e a se comunicar com ele. Entende-se que o processo de formação desse *self* muda completamente a partir do momento que as interações são vividas e experimentadas a partir do deslocamento do tempo e do espaço. Mas não só isso. O crescente acesso a essas mediações cria não apenas uma dependência dos meios, como cria nos homens um sentimento de dever para com fatos e pessoas com os quais ele nunca teve contato direto.

Viver num mundo mediado significa uma nova carga de responsabilidade que pesa gravemente sobre os ombros de alguns. Provoca uma nova dinâmica na qual o imediatismo da experiência vivida e as reivindicações morais associadas à interação face a face jogam constantemente contra as demandas e as responsabilidades provenientes da experiência mediada. (THOMPSON, 2005, p.202).

Com isso, Thompson revela um aspecto muito importante e pouco abordado pelos estudos de mídia. No caso específico dos movimentos sociais, o relacionamento que as pessoas vão estabelecendo com as mídias fortalece ainda mais essa carga de responsabilidade para com o outros, tão familiares e tão estranhos. Sendo a mediação uma estratégica condutora do desenvolvimento de

identidades, nada mais natural, portanto, que não se satisfazer com as representações da grande mídia e tentar estabelecer outras representações, fundadas nessa pilastra de solidariedade ao próximo. Thompson, no entanto, não trabalha com internet, seu foco está nos meios de massa com ainda menos possibilidades de interação, o que, em sua classificação, portanto, se encaixa na faixa das quase-interações mediadas. Nestas, a natureza da troca é monológica. Já na interação mediada, em que se enquadram as listas de discussão e as mensagens trocadas na barra da direta do site do CMI, o modelo é dialógico, podendo haver troca de informações destinadas a outros específicos, com deslocamento, ou não, tanto de tempo quanto de espaço.

Independente de nomenclaturas e perspectivas díspares sobre o papel da web na construção de uma ideia de comunidade e, principalmente, sobre o se sentir junto ou o se sentir só, existem dois pontos consensuais entre Bauman, Maffesoli e mesmo Wolton. Primeiro, e mais evidente, é a relação direta entre comunidade, construção simbólica e, portanto, mídia. Em segundo lugar, e aí está a interseção que será explorada no caso do CMI, todos eles concordam com a concepção de que o ser humano vive, cada vez mais, em função de um presenteísmo excessivo. Não se pode negar, dessa maneira, que tecnologias que permitem o acesso imediato à internet são um dos fatores potencializadores de um estar no momento, de um agora corporificado em redes telemáticas. Estas podem até não mudar a estrutura básica de emissão e recepção de mensagens, e muito possivelmente, não radicalizam tanto assim a experiência do fazer midiático, mas certamente dão um outro sentido ao tempo, deslocando-o para espaços sem fronteiras e, do mesmo modo, sem a precisão matemática dos ponteiros que apontam para o passado, presente e futuro.

O próprio Wolton admite que, na internet, “circula-se em um presente que é incessantemente ampliado”.(WOLTON, 2003, p.104). Para ele, o sentido de duração do tempo é suprimido em um ambiente intermediado pela conexão com a internet. Em sua opinião, isso não melhora o nível de comunicação, pois há um descompasso entre 1) velocidade e quantidade de informações a que se tem acesso e 2) o ritmo natural de comunicação a que o homem está acostumado. No entanto, não está a se falar aqui do nível de comunicação, mas sim das novas possibilidades que meios, como a internet, têm em criar comunidades que compartilham um sentimento em comum.

Pode estar precisamente nas contradições sobre o que se entende de comunidade a melhor porta de entrada para estudar grupos que se proclamam essencialmente contraditórios e buscam nos conflitos a solução para consensos. E se por um lado, a constante do presenteísmo como elemento constitutivo da propulsão de estar junto é um dos aspectos compartilhados entre as novas teorias a respeito de comunidades, a presença simultânea de teorias quanto a uma sociedade cada vez mais individualizada (Bauman) e uma outra cada vez mais tribal (Maffesoli), sinaliza para uma discussão que é própria de uma sociedade em atrito com questões de identidade. De certa forma, o individualismo e o tribalismo são conceitos complementares, pois tentam responder à mesma pergunta: sem mais a presença do Estado como fator agregador de indivíduos, quais os elementos que podem juntar ou separar as pessoas?

No caso específico das pessoas que são voluntárias do Centro de Mídia Independente Brasil, cujo laço se dá por um projeto de futuro compartilhado a partir da vivência do presente, esses elementos podem ser observados por vários fatores. Os primeiros, de ordem pragmática: maneira de organização dos grupos (em coletivos e pré-coletivos), divisão de tarefas, rituais para tomada de decisão, calendário de reuniões e protocolos para participar do centro. Os segundos fatores são de ordem subjetiva: perspectivas de cada um sobre o sistema em que vivem, relações que eles estabelecem entre si longe das reuniões (e dentro e fora da internet), relações que estabelecem com voluntários de coletivos de outros países e encontros promovidos pelo grupo, agendamento das notícias que interessam ao grupo e atividades paralelas realizadas pelos mesmos. Todos esses elementos podem ajudar a desvendar que tipos de vínculos são mantidos por essa que afirma ser uma comunidade internacional.

## 5 CMI COMO MÍDIA

### 5.1 MÍDIA: MEIO E MENSAGEM

O acesso livre à comunicação como centro nervoso de qualquer revolução. A tecnologia como facilitadora desse acesso. A política e a economia capitalista como bloqueadoras do que pode ser livre. Essas associações surgiram quando da criação da imprensa, por Gutenberg. Mas é somente com a cultura do faça-você-mesmo que elas ganham possibilidades concretas de atuação. Na espinha dorsal desse raciocínio, as chances de controle sobre o bem mais valioso da nova economia: a informação.

Mídia se torna, assim, uma palavra que, simultaneamente, fascina e provoca repulsa. Ao mesmo tempo em que passa por uma grande crise de credibilidade, a mídia torna-se instrumento elementar para as atividades dos Novos Movimentos Sociais. Importante esclarecer que, quando se fala em mídia, entende-se que seu raio de atuação vai desde o grafite de rua a um fanzine, de uma mensagem emitida por um hacker a uma exposição de artes plásticas. Cobre tudo em que coexistem um meio e uma mensagem.

Mas, além de meio e mensagem, mídia é também uma instituição. Assim como o Centro de Mídia Independente é um grupo que passa a ser, ele próprio, um movimento social, gigantes redes de mídia, como a CNN, BBC e grandes jornais do mundo inteiro, que uma vez atendendo ao mercado de anunciantes e aos acordos políticos, representam o poder hegemônico. À época da iminência da Guerra do Iraque de 2003, foram desenhadas, no lugar das estrelas da bandeira norte-americana símbolos de várias marcas, representantes do poder hegemônico da América: Microsoft, Nike, Coca-Cola, IBM, McDonald's estavam lado a lado dos logos de poderosas redes de mídia, como os canais CBS e ABC, tão corporativos e talvez até mais significativos para a ideia de um capitalismo globalizado que as demais marcas ali expostas (*ver figura 8 em Anexos*).

À parte suas características de movimento social, o CMI, assim como várias outras atividades menos organizadas e ainda mais descentralizadas, é uma mídia em seu sentido estrito, pois utiliza um meio, a internet, para emitir uma mensagem: o

anticapitalismo. Como tal, atua de forma indissociável das atividades dos próprios movimentos sociais. Para analisar o CMI como mídia, é preciso, primeiro, esclarecer que a história de mídias alternativas sempre caminhou paralela à dos movimentos sociais. E, segundo, que existe um momento em que a mídia deixa de ser apenas uma correspondente desses movimentos e começa a ser, ela própria, um membro integrante desse grupo de ação.

## 5.2 MÍDIA RADICAL

A expressão não é um conceito. Trata-se de uma tentativa do norte-americano John D. H. Downing de ampliar o campo de estudo das mídias que, em outras pesquisas, ganharam outros sobrenomes, como alternativas ou mesmo independentes. Downing (2002) usa radical para dar ideia de uma mídia que, acima de tudo, está disposta a ultrapassar limites, a ser extremista. Para definir a base constituinte da mídia radical, ele a cruza com outros dois conceitos: cultura popular e audiência.

Entendendo cultura popular como toda a cultura autêntica de um povo, que, em muitos momentos, se manifesta como uma cultura de oposição, Downing acredita que é na base cultural que se sustentam as mídias radicais. Ao utilizar a cultura popular como chave matriz para a mídia radical, estende-se ao conceito dessa mídia toda e qualquer produção cultural que tenha como fins a construção de uma mensagem crítica. Dessa forma, Downing cria estudos de caso em campos mais diversos, como grafite, teatro popular, artes plásticas, moda, rádio, imprensa, TV e internet.

A cultura popular, no entanto, seria um dos elementos de ação no fazer da mídia radical. O segundo elemento base, comumente estudado nos estudos de recepção, seria a audiência. A audiência, na perspectiva de Downing, é um produto ativo na construção da mídia de oposição. Ela irá reinterpretar os produtos da mídia e, assim, ajudar mesmo a construí-la. Como exemplo, cita as fanfics, ficções escritas (e, às vezes, filmadas) por fãs de séries de TV e/ou filmes que recriam esse universo fictício ao qual eles são tão familiares e terminam produzindo uma outra mídia, distinta daquela na qual eles se inspiraram. Esse processo de aquisição que a

audiência passa a ter da obra transforma o exercício passivo em ativo. E, se a mídia radical nasce da cultura popular, ela é alimentada por essa audiência.

Uma vez que é da cultura popular que surge a cultura de oposição, é da cultura de oposição que surge a expressão social mais determinante no embate entre os que detêm e os que não detêm poder: os movimentos sociais. O corpo da audiência ativa ganha contornos mais sólidos quando inseridas dentro do estudo dos movimentos sociais. "(...) é importante entender que audiências e movimentos sociais não vivem separados. Na vida ininterrupta dos movimentos sociais, as audiências se sobrepõem à atividade dos movimentos e pode haver uma relação muito intensa entre as audiências da mídia, inclusive da mídia radical alternativa, e esses movimentos". (DOWNING, 2002, p.41).

Dentro da perspectiva dos Novos Movimentos Sociais, audiência é um conceito que está diretamente ligado à identidade de um grupo. Assim como os fãs de *Guerra nas Estrelas*, as pessoas que participam dos movimentos sociais trabalham a partir de um reconhecimento mútuo que, nesse caso, é conectado a uma ideia que está acima de identidades primárias. A pergunta que Downing provoca em sua análise é: a audiência ativa dos movimentos sociais é a manifestação de uma esfera pública? E mais: a quem serve a mídia radical? Aos que estão dentro ou fora da discussão?

Às duas últimas perguntas, Downing sugere que é, de fato, prioridade da mídia radical articular a reflexão que os movimentos sociais devem ter sobre si mesmos. No entanto, ele é cauteloso quanto à imbricação entre mídia radical e movimentos sociais. Downing alerta que nem toda mídia alternativa está atada às atividades dos movimentos sociais e que ela pode, em um plano temporal de poucas gerações, atingir a uma audiência bem maior que aquela supostamente interessada em suas mensagens.

Quanto ao lugar da esfera pública, é necessário rever o conceito que Habermas (2003) dá não apenas a essa expressão quanto ao conceito de opinião pública. A definição clássica de esfera pública em Habermas está na reunião de um grupo de pessoas privadas (ou seja, privadas do poder político e com um interesse comum em suas propriedades) que constroem uma opinião pública (isto é, uma opinião política) com base em argumentos racionais. Para Habermas, isso acontece no momento em que a burguesia, detentora de um poder econômico e, no entanto, desprovida de um lugar no processo de tomadas de decisões políticas que cabiam

somente à nobreza, faz surgir uma opinião pública, que lhe dê suporte racional para realização de suas atividades.

À expressão opinião pública, Habermas traça sua gênese a partir de como o termo foi usado em diferentes épocas, em diferentes lugares, tomando como base, muitas vezes, as diferenças entre seus significados na França, na Inglaterra e na Alemanha.

Habermas pontua que a palavra opinião não encerra apenas um sentido. Opinião pode ser entendida como concepções incertas que outros têm a respeito de algo, o “mero palpite”. Opinião também, em uma leitura que Habermas faz de Hobbes, poderia ainda dar uma noção de consciência, algo que, ao contrário do palpite, pressupunha uma reflexão menos intuitiva e menos fundamentada em convicções religiosas. O pensar racional volta ao eixo da expressão com Bayle, que dá à opinião um sentido equivalente a crítica. No entanto, Habermas esclarece que, tanto em Hobbes quanto em Bayle, a consciência ou a crítica ainda é uma experiência interna, ela não se constrói a partir de uma conversa coletiva. É interessante notar que, desde então, a noção de opinião deixa de significar algo sem base de reflexão, para adquirir esse caráter racional. Importante também é entender que, na Inglaterra, a linha entre opinião e opinião pública é interligada pelo conceito de *public spirit*, que retoma a conotação de um senso comum criado sensitivamente pelo povo de um modo geral. Na França, no lugar de senso comum, havia uma força maior na expressão bom senso, qualidade que, ao lado da tradição cultural de um povo, resultaria em uma opinião pública.

A ideia que Habermas toma para estudar o elemento fundador da discussão política em uma esfera burguesa surge a partir do momento em que a opinião pública passa a ser o lugar legitimador dessa mesma burguesia. O fim da esfera pública, para Habermas, surge quando o estado se cruza com a sociedade e, portanto, a economia passa a ser também um poder político, permitindo, assim, se criar uma opinião não mais natural dos salões ou cafés da burguesia, e sim uma opinião do Estado-Nação.

Retomando a maneira como Downing trabalha com audiência, os conceitos e delineamento filosófico da opinião pública voltam a ser centrais no debate sobre como a mídia radical resulta de um novo tipo de *public spirit*, construído a partir da *libido sentiendi* de que Maffesoli trata em vários momentos de sua obra. A audiência da mídia radical é ativa porque sente a necessidade de construir uma opinião gerada

a partir de angústias coletivas, provocadas pelas fronteiras críticas às quais Melucci se refere em seu trabalho sobre os NMSs.

O ativismo da audiência, para usar um termo pelo qual as pessoas que fazem parte dos Novos Movimentos Sociais se definem, ganha novas possibilidades de ação com a tecnologia de redes de comunicação. Downing alerta para o fato de que essas redes de relacionamento que se constituem a partir de meios como a internet, costumam ser analisadas à parte dos estudos de mídia:

Lamentavelmente, a ruptura entre mídia e comunicação interpessoal que se vê nos estudos sobre comunicação é particularmente prejudicial para a tentativa de entender as ligações entre mídia radical alternativa e redes sociais. No entanto, tais redes são essenciais tanto para essa mídia como para os movimentos sociais e políticos. (DOWNING, 2003, p.70).

Dessa forma, Downing entende que toda mídia radical deve ser estudada a partir de um enlaçamento entre a observação dos movimentos sociais, redes de comunicação e, finalmente, comunidades, termo que, em sua análise, deve ser aplicado à mídia radical, tendo em vista “o sentido populista da palavra com o sentido de conexão social, estabelecida durante, pelo menos, uma geração, na verdade, com as trocas e redes de comunicação local que se desenvolveram ao longo do tempo” (DOWNING, 2003 p.75).

Observada a partir dessas conexões, a mídia radical pode ser entendida como um dos elementos de potencialização de uma esfera pública renovada, não mais seria reservada aos salões franceses ou pubs londrinos. O novo lugar de discussão política passaria ser a subjetividade crítica individual de cada cidadão com capacidade de driblar o poder hegemônico a partir de táticas construídas coletivamente. A mídia radical pode ser uma dessas táticas.

### 5.3 MÍDIA: ARTEFATO TÁTICO DO COTIDIANO

Inserida no contexto dos Novos Movimentos Sociais, surge, em 1994, a conferência internacional *The Next 5 Minutes* (Os Próximos 5 Minutos), que tem como objetivo organizar palestras e exposições em torno de comunicações eletrônicas e política cultural. A primeira edição da conferência, não coincidentemente, acontece no mesmo ano em que os zapatistas se fizeram ouvir no México. O criador da conferência, o artista plástico, ativista e professor universitário David Garcia, ao lado do também ativista e autodenominado “teorista da mídia”, Geert Lovink, escrevem juntos, em 1997, o manifesto chamado de “O ABC da Mídia Tática”, criado para a abertura do site *Tactical Media Network*<sup>31</sup>.

No manifesto, estão muitas das ideias que procuravam entender o substrato de práticas como as dos hackers e dos insurgentes nas florestas mexicanas. As principais delas: o texto acredita que questões de identidade são fundamentais para o processo de formação dos laços sociais e sustenta que a mídia de massa não pode ser a única detentora dos meios. Em seguida, o manifesto diz que o que torna uma mídia tática é a apropriação dos recursos que os “fortes” têm para melhor proveito dos “fracos”. Acrescenta que o tático diz respeito também a uma experiência em constante desconfiança de si mesma, sendo construída apenas com um contínuo processo de questionamentos quanto às suas motivações e práticas. Por último, revela o aspecto presenteísta dos movimentos, frisando que, mais determinante que planejar ações futuras, é estabelecer uma rede de articulações com o que se tem agora.

O Centro de Mídia Independente do Brasil e toda a rede *Indymedia* surgem entre o fim dos anos 90 e o começo dos anos 00 como resultado também dessas discussões. A prática que o CMI desenvolveu em seus primeiros cinco anos de atividade está relacionada diretamente às diretrizes do primeiro manifesto de Garcia e Lovink. A seguir, alguns dos trechos do documento, traduzido em português pelo ativista Ricardo Rosas:

Mídias táticas são mídias de crise, crítica e oposição. Esta é tanto a fonte de seu poder (“a raiva é uma energia”: John Lydon) como a sua

---

<sup>31</sup>Disponível em: < <http://www.waag.org/tmn/>> . Acesso em: 15 Jan. 2005

limitação. Seus heróis típicos são: o ativista, guerreiros de mídia nômades, o prankster, o hacker, o rapper de rua, o kamikaze de câmera de vídeo, eles são os alegres negativos, sempre à procura de um inimigo. Mas, uma vez que o inimigo tenha sido nomeado e vencido, é ao militante tático que ocorre entrar em crise.

Acreditar que questões de representação são agora irrelevantes é acreditar que as chances de grupos e indivíduos na vida real mesmo ainda não são crucialmente afetadas pelas imagens em circulação de que qualquer sociedade dada dispõe. E o fato de que nós não mais vemos a mídia de massas como a única e centralizada e de nossas próprias definições pode tornar estas questões mais escorregadias, mas isso não as torna redundantes.

Nossas formas híbridas são sempre provisórias. O que conta são as conexões temporárias que você é capaz de fazer. Aqui e agora, não algum vaporware prometido para o futuro.

Tanto no primeiro quanto no segundo trecho do manifesto, Garcia e Lovink falam de identidades. No terceiro momento, tratam de forma, ou seja, de como a mídia em si deve se criar. Importante notar que o texto é todo escrito em primeira pessoa do plural: a presença do “nós” revela que existe uma unidade entre aqueles que desejam constituir mídia tática. Essa unidade, em nenhum momento, é atribuída a uma identidade primária dessas pessoas. Os “heróis” podem vir de vários lugares, mas todos eles serão os “alegres negativos, sempre à procura de um inimigo”. A alegria negativa, ou seja, a força e a energia de questionamento, é a identidade que liga as pessoas que fazem essa mídia. Do outro lado, o “inimigo”, para ser combatido, precisa ser, antes, “nomeado”, ou seja, precisa também de sua unidade. A intenção da mídia tática é jogar um balde de tinta do Mal invisível do capitalismo. Ou, como colocaria Melucci: “o que a cultura juvenil questiona não é que o poder desapareça, mas que ele seja visível e possa ser avaliado”. (MELUCCI, 2001,p.103).

Ciente, portanto, que os problemas gerados pelo capitalismo partem de preocupações locais e, ao mesmo tempo, globais, a mídia tem como um de seus principais objetivos a formulação de uma nova representação do tipo “todos por um e um por todos”. As “imagens em circulação” que afetam as pessoas precisam ser

assim modificadas. E a primeira atitude para que isso ocorra é representando todas as comunidades de pressão ao mesmo tempo.

O formato dessa mídia será, assim, “híbrido”, adequando-se ao inimigo a partir, na maior parte das vezes, de suas próprias ferramentas. Um grande exemplo dessa apropriação da forma do poder para o molde do contra-poder, está no surgimento do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, criado para fazer a contraposição ao Fórum Mundial Econômico em Davos. Mas o modelo dessa mídia não está ligado apenas a uma questão do espaço mutante em que ela irá se posicionar, está igualmente levado a rever o seu tempo. “Aqui e agora”, diz o manifesto, e não mais o futuro prometido. Na opinião de Garcia e Lovink, táticas de novas representações, espaços e relações com o tempo é que devem nutrir a mídia de oposição.

Os autores tomam a palavra “tática” de Michel de Certeau (2003), que usa a expressão fazendo um contraponto ao uso da palavra estratégia. Segundo Certeau, quando há um referencial de poder, um lugar de onde se calcula uma relação com a exterioridade do outro, há estratégia, sendo esta “o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. Na estratégia, existe um “próprio” como ponto de referência ao outro, e esse “próprio” é um sujeito de poder. Já tática é uma prática que não tem qualquer “próprio”, ela funciona em um não-lugar e só consegue ver o adversário como algo amorfo, sem ponto fixo e, portanto, sem alvo fácil de mira. Para atingir seu opositor, a prática tática deve se aproveitar não apenas do instante e das oportunidades do momento, mas também das ferramentas que seu mesmo inimigo venha a lhe oferecer como bens de consumo.

Mesmo tendo sido elaborado nos anos 70, antes da maior parte dos eventos já enumerados neste capítulo, a definição de Certeau não deixa dúvidas quanto às apropriações de suas ideias por grupos, como os hackers, os ciberativistas e, principalmente, os novos ativistas de rua.

O que ela [a tática] ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão

abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 2003, p.100-101).

Os elementos, portanto, estavam dados e, de fato, a expressão mídia tática não pode ser postulada como nova. Mas Garcia e Lovink modulam o termo dentro de uma conjuntura já explosiva de ações assim ditas táticas. Paralelos às ideias e conferências do *The Next 5 Minutes* e, posteriormente, de textos como o *O DEF da Mídia Tática* (documento feito pela mesma dupla em 1999) e de *O GHI da Mídia Tática* (entrevista com Garcia e Lovink cedida em 2001 ao diretor artístico do festival *Transmediale*, Andreas Broeckmann), germinam, no mundo inteiro, movimentos sociais que adotam tábuas com mandamentos em comum: o proveito do instante, do acesso rápido, do anonimato, dos não-lugares (e aí o ciberespaço é um estágio concreto desse conceito), da mobilidade (que se potencializa com tecnologias móveis, como celulares e redes de internet sem fio), da autogestão, da autonomia e do fato de que, se seus inimigos são invisíveis, eles também o podem ser.

Ao observar a maneira como os fracos reagem aos fortes nas relações de força entre os que detêm poder e aqueles que têm ausência de poder, Certeau empreendeu uma pesquisa sobre como os indivíduos inventam seus cotidianos e, portanto, suas realidades, a partir de táticas utilizadas em pequenos vácuos de poder. Em outras palavras, e usando a figura de linguagem do próprio Certeau, tática seria tudo aquilo que, mesmo respondendo ao poder, saberia aproveitar dele os seus restos para criar uma fábrica de sucatas. A arte de recriar produtos criativos a partir dessas sucatas seria verdadeiramente uma tática de subverter a ordem do poder. Certeau deixa claro: tática é astúcia, é uma manifestação quase sempre espirituosa de lidar com as sobras dos castelos.

Se colocado frente às teorias de construção social da realidade, o estudo desenvolvido por Certeau pode acrescentar uma camada a mais na abordagem dada à transcendência da linguagem. Quando Mauro Wolf (1994) diz que o poder da mídia em construir a realidade social é um poder que flui, que se “adapta às estratégias com que os sujeitos atravessam continuamente os confins que separam os diversos planos da realidade social” (WOLF, 1994, p.115), ele afirma que a mídia é um instrumento harmonizador dos modos como o homem opera sua passagem

pelas várias esferas de realidade a seu alcance. Onde, nesse processo, se encontra a tática?

A tática está na construção da realidade, operada na contramare da mídia. Ironicamente, e espirituosamente como já previa Certeau, para nadar contra a corrente da mídia, a melhor tática seria criar uma mídia própria, evocada em nomes dos indivíduos com consciência cidadã. Nessa caminhada constante e involuntária pelos diversos planos da realidade, o sujeito capta um espaço vago que pode ser ocupado por uma representação, que, apesar de ser pensada como sua, responde e vai de encontro a uma outra representação maior.

A criação de sites como o Centro de Mídia Independente seria, assim, uma das várias táticas usadas para responder às representações mediatizadas pelas grandes empresas de comunicação. Com isso, ele se põe como uma tática para a construção de uma esfera pública.

#### 5.4 O CMI FAZ JORNALISMO?

A pergunta foi feita a cinco entrevistados que, como voluntários do CMI, responderam ao questionário desta pesquisa sobre as atividades do centro e suas motivações pessoais dentro do grupo. Dois voluntários responderam que o CMI não faz jornalismo, dois responderam que o CMI faz jornalismo e um disse que o CMI faz jornalismo, “mas em outro paradigma” (ver *Apêndice E*).

A questão foi levantada porque, tanto nos textos quanto nos discursos escritos via site ou lista de discussão do CMI, o tópico jornalismo é um tema recorrente e costuma ser um ponto de auto-reflexão que o grupo faz sobre seus propósitos. Costuma-se, também, tratar o CMI como uma experiência de um novo modelo de jornalismo, chamado de jornalismo *open-source*, expressão em português também conhecida como “código aberto”.

Analiso a relação entre o site do CMI e o modelo teórico do jornalismo não como um ponto de sustentação da prática do Centro de Mídia Independente, mas como um elemento crítico que fomenta a prática do grupo como mídia.

Em março de 2005, na lista de discussão nacional do CMI, um debate surgiu em torno do assunto, provocado por mensagens que davam o passo-a-passo aos

voluntários dos coletivos de como tirar a carteira de jornalista da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Logo que a mensagem foi enviada à lista, começaram a surgir questionamentos quanto ao posicionamento jornalístico, ou não, do CMI. Eis algumas das provocações:

Para que tirar essa bendita carteira? Não é estranho que uma rede que afirma que todos são repórteres, queira uma carteira de especialista. Ups!. (por pessoa não identificada, enviada no dia 23 de março de 2005)

Eu não tenho registro de jornalista e nem pretendo ter. Até gostaria de fazer uma faculdade de jornalismo simplesmente para aprender mais coisas, mas se nunca conseguir fazer, quem vai me impedir de ser jornalista? Quem vai me impedir de publicar um fanzine ou fazer um blog na internet e escrever o que eu quiser?, (com assinatura de Rynaldo Papoy, 25 de março de 2005).

Tô ficando decepcionado, gente... Pra que vai servir isso? Que que vcs (sic) estão pensando da vida? Parece esquizofrenia. Esculhamba-se jornalista e "técnicas jornalísticas" a torto e a direito e depois vem com essa história de "carteirinha". Ocês tão brincando..., (com assinatura de Ennio Brauns, 25 de março de 2005)

Nas três situações, as pessoas que escreveram para a lista criticaram uma possível incongruência do CMI em ensinar a tirar carteira de jornalista, já que o fundamento base do grupo seria a do "faça-você-mesmo", em outras palavras: seja a mídia sendo você mesmo. A principal resposta aos comentários foi a de que, em algumas situações em que houvesse cobertura de fatos, a carteira facilitaria a vida do voluntário. O argumento se deu, portanto, em uma esfera prática, e não teórica. Fica claro, a partir desses comentários, bem como das entrevistas feitas para esta pesquisa, que existe uma facção do CMI que acredita estar construindo uma mídia nos moldes jornalísticos, enquanto outra parte do grupo rejeita esse molde, em detrimento de uma forma mais intuitiva de comunicação.

Para entender porque há quem defenda essa base jornalística do CMI, é preciso resgatar as teorias que dão conta das várias acepções que o termo

“jornalismo” adquiriu desde que as primeiras mídias impressas surgiram. Para tanto, tomo como base a teoria do jornalismo de Lorenzo Gomis e a sociologia da notícia de Michael Schudson (2003).

Em um conceito amplo do seu objeto de estudo, Gomis postula que o jornalismo é um método de interpretação da realidade social feito de forma periódica. A palavra método é essencial para essa definição. É ele que irá distinguir jornalismo de outras formas de interpretar a realidade social. O método, no caso de jornalismo, se constitui fundamentalmente a partir do processo de seleção do que é e o que não é notícia. Gomis trabalha com três princípios para definição da notícia: o da universalidade, o da neutralidade e, finalmente, o conceito de *gatekeeper*.

O princípio da universalidade consiste em entender que a notícia não se reduz a preocupações restritas em um espaço determinado. Notícia é, por essência, universal e, portanto, pode vir de qualquer lugar. O princípio da neutralidade sustenta que “o valor da notícia é moralmente neutro”. (GOMIS, 1991,p.77). Em outras palavras, não pode haver juízo de valor no processo de seleção de uma notícia. Importante destacar que o princípio da neutralidade é justamente aquele mais usado para que grupos como o CMI e a sociedade civil como um todo coloquem o jornalismo de massa em xeque, em um entendimento já disseminado de que a grande mídia faz, sim, valorização para publicar ou transmitir suas notícias.

Por último, e mais importante para o caso do CMI, o conceito de *gatekeeper* traz um elemento crucial para perceber, segundo Gomis, não exatamente o que é e o que não é notícia. Mas qual o fato que é *mais notícia* que outros. No jornalismo, *Gatekeeper* é aquele que afunila uma grande quantidade de fatos em algumas poucas notícias. Em português, ele é o pauteiro que escolhe, portanto, o que é *mais notícia*. A partir de que critérios ele fará essa seleção?

O aspecto essencial de um fato que o faz mais notícia que outros é o da possibilidade de repercussão que ele terá entre a sociedade. É o fato que, uma vez publicado, perdura durante mais tempo na mídia e na memória da audiência. A priori, esse seria o critério que possibilitaria a formação de uma opinião pública, pois se baseia na prioridade que têm os fatos mais provocadores, aqueles que farão com que a notícia circule e seja debatida durante mais tempo. No entanto, sabe-se que nesse mesmo processo de seleção de uma notícia, a escolha dos assuntos que irão render desdobramentos se baseia, muitas vezes, em méritos nem um pouco neutros.

A subjetividade de todos esses critérios, desde o que é universal ao que é mais provocador, permite ao jornalismo uma margem de licenças políticas. É nesse espaço entre as regras da profissão e os interesses das empresas jornalísticas que surge a crítica ao jornalismo. O Centro de Mídia Independente, entre outras definições que ele atribui a si mesmo, se proclama como um contraponto à mídia corporativa que, em várias ocasiões, se manifesta como sendo a grande imprensa, dos jornais e revistas de maior circulação e das principais emissoras do Brasil, tendo a Globo um importante papel na representação da luta contra o controle midiático. Mas, uma vez que o agendamento de pautas do CMI segue a uma lógica ligada às prioridades dos movimentos sociais, não é possível, de fato, se conceber como um produto jornalístico.

O que é publicado na coluna editorial do CMI não é selecionado a partir do que irá repercutir mais ou menos na sociedade. As pautas são selecionadas pelo interesse que ela pode gerar dentro de um grupo bem mais específico que a sociedade, ou seja, uma comunidade macro, que condensa as várias comunidades dos movimentos sociais. A audiência do CMI não é apenas reduzida em número de pessoas, é reduzida em amplitude de categorias sociais. Quando o jornalismo afirma ser pautado por assuntos de interesse público, o termo público pressupõe distintas camadas da sociedade. Isso não quer dizer que problemas referentes à reforma agrária ou à luta das mulheres por salários iguais aos dos homens não sejam de interesse público. Quer dizer apenas que, uma vez que esses assuntos estão publicados em um contexto de várias outras lutas sociais, eles deixam de ser amplamente públicos, para ser apenas interesses de um grupo com preocupações exclusivas naqueles problemas.

Um segundo aspecto distancia o CMI do método jornalístico. Pois, ao contrário deste, que se alimenta a partir da figura do *gatekeeper*, o site do CMI se alimenta de várias fontes diferentes. É claro que há um processo de seleção e critérios para o que chegará, ou não, à coluna do meio, mas esse processo é gerido por dezenas de pessoas que pertencem aos coletivos do grupo. Além disso, mesmo aqueles que não têm poder de veto na publicação de uma notícia, têm a possibilidade de acompanhar toda a discussão – às vezes longas – que levará aquele fato a ser escalado como uma notícia de editorial ou apenas uma publicação da coluna da direita. Portanto, segundo esses critérios, o CMI não faz jornalismo.

Por que, então, alguns voluntários do centro, entre alguns jornalistas já formados ou estudantes de jornalismo, afirmam que o grupo pratica sim métodos jornalísticos? Existem dois motivos para tanto. Primeiro, porque existe um conceito bem mais amplo de jornalismo que permite a formulação de um paralelo entre o Centro de Mídia Independente e a atividade.

Esse paralelo é criado por um fator histórico. Independente de ser uma mídia nova, com outros modelos de publicação, e gerada a partir de um ambiente virtual, o CMI nasce como resultado de várias outras gerações de mídias de oposição. A história demonstra que essas mídias se materializaram, na maior parte das vezes, em jornais impressos. Importante citar que o jornalismo nasce, na verdade, como o elemento de excelência maior da esfera pública habermasiana. Os jornais, bem como a prática de criá-los, surgem para dar voz à burguesia que, por falta de um lugar no Congresso, criava lugares de opinião pública com publicações periódicas. A partir do momento em que a burguesia tem acesso ao Congresso, e a política tem acesso à economia, a esfera pública deixa de existir, na concepção de Habermas. O fato, no entanto, é que na sua fonte, o jornalismo tem esse forte caráter romântico de ser um meio que defende o interesse daqueles desprovidos de poder político.

Ademais, quando as teorias que dizem respeito ao tema definem jornalismo como uma das maneiras de representação do mundo, é cabível inserir meios como o CMI dentro dessa perspectiva. Segundo Schudson, a definição de jornalismo é, assim como postula Gomis, atada “à prática de produzir e disseminar informação a respeito de assuntos contemporâneos de interesse público” (SCHUDSON, 2003, p.11). Mas Schudson vai um pouco mais além da definição do que seria interesse público:

Numa era de rápida comercialização e de crescimento de empresas midiáticas controladas por corporações que não tem qualquer experiência com jornalismo e nenhuma culpa em colocar esse jornalismo a serviço do lucro máximo, pode o jornalismo continuar a ser publicamente importante? (SCHUDSON, 2003, p.11).

O questionamento de Schudson é a base da formação de mídias radicais como as que surgem ligadas aos Novos Movimentos Sociais. Para responder a essa pergunta, ele parte, assim como Gomis, da matéria-prima do jornalismo: a notícia.

Notícia, segundo Schudson, é aquilo que se constrói a partir de um sistema de referências partilhados por um grupo de pessoas, promove a ênfase no valor positivo da notícia, projeta uma perspectiva histórica em sua audiência (já que a notícia é, por natureza, um objeto datado) e motiva uma consciência cíclica do tempo.

Mas, de acordo Schudson, a conceituação da notícia é ainda insuficiente para encerrar os significados do termo jornalismo. A partir da definição de audiência do jornalismo, ele quebra a possível existência de uma prática jornalística do CMI. Para o autor, “a notícia da mídia não acha e não responde a uma audiência já existente: ela cria uma audiência. Não há consumidor de notícia à parte da notícia” (SCHUDSON, 2003, p.168). Em outras palavras, ele sustenta que a audiência do jornalismo é resultado da produção do próprio jornalismo, e que sua existência independe de pesquisas sobre quem lê ou assiste ao produto em questão. A maior parte das pessoas que lêem jornais e revistas ou assistem a telejornais o fazem porque fizeram disso um hábito. Schudson diz ainda que o jornalista, quando fora de um segmento muito específico de publicação, não escreve para uma audiência específica. Na verdade, o jornalista costuma escrever para si mesmo e para um grupo de pessoas que ele conhece, desde o seu editor, até o círculo de amigos mais próximos.

Fica claro, portanto, que existe uma distância razoável entre o jornalista e seu público e que, mesmo que a existência do primeiro provoque o surgimento do segundo, eles não costumam se comunicar entre si. Isso, definitivamente, não acontece com o CMI. Como já se viu a partir do trabalho de Downing, a audiência de mídias radicais, tais como a rede Indymedia, é uma audiência ativa. Mas, além de ativa, ela é específica (pessoas interessadas nas questões dos movimentos sociais ou pessoas interessadas em criticar esses movimentos) e mantém a atividade produtiva da própria mídia. No conceito do faça-você-mesmo, a audiência é a mídia.

Qual seria então o segundo motivo pelo qual os voluntários do CMI acreditam estar produzindo jornalismo? Tática. Enquadrar-se como um grupo que constrói um “novo paradigma” de jornalismo faz parte de uma estratégia que o CMI tem em posicionar-se como um grupo que vai buscar em ferramentas do poder sua “sucata” de guerra. Mesmo tendo sido criada a partir da iniciativa de jornalistas ligados aos movimentos sociais, a rede Indymedia foi construída, nesses seus primeiros anos, com a produção, na maior parte das vezes, de voluntários que desconheciam as

práticas jornalísticas. Tomar para si a representação de um grupo que pratica jornalismo serve também para se posicionar como um produto de oposição.

Assim como vários movimentos sociais, o CMI trabalha em função de uma guerra. Ciente que toda guerra se constitui de batalhas, a primeira frente do exército inimigo no alvo do grupo é a mídia dos grandes conglomerados. Entendendo que a condensação ideológica desses grandes conglomerados está no jornalismo, o CMI opta por tentar se legitimar como um grupo que possui os mesmos métodos de trabalho, com o argumento de que os usa de forma distinta, para o bem, e não para o mal.

O termo jornalismo é ainda associado constantemente a qualidades como credibilidade e isenção. A última característica, como os voluntários do CMI explicam, não faz parte dos atributos do grupo. Porém, falar da primeira característica é importante para entender como o CMI trabalha com o sentido de verdade/não-verdade, comumente associado ao termo credibilidade. Ao escrever que “O CMI Brasil quer dar voz a quem não têm voz constituindo uma *alternativa consistente* à mídia empresarial que, freqüentemente, *distorce* fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais” [grifos meus], o grupo deixa claro que, ao contrário da “mídia empresarial”, eles não têm a intenção de distorcer os fatos. E, por alternativa consistente, eles se colocam no mesmo plano, mas de lado oposto, dessa mídia que distorce.

O binômio verdade/não-verdade é um dos elementos fundadores do CMI. Pois é também em nome da falta de verdade da mídia dos conglomerados que os voluntários do centro de reúnem. O CMI trabalha com isso a partir do mesmo ponto de partida da grande mídia: eles tomam para si a representação de uma realidade genuína. Mesmo se entendendo dentro de um processo de construção da realidade e, portanto, da construção de sua representação (simbólica) na mídia, o CMI tem uma justificativa convincente para legitimar a sua verdade.

Trabalhando sempre com o subtexto do “seja a mídia”, o grupo proclama o fim da intermediação do “outro que não é você”, ou seja, do desconhecido *gatekeeper*. O plano da realidade se torna mais concreto, mais real, apenas quando “você é a mídia”. Para que confiar nos outros, se você tem a si mesmo para acreditar.

Levando-se em conta essas características, sustenta-se nesta pesquisa que o CMI não faz jornalismo, porém precisa desse rótulo para legitimar a grande mídia como seu maior inimigo.



## 6 ANÁLISE DO CORPUS

### 6.1 A MATÉRIA-PRIMA DO CMI

Durante o mês de novembro de 2005, do dia 1º ao dia 30, foram publicados 54 editoriais na coluna central do site do Centro de Mídia Independente brasileiro. Nesse mesmo período, 1579 postagens foram feitas na coluna da direita da página, uma média de 53 mensagens enviadas diariamente. Os números revelam não apenas a produção dos voluntários e público leitor do CMI, como demonstram que a maior atividade do site está concentrada no espaço reservado à publicação aberta, ou seja, aquela feita com uma edição menos criteriosa (e, ainda assim, uma edição, já que as mensagens contrárias à política editorial são deslocadas para a seção de “artigos escondidos”).

A dinâmica de um mês do site, no entanto, ainda não dá conta da intensidade de trabalho do CMI, visto que, muitas vezes, as listas de discussão enviadas a voluntários e curiosos são responsáveis por uma atividade ainda mais intensa de comunicação interna, necessária para se entender a construção de relações entre as pessoas cadastradas a receber esses e-mails e o processo auto-crítico do grupo. A maior lista de discussão do CMI Brasil chama-se “Rede CMI Brasil”, espaço que, como foi dito no capítulo 2, somava 402 pessoas até novembro de 2005. Entre 9 de dezembro de 2004 a 29 de dezembro de 2005, tempo em que o objeto CMI esteve sob observação desta pesquisa, 506 e-mails chegaram aos participantes dessa lista. Na maioria deles, mensagens de mais de uma pessoa eram coletadas para que, em cada um dos e-mails enviados pela lista, pudesse haver mais de um tópico a ser lido. Quando um e-mail é enviado à lista de discussão, ele passa antes por um processo de avaliação de gestores dessa lista, que podem cortar algumas mensagens, a depender do grau de agressividade contidas nelas.

Para analisar tanto a atividade intensa do site, quanto a quantidade de e-mails enviados pela lista de discussão nacional, foram coletadas algumas mensagens da produção textual em português no CMI, que se relacionam diretamente aos quatro tópicos abordados. Muitos dos textos não têm autoria identificada, outros são

assinados por apelidos adotados pelos voluntários ou visitantes do site e alguns poucos podem ser atribuídos a nomes e sobrenomes.

À produção tanto do site, durante novembro de 2005, quanto da lista de discussão nacional, entre dezembro de 2004 e dezembro de 2005, são acrescentadas no corpus as cinco entrevistas realizadas com três voluntários do coletivo de São Paulo, um de Brasília e um do pré-coletivo Recife. Apesar de terem servido mais a um propósito esclarecedor sobre as perspectivas individuais de cada um em relação ao grupo, alguns trechos das conversas serão usados na análise do corpus.

Na intenção de demonstrar exatamente a maneira e a linguagem enviadas tanto ao site quanto à lista de discussão, os textos aqui reproduzidos são idênticos àqueles que foram originalmente enviados. A exceção de alguns erros de digitação, que atrapalhariam o entendimento da mensagem, nada foi retificado.

## 6.2 A MATÉRIA-PRIMA PROCESSADA

Com o objetivo de identificar elementos que cruzem mais de um aspecto do Centro de Mídia Independente brasileiro, seja enquanto movimento social, comunidade ou mídia, foram selecionados, no lugar de textos específicos, quatro casos que possibilitem uma análise de diferentes produções textuais do CMI (editoriais, mensagens da coluna da direita, lista de discussão e entrevistas).

A opção por não fazer uma análise em separado de cada um desses elementos do corpus se dá em função da estrutura tanto do grupo, que atravessa suas atividades a partir de vários meios diferentes, quanto da percepção individual de cada membro voluntário, concepção esta que surge a partir do conceito de ativismo, ou seja, a de que cada pessoa que participa do CMI responde a uma identidade plural, buscando, segundo explica a própria política editorial do site, relatar o “cotidiano dos (as) oprimidos (as)”.

A questão que surge a partir da definição de ativismo é, aliás, um dos quatro tópicos a ser destrinchado na análise do corpus. Os outros três são: a troca de e-mails entre Moésio Rebouças, conhecido o anarquista brasileiro, e membros da lista de discussão nacional do CMI; o tratamento dado às manifestações contra a

marginalização dos imigrantes que aconteceram na França, em novembro de 2005; e, finalmente, as mensagens publicadas no site sobre a atuação da grande mídia na cobertura de alguns eventos, particularmente aqueles que fizeram referência aos protestos contra o aumento de tarifa do transporte público na cidade do Recife.

Juntos esses casos dão conta de vários dos aspectos abordados na definição do CMI como um novo movimento social, uma comunidade e uma mídia. Além disso, eles amplificam a discussão sobre determinadas características do centro brasileiro, tais como seu processo auto-crítico, o paradoxo de produção e ideias entre os textos editoriais e a coluna aberta, o nível de debate entre voluntários e pessoas que não participam dos coletivos e o grau de participação que pessoas de várias partes do país têm na prática do CMI.

A primeira análise diz respeito à Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A partir das características enumeradas no capítulo 3, serão identificados os pontos de interseção entre esses casos e a atividade dos movimentos inseridos na teoria dos NMS. A segunda abordagem analítica fará a conexão entre os exemplos escolhidos e as teorias sobre comunidade descritas no capítulo 4. Finalmente, os quatro casos serão observados a partir dos conceitos sobre mídia radical e mídia tática.

Antes, porém, de relacionar o corpo teórico aos exemplos selecionados, é preciso abrir o panorama do que foi publicado na coluna editorial durante novembro de 2005. Afinal de contas, é a partir dos editoriais que o CMI, de fato, expressa sua visão de mundo, construída pelos voluntários do grupo. Dessa forma, se tomarmos como exemplo os 54 textos editoriais publicados na página da internet durante esse período, veremos que a escolha dos assuntos responde ao cruzamento do CMI entre movimento social, comunidade e mídia.

Foram 12 textos sobre o Movimento do Passe Livre (MPL) e direito a transporte; 11 textos sobre direito à moradia, com destaque ao Movimento dos Sem-Teto; 7 postagens relacionadas ao abuso dos poderes hegemônicos internacionais, a maioria desses textos conectado à visita de Bush a alguns países da América Latina (incluindo o Brasil); 4 editoriais que frisaram o direito à livre comunicação e acesso à informação; outros 4 dedicados a citar ações de movimentos estudantis (ou repressão a alguns estudantes); e mais 4 que detiveram-se em problemas relacionados a presos políticos. Os demais 12 editoriais falaram em nomes de minorias (três textos sobre a comunidade negra, um sobre direito das mulheres, um sobre direito dos transexuais e mais um sobre a comunidade indígena), colocam-se

contra a repressão a práticas religiosas e abuso de autoridade de policiais, e a favor das manifestações em Paris (dois editoriais) e da reforma agrária.

Esse quadro geral do que foi publicado na coluna central do site demonstra, primeiro, uma ligação maior dos voluntários do CMI com dois movimentos sociais brasileiros: o do Passe-Livre, que não deixa de ser uma manifestação própria de algo maior que é a tradição do movimento estudantil, e os Sem-Teto que, neste caso, ganhou mais cobertura a partir do trabalho desenvolvido pelo CMI-São Paulo. A cobertura mais ou menos intensa de determinados assuntos termina, também, sendo um reflexo das preocupações de cada coletivo do Centro de Mídia Independente. O coletivo Florianópolis, por exemplo, é conhecido por desenvolver editoriais relacionados ao MPL. Já o coletivo Goiânia passou muito tempo cobrindo a violência contra a ocupação urbana Sonho Real, onde até fevereiro de 2005, viviam mais de três mil famílias. Sendo assim, pode-se dizer que a prioridade dos editoriais do CMI é flutuante em função da factualidade dos eventos e das afinidades de cada coletivo. No entanto, independente desses dois fatores, há uma preocupação constante em pontuar no site ações referentes a questões de identidades. Fator que, mesmo ao se falar de Passe-Livre ou Sem-Teto, é preponderante na abordagem do CMI. Vejamos então como isso acontece.

### 6.3 CASO 1: “MILITÂNCIA E ATIVISMO”

No dia 1º de novembro de 2005, uma pessoa que se identificou apenas com “militante”, jogou um texto na coluna aberta do CMI com o título: “militância e ativismo”. O artigo foi atribuído, pela pessoa que o publicou, como sendo do “Coletivo Anarquista Luta Libertária”. Trata-se de uma tentativa de esclarecer as diferenças entre os conceitos de militante e ativista, com clara inclinação para que a prática militante voltasse a ser valorizada. A seguir, alguns trechos da mensagem:

No meio libertário é grande a confusão que se faz em torno do conceito de militância. Chega-se inclusive ao absurdo de tratá-lo como algo próprio do que é ou de quem é militar, ou na melhor das

hipóteses, como se fosse algo dogmático, padronizado, típico de um militante comunista ortodoxo.

[...] Militância, por exemplo, pressupõe um grau de entrega, seriedade e compromisso que geralmente não está presente no ativismo, assim como o desenvolvimento de um trabalho regular que busque envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade. Militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim transformar sua própria vida em prática militante.

Enquanto na militância ela própria passa a ser a vida do militante, no ativismo acontece a relação oposta e a própria vida é que passa a ser a prática ativista. No primeiro caso, a vida pessoal se adapta às necessidades da luta, no segundo caso, é a militância que deve caber na vida pessoal do indivíduo. Dessa maneira cria-se um estilo diferenciado, que inclui o modo de se vestir e adornar o corpo, de se alimentar, a maneira de morar e decorar a casa, de se manter economicamente e se desenvolve o gosto cultural pelo que é supostamente “consciente”, entre outras coisas. Criam-se variações, atuações criativas e esporádicas onde “tudo é anarquismo”. Enfim opta-se por um estilo de vida excêntrico que passa a ser a própria atuação política, possibilitando assim, que não se precise abrir mão de nenhum prazer e diversão em prol da “revolução”, pois ela já foi feita por ele (o ativista) consigo mesmo. É como se a revolução fosse algo meramente individual, existente no comportamento, e não um processo social.

Tudo isso faz com que a partir do ativismo o cara não se veja mais como um trabalhador, explorado pelo capitalismo e oprimido pelo Estado, mas unicamente como ativista, afastando-se dos meios sociais “normais e alienados”, identificando-se apenas com outros ativistas e criando um isolamento do campo popular incompatível com a militância. Muitas vezes reproduzindo preconceitos de classe sociais intermediárias da sociedade, onde têm origem muitos jovens que se aproximam do ativismo, segundo a autocrítica do próprio Reclaim the

Streets – grupo inglês que foi um dos maiores incentivadores da dinâmica ativista no final da década de 90.

[...] Ironicamente o ativista se propõe a lutar contra o capitalismo, e fica implícito que luta contra os efeitos perversos deste sistema. Ora quem mais sofre com este sistema são as classes trabalhadoras e exploradas. Mas o irônico é que os ativistas não lutam nunca com elas e sim por elas, dando origem a uma verdadeira elite dirigente, por mais que esperneiem contra o autoritarismo, o dirigismo, o vanguardismo, refutando isso com palavras, na prática a postura leva justamente a isso. Este ponto é polêmico, pois os próprios defensores do ativismo acusam os militantes mais regulares, pertencentes a grupos políticos e movimentos sociais de serem dirigentes e manipularem as massas. Na verdade essa é uma falsa polêmica, pois o militante em geral faz parte da massa; mesmo que esteja organizado politicamente com pessoas de afinidade política similares; não deixa de ser parte das massas, que sofrem com as mazelas do capitalismo e por isso mesmo se organiza socialmente em movimentos sem feição ideológica, religiosa, etc., que pelo seu perfil Bakunin chamou de movimentos de massa.

[...] Mas o dirigismo ativista se manifesta é no interior do próprio movimento ativista. Sob o argumento do anti-autoritarismo, abre-se mão de qualquer organicidade, método decisório e principalmente da unidade na ação em prol do espontaneísmo. Porém, frequentemente o único espontaneísmo que se manifesta é o de uma pequena fração de pessoas que, por serem mais experientes, terem mais tempo livre, possuírem os “contatos”, dominarem melhor as palavras, serem mais desinibidas, terem um tom de voz mais alto e uma infinidade de outros fatores, acabam impondo sua vontade à maioria, que terá que segui-la se quiser “fazer alguma coisa”, segundo a própria lógica ativista de fazer algo em tudo sem centrar forças em nada.

O artigo sustenta, em vários momentos, que a militância é uma atividade mais genuína que o ativismo, posto que ela partiria das pessoas que, de fato, sofrem com o capitalismo, ao contrário dos ativistas que, segundo o texto, estariam afastados do meio social, ou seja, não estariam sofrendo de fato com o inimigo que eles apontam

ter. Quando diz que, na militância, “a vida pessoal se adapta às necessidades da luta” enquanto o ativismo adapta a militância na sua já estabelecida vida pessoal, o texto trata basicamente de nível de comprometimento com as causas em questão, com o padrão financeiro dos ativistas, e com a identidade dos grupos que se encaixam em uma ou outra categoria. Critica a falta de metodologia do ativismo e a presença de pessoas especialistas fazendo o trabalho de luta não “com”, mas “por” um coletivo maior.

Dois comentários a esse texto foram feitos no site. O primeiro ponderava que as críticas ao ativismo não poderiam ser postas como um conflito entre os “bons” militantes e os “maus” ativistas. “E nem todos ativistas são elite, ou pq vc acha q o trabalhador não pode ter um estilo de vida q vc chama de ‘alternativo’?”, questiona uma leitora que assina como “Camila”, e finaliza escrevendo: “Organização não é tudo, e eu acho q nela eh q se facilita o tal dirigismo”. O segundo comentário, assinado por “militante trabalhador”, rebate: “Lutar para organizar, organizar para lutar e gerir”.

O papel dos voluntários do CMI como ativistas ou militantes, ou nenhum dos dois, está refletido em mensagens que percorrem principalmente a coluna da direita. Não são textos diretamente relacionados ao assunto, mas espelham questões como compromisso com as causas dos movimentos sociais ou organização e gerência das ações. No mesmo mês de novembro, outros textos que foram à seção de publicação aberta do site discutem em outros termos, essa problemática.

Uma delas foi um texto publicado no dia 23 de novembro de 2005, com o título de “Quer me ensinar a fazer a minha luta?”. Assinado por alguém que se identificou como “Ludugero Cabul”, o artigo lembra das manifestações no Recife contra o aumento das tarifas dos ônibus. O autor diz que, durante os dias de ação na rua, os estudantes e todos que estavam presentes nos manifestos foram criticados pela “forma” com que agiram, sendo acusados de violentos, baderneiros, entre outros adjetivos que circularam bastante pelos principais veículos de comunicação do Estado.

Falam, sem muita clareza, de outros métodos que poderiam ser utilizados. Perguntei a alguns: quer me ensinar a fazer a minha luta? Mas, ficaram sem respostas (nova versão do trágico cômico!). Tratam-se, na maioria das vezes, de pessoas com uma história de vida com

grande legado de anulação, delegação, não participação em lutas comprometidas com a defesa dos interesses coletivos... Condenam veemente o ataque a ônibus no centro do Recife, mas nada têm a dizer sobre os ataques no Iraque... (é muito longe!!!). [...] Será essa a melhor forma de lutar por uma sociedade mais justa?

Nesse pequeno trecho notam-se dois elementos natos daquilo que se convencionou chamar de ativismo: primeiro, o caráter de uma tática intuitiva presente no centro das manifestações, feitas por uma energia que é individual (“minha luta”) e ao mesmo tempo coletiva (“sociedade mais justa”). Segundo, quando o autor do texto critica as pessoas que condenam as manifestações no Recife por não ter o que dizer quanto aos ataques no Iraque, ele revela que sua posição no mundo é a de alguém que fala em nome não apenas de uma classe de estudantes, mas de uma multidão única e internacional: a dos oprimidos.

O texto recebeu nove comentários, alguns dos quais levantaram pontos como o da diferença entre os manifestantes cujas expressões eram espontâneas, e aqueles que supostamente teriam se aproveitado dessa espontaneidade para agir em nome de uma instituição, fosse ela um partido político ou mesmo a classe do movimento estudantil liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Vejamos alguns comentários:

O fato é que foram a UBES a UNES a UMES e a UEP quem conseguiram o apoio massivo da população para essa causa e graças a isso, organizadamente, vencemos o aumento de passagem. Não somos contra essas formas de protesto, apenas sabemos fazer política sabemos esperar o nível certo de tencionamento, pq se tivéssemos entrado nesse discurso fácil, não teríamos nem barrado o aumento, nem derrubado o Meira!!! E que dizer do oportunismo do PSTU que na Quinta-feira só foi pro protesto depois que soube que a imprensa estava lá??? (Assinado por “Marcelo Diniz”)

O texto é muito instigante, mobilizou angústias até nos pelêgos da UNE (comentário de Marcelo Diniz). A juventude do "mensalão", não têm o direito de falar em nome dos estudantes. As manifestações não foram para a Assembléia Legislativa de Pernambuco para dar

visibilidade aos parlamentares do PC do B, como eles queriam. agora dizem: "o PSTU é que é o oportunista", oportunismo foi o pelêgo do presidente nacional da UNE, entrar no palácio do governo para falar em nome do movimento espontâneo dos estudantes e trabalhadores de Recife. O apoio da população está sendo construído nas ruas, não com as jogadas políticas da UNE. (Assinado por "Márcio Soares")

A UNE, não defende mais os estudantes. estava no protesto, não tenho partido político, ainda, e lá haviam muitos nessa condição (NADA CONTRA OS QUE TÊM). não vi o apoio da população a UNE, UBES...o que eu ouvir na quarta-feira dia 23/11, foi a população dizer: ão, ão, ão, juventude do mensalão. (Assinada por "Plínio").

Vê-se claramente um embate entre o primeiro e os dois últimos comentários. Enquanto uma pessoa defende o sucesso da manifestação em função do trabalho do movimento estudantil representado pelas instituições citadas, outras duas pessoas expressaram a opinião de que nenhuma dessas instituições tem mais representatividade entre aqueles que podem ser tanto estudantes e trabalhadores e cuja ação é um "movimento espontâneo".

A questão da representatividade é fundamental para entender de que maneira o embate entre ativismo e militância se dá muitas vezes em um paralelo à organicidade versus institucionalidade, seja de organizações estudantis e, mais ainda, de partidos políticos. Os voluntários do CMI, e pessoas que se identificam com a prática do ativismo global, costumam criticar vinculações políticas por entender que estas estreitam uma subjetividade cidadã em uma cidadania objetiva. No dia 24 de novembro de 2005, na coluna da direita, em um texto com o título "Não à expulsão das companheiras Aline e Cíntia da Unesp", assinado pela "Aliança da Juventude Revolucionária", pedia-se a mobilização de pessoas contra a expulsão de duas alunas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que, segundo o texto, estariam sendo perseguidas por "estudantes direiristas", pelo simples fato de serem "militantes do Partido da Causa Operária (PCO)". A acusação da universidade contra as estudantes era de que as duas haviam roubado urnas que serviriam à apuração de uma nova gestão para o centro acadêmico de ciências sociais da Unesp. Na opinião do texto enviado ao CMI, isso seria um pretexto para expulsar as estudantes.

Seis comentários foram feitos, em todos eles referências à questão do partidarismo. Alguns condenando completamente a atuação de qualquer partido político, outros rebatendo com acusações de que alguém que assina como sendo “sem partido” pode ser, na verdade, um partidário de direita. Um comentário em particular chama atenção pela ênfase nos movimentos apartidários:

Cada vez que um militante do PCO abre a boca...eles mesmo se acusam... Afirmam que lutam pelo operariado mas o que se vê claramente na Unesp são esses “militantes” andando de carro do ano e viajando o ano inteiro pelo país, carregando seus celulares pós-pagos de última geração, e outros afins que todos sabem que nenhum proletário mesmo,tem acesso fácil e se quiser,vai ter que trabalhar e muito...coisa que os dito militantes e revolucionários do partido da causa ordinária não fazem. Vão me acusar de petista, psdebista e outras coisas mais. Não sou pau mandado de nenhum partido e só estou me expressando porque eu acho um absurdo um bando de gente que não tem mais o que fazer, intervir num processo eleitoral que só diz respeito aos estudantes de ciências sociais da UNESP Araraquara. (Assinado por “Aluno da UNESP”).

Por não refletir exatamente as preocupações dos voluntários que participam do CMI, os conflitos que surgem na coluna aberta e nos comentários aos textos publicados nela são manifestações próprias de um grupo cujas intenções estão além de responder a uma política editorial específica. O objetivo é também expor uma insatisfação perante algum evento. Dentro dessa insatisfação, os debates costumam sempre se chocar em opiniões conflitantes e, por isso mesmo, reflexivas.

A preocupação constante com o lugar das pessoas dentro ou fora de partidos e movimentos organizados, bem como a quantidade de comentários que recusam filiações e criticam a postura de “militantes”, demonstram que existe, de uma maneira geral, uma predileção da espontaneidade da ação em detrimento a uma institucionalização dessa ação.

Percebe-se que, nessa discussão, duas características dos Novos Movimentos Sociais se encaixam no perfil daqueles que, a exemplo do jovem “Ludugero Cabul”, provocam: “quer me ensinar a fazer minha luta?”. Primeiro, essas

peças valorizam, para usar o exemplo dos protestos em novembro de 2005 no Recife, o uso de táticas radicais e muitas vezes intuitiva, completamente diferente das estratégias usadas por movimentos organizados como, por exemplo, a luta de classes. Segundo, a intenção é criar um movimento que se organiza a partir de sua descentralidade e desburocratização. Trata-se, segundo a concepção de Melucci (2001), de um movimento antagonista, que questiona a legitimidade do poder, no lugar de apenas lutar contra ele.

Na entrevista 5 (Apêndice E) realizada para esta pesquisa, o voluntário Paíque diz mesmo que o conflito entre conceito de militante e ativista é um dos principais debates entre os voluntários do CMI. Paíque afirma que, na sua opinião, o CMI transita entre o espaço da militância e do ativismo, pois ao mesmo tempo em que ele explora a energia subjetiva individual dos membros, ele trabalha em função de uma organização coletiva.

A discussão que surge a partir do texto “Militância e ativismo”, bem como os argumentos trocados nos comentários acima citados, é fundamentalmente aquela que deu origem à teoria dos NMSs. Assim, em lugar de se observar como um grupo organizado em torno de um centro, o CMI se percebe como uma construção analítica, cujas ações coletivas são difusas e, ao mesmo tempo, convergentes. Valoriza-se também com esses espaços abertos o desenvolvimento da subjetividade individual a qual Boaventura (1996) faz referência quando escreve sobre os Novos Movimentos Sociais. Subjetividade que é própria de uma atitude punk e, simultaneamente, tribal.

De que maneira pode-se, então, trabalhar com comunidade nessa perspectiva? A discussão central do primeiro texto referente ao ativismo em oposição à militância esclarece muito como o autor do texto percebe o CMI a partir de uma crítica clara que ele faz à adaptação da luta na vida já formada de cada um. Segundo o texto, o ativismo, ao contrário da militância, não necessariamente transformaria a identidade individual em uma identidade coletiva, pois a luta em si deixaria de ser o elo entre as pessoas. No entanto, ao se observar os comentários referentes a outros textos da coluna aberta, e particularmente aquele que foi publicado com o título “Quer me ensinar a fazer a minha luta?”, nota-se que a identidade coletiva só é constituída a partir de um sentimento que, paradoxalmente, gira em função da subjetividade individual, e nunca da objetividade da militância organizada.

A *socialidade* de Maffesoli (2002) está refletida no presenteísmo da urgência de expressão, na pressa pelas manifestações que, para serem coletivas, não precisariam mais da legitimidade institucional. O momento da luta não é mais o momento de pensar o futuro, é o momento de mudar o presente, sem planejar muito bem o futuro.

Quanto ao uso da mídia, em todos os casos acima descritos ele se dá em função da audiência ativa. É a partir da possibilidade de publicação aberta e do esclarecimento que toda produção autoral publicada a partir do site do CMI pode ser livremente copiada sem a necessidade de pagamento de direitos, que os visitantes da página podem fazer circular a própria mídia. É preciso novamente frisar que, sem a coluna da direita, espaço de livre expressão de todos aqueles que acessam o site pela internet, o Centro de Mídia Independente seria, de fato, apenas uma mídia.

#### 6.4 CASO 2: MOÉSIO REBOUÇAS

A crítica à postura do CMI como um grupo que não trabalha “com”, mas “por” comunidades distintas de si mesmo é, não coincidentemente, um dos pontos explorados por Moésio Rebouças, pessoa que, na lista de discussão nacional do CMI, foi responsável por um constante processo de crítica ao centro em seus primeiros cinco anos de funcionamento. Rebouças é conhecido como um atuante membro do movimento anarquista brasileiro e, desde a fundação do Centro de Mídia Independente no Brasil, ele movimenta a lista “Rede CMI Brasil” com textos irônicos sobre a atuação dos voluntários do grupo. Os contatos entre as pessoas que participam do CMI e Moésio sempre foi intensa, e chegou a ser em alguns dias o único assunto discutido na lista. Por ordem cronológica, eis alguns trechos de discussão entre Moésio e membros dos coletivos do CMI:

Você viu quando tinha um cara e uma menina aqui na lista que tinham posições interessantes, entrou numa discussão com alguns sobre linguagem conclusiva, e logo começaram a chamá-los disso e daquilo porque estavam com posições diferentes da “realeza”, aí os caras não tiveram a mesma paciência que eu, e saíram fora, viu? aquilo foi

“interlocução”? “qualificar debate”? então pergunto, que “interlocução” é essa? que interlocução é essa que quando alguém faz uma crítica, já vem alguém do alto do seu puríssimo altar e fala: “não reclame, não encha o saco... participe das reuniões... vai procurar outro site... faça um... blábláblá...que interlocução é essa que alguém do seu olímpo sagrado diz para os outros: “nem responde esse tal de moésio”... aí depois vem outro e fala em expulsão... santa paciência... santa estupidez...

Outra coisa, eu vejo muito “vocês” falando em críticas construtivas... desrespeitosa, sem conteúdo... blábláblá...caracas, se vocês medem o grau das críticas, façam uma política editorial para elas também... e viva o politicamente correto e a democracia!

Aliás, onde está a fronteira de uma crítica radical, contundente, agressiva, forte, pruma crítica construtiva? sei lá, mas a meu ver construção e desconstrução se misturam... (Assinado por Moésio Rebouças, no dia 3 de dezembro de 2004).

No e-mail, Moésio faz referência ao processo auto-crítico dos voluntários que participam do CMI, sugerindo, em uma ironia sobre as fronteiras internas ao grupo, que eles deveriam criar uma política editorial própria para avaliar o que é crítica construtiva ou não. Apesar de afirmar, em depoimentos como esse, que o CMI não tolera opiniões contrárias à “política editorial” do grupo, Moésio sempre está presente nessa mesma lista. A constância de suas mensagens na lista de discussão foi mesmo aquilo que mais movimentou o debate auto-crítico do grupo. E cita a palavra “vocês” entre aspas para indicar que ele não faz parte daquela comunidade. O argumento de Moésio quanto às falhas do CMI diz respeito também ao processo de edição feita pela coluna editorial do site.

Qual o critério de destacar a mani sobre a novela... e não destacar a chamada internacional do ato contra a guerra do Iraque? só depois de ter rolado às manis que “vocês” vieram com uma “matéria” um tanto que “chifrim”... (Assinado por Moésio Rebouças, no dia 4 de abril de 2005)

Novamente, as aspas usadas por Moésio são indicativos de termos que ele tem por intenção destacar de uma forma provocativa ao CMI. Por exemplo, ao colocar a palavra “matéria” entre aspas, ele quer questionar a natureza jornalística do Centro de Mídia Independente. E entendendo que por “mani”, ele quer dizer manifestação, fica claro que a mensagem tenta colocar em xeque os critérios de escolha dos assuntos que vão para a coluna editorial. Poucos meses depois, no dia 7 de julho de 2005, em uma resposta dada ao um voluntário do CMI que se identificou apenas como “Daniel”, Moésio abre uma discussão cheia de pontos a ser explorados:

Daniel:

Moésio, li tua resposta agora, achei ela bastante respeitosa, assim como o meu e-mail inicial. Só que, cara, você perde tempos e tempos xingando verbalmente as pessoas, “canalha”, “pulha”, “você é um bosta”. Este é o nível que descrevi no primeiro parágrafo, quando comparei a “discussão” do MPL. Você entra sim neste jogo.

Moésio:

as pessoas? não, não... chamei só um cara, um mequetrefe e mela cueca chamado “frame”... ora, ora... um sujeito que nem conheço nem nada, vem e me chama de fascista, quer que eu fique calado!? sinceramente, você foi muito infeliz na comparação e descrição... aliás, o único cara que questionou o sujeitinho foi o roquete... discernimento e isenção é bom...

Daniel:

E mesmo que saibamos que você não é o PCdoB etc. você acaba sabotando sim o projeto, sendo que poderia ajudar muito mais. Ou simplesmente ajudar. Não estou dizendo que é tua intenção, mas é o que acontece. Perdemos muitos militantes muito fortes nas brigas do MPL e vi também algumas pessoas, pessoas que são importantes, se desligarem da lista cmi-brasil durante esta última “discussão”. Reflita, só isso.

Moésio:

bom, eu já disse outras vezes, a vida é dinâmica, não é na maioria das vezes como a gente deseja... às pessoas têm que saber trabalhar com o acaso, o imponderável... pô, já vi tantas discussões no movimento

que participo, e nem por isso desisti, me afastei... mas cada um é cada dois... cada um sabe o peso da sua cruz...

Daniel:

Você não imagina o quanto nós mesmos fazemos as críticas sobre a cobertura, e até mesmo ao modo de enxergar jornalismo. E não só em Floripa, mas na rede toda esta discussão surge constantemente. A velha história de que em trabalho voluntário acontece muito de as pessoas entrarem sem saber onde estão pisando. Localmente estamos conseguindo lidar bem. O pessoal entra e a gente faz um puta treinamento, discussão e trabalho prático sobre jornalismo anticapitalista, técnicas de texto, de investigação. Em médio prazo vamos ajudar o trabalho regional, especialmente com os coletivos que eu estou mais próximo como Joinville e Blumenau. E a longo podemos muito bem contribuir com a rede. Não é algo que está morto, estamos nos movendo e é preciso lidar com a composição que temos. Aproveitar as pessoas que se interessam, e que até então não tiveram grandes contatos com as ideias anticapitalistas - estas muito provavelmente não tem a mesma bagagem, o mesmo esclarecimento de militantes mais antigos, mas podem muito bem aprender. E eu aprendi no decorrer que pedagogia pouco tem a ver com humilhação, xingamento etc. Pelo menos não para camaradas.

Moésio:

na boa, mas o acúmulo destas discussões deveriam estar estampadas, impregnadas no conjunto do trabalho de vocês... percebas que muitos erros e mancadas que vocês cometem, algumas gritantes, vem se arrastando desde que o cmi brasil foi criado... eu fico surpreso, ademais, é que vocês não são uma, duas, três pessoas... mas várias... sobre pedagogia, a intenção não é humilhar, mas se vem um tipinho como esse chamado "frame", aí eu deito e rolo... caracas, aquela sobre o coletivo de sampa foi o máximo... mas deixa pra lá... hehehe... quanto ao xingamentos... no fundo, também, tem um aspecto pedagógico... o linguajar brasileiro é muito rico (principalmente o do ceará, o cearensês), e dá para brincar com várias palavras... mas, te pergunto, chamar uma pessoa que nem conhece de fascista é camarada? isso é xingamento? cara, sério, pára com esse protecionismo... se continuar assim daqui a pouco você vai dizer que eu que sou o culpado pela crise no governo lula...

Daniel:

E se você corre atrás mesmo, então produz as coisas, ora. Eu consigo muito bem depurar tudo o que vale a pena e o que não vale, não tenho nenhum problema com o meu ego que me prenda. Muitos de nós estão correndo atrás.

Moésio:

às vezes tem gente que corre muito e não chega a lugar nenhum... hehehe... não gosto muito de falar na primeira pessoa, nem fazer papel de coitadinho... mas tu achas que as coisas da “ana” caem do céu?

Daniel:

Quais são as tuas prioridades que te impedem de correr atrás daquilo que você acha que nós é que devemos correr? Trabalhemos em solidariedade e cooperação, camarada.

abraços,

d.

Moésio:

minha prioridade no campo da contra-informação é o anarquismo... eu não tenho perna, tempo, paciência, para me comprometer a fazer outras coisas, até por que eu gosto de coisas bem feitas, se eu entro num projeto é pra se mexer mesmo... por outro lado, vocês, que são dezenas, é simples (que na prática se torna complicado), é só seguir, correr atrás do que dizem lá no site, ou seja: oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade... uma alternativa consistente...

salú

Moésio R.

“Discernimento”, “isenção”, “imponderável”, “mancadas”, “protecionismo”, “coitadinho”, “contra-informação” e “alternativa consistente” são palavras e expressões usadas por Moésio para apontar o que ele considera equivocados nas práticas do CMI. Do outro lado, Daniel, voluntário do CMI, escreve “sabotando”, “treinamento”, “jornalismo anticapitalista”, “militantes”, “camaradas”, “solidariedade” e “cooperação” para opinar em nome do grupo.

De um modo geral, percebe-se que os argumentos de Moésio discorrem sempre sobre o mesmo ponto: a inflexibilidade do CMI em apostar em ideias novas,

em aceitar críticas, criando, assim, um “protecionismo” em relação ao grupo. Embora nessa mensagem especificamente, ele não se atenha ao ponto, a segunda crítica constante que Moésio faz ao CMI é a qualidade das informações publicadas na coluna editorial.

O argumento usado por Daniel, que usa palavras como “militantes” e “camaradas”, evocando uma identidade de luta de classes ao grupo, é a de que o CMI trabalha para se constituir em uma mídia alternativa que faz “treinamento, discussão e trabalho prático sobre jornalismo anticapitalista, técnicas de texto, de investigação”. E, assim como vários outros voluntários de coletivos distintos, Daniel acusa Moésio de sabotar o grupo, em lugar de ajudar a construir uma organização melhor, de se juntar ao próprio CMI.

No mesmo dia em que essa troca de mensagens foi enviada à lista de discussão nacional, Moésio teve outro texto seu publicado entre os tópicos daquela edição da lista:

A mais ou menos cinco atrás falei que “vocês” eram conservadores, passou cinco anos, e “vocês” continuam conservadores (e olham que são jovens, com o fogo da vida)... calma, não esperneiem, vou explicar... exemplo, “vocês” não sabem aproveitar o site com imagens, humor, irreverência... “vocês” não ousam, é sempre a mesma coisa... a imagem tem uma força do cacete... ela fala muito, às vezes mais que mil palavras... muitas vezes, por diversas circunstâncias, não conseguimos escrever nada, a gente tenta mas não sai nada... aí eu pergunto: por que não um editorial ser uma imagem? uma charge? porque não brincar com uma foto pública? enfim, longo papo... já passei muito tempo aqui... Moésio R.

Duas respostas foram dadas a esse texto. A primeira, assinada por “Djahjah”, e dizia apenas: “essa foi uma boa sugestão”. A segunda, assinada por “grazi”, que enviou o e-mail no dia 8 de julho de 2005, foi mais extensa e menos receptiva:

oi djahjah e pessoas do cmi-brasil  
sim, poderia ter sido uma boa sugestão. mas não foi uma sugestão. foi tão somente um cara arrogante achando que sabe mais que todos e todas do cmi. “a imagem tem uma força do cacete”? puxa, que grande

novidade. o que seria da gente sem o moésio para dizer palavras tão sábias?

se ele defende tanto que o nosso trabalho precisa ser melhor, acho que uma boa é começarmos não aceitando a presença dele e todas as suas baixarias por aqui. e sem “vitimismos”: não é porque o cara é um “louco”, um “bufão” e todos os outros adjetivos que ele se dá. é simplesmente porque ele usa esta lista indevidamente. não precisamos de ninguém julgando o nosso trabalho dentro de uma lista nossa. quer comentar algo? comente nas próprias matérias ou escreva ao nosso email de contato. o mais legal do cmi é que os leitores e as leitoras são ao mesmo tempo produtores/as do conteúdo do site. mas o cara insiste em ser uma figura superior que vez ou outra escreve 50 emails para desqualificar o nosso trabalho, chamar pessoas de “mela cueca” etc.

enfim, reiterando:

o moésio não está usando esta lista segundo os propósitos da mesma, que é ser uma lista de trabalho da rede cmi-brasil.

grazi

cmi-sp-vídeo

jornal o independente

A resposta de Moésio veio logo em seguida, enviada também no dia 8 de julho:

mocinha,

achar, achismo... achar, achismo... nhenhêhêm... nhenhêhêm...

figurinha, mais uma vez digo em alto e bom som, não chamei várias pessoas de “melas cuecas”... mas somente um tribufú, que assina como “frame”... é incrível como “vocês” deturpam até as minhas palavras... quer uma lupa? é incrível como “vocês” são corporativistas... chamar um de fascista pode, de mela cueca não... ai, ai... como as entrelinhas dizem tantas coisas... ui, ui...

não comento lá no site não, mas aqui... porque? porque lá as pessoas se esconde atrás do anonimato, são covardes, não assinam... até alguns de “vocês” não assinam... eu gosto é de cara-a-cara...

que papo furado que os leitores são os produtores do conteúdo do site... quem manda é vocês... quem dá a linha é “vocês”... o que tá aberto é a coluna da direita... da direita... da direita...

enfim, então expulsa da lista... vamos lá... foi nessa lista que já tentaram bloquear meu e-mail, cogitaram me expulsar... vamos lá...

no mais, como a “verdade” dói...

moésio R.

ps: se não é uma grande novidade, porque não fizeram nada ainda nesses cinco anos?

ps1: baixem um código de ética, de postura, de palavras que devem ser usadas na lista, nos comentários, de boas maneiras, de como se comportar, que não pode provocar, ser sarcástico, cômico... vamos lá, baixem os decretos... “vocês” estão aí no alto... “vocês” têm o poder...

Como se percebe, a animosidade é uma constância nessa troca de e-mails entre Moésio e integrantes do CMI. Alguns voluntários o acusam de participar da lista apenas para reclamar do grupo com questões que não deveriam estar sendo discutidas ali, já que a função dessa mesma lista seria, a princípio, coordenar os trabalhos desenvolvidos pelos vários coletivos e pré-coletivos do Brasil. Mas, uma vez que a lista se mantém aberta a qualquer pessoa, é natural que existam opiniões contrárias às atividades do grupo. E, embora Moésio tenha se mantido firme em suas críticas ao CMI, e apesar das ameaças de exclusão do mesmo da lista nacional, ele nunca foi banido por nenhum de seus comentários durante os cinco primeiros anos do centro. O que comprova que sua presença na lista sempre foi a de uma negação necessária à sustentação dos argumentos em defesa do CMI. Ou, como postularia Hegel, trata-se de uma legitimidade construída a partir da negação da negação.

Vejamos então de que maneira essa discussão atravessa os diversos aspectos teóricos levantados sobre o CMI. Primeiro, fica claro que o processo auto-crítico do grupo ocorre não apenas em função de questionamentos levantados pelos próprios voluntários, mas em função de um debate que acontece com pessoas que não participam do grupo. Mas essa crítica externa tem uma razão de ser. Moésio é importante para o debate dentro do CMI porque ele tem um histórico dentro dos movimentos sociais brasileiros, e porque, independente de suas opiniões e sua insistência em frisar algumas delas, o fato de ele frequentar a lista de discussão a

partir de sua observação do site prova que ele dá uma importância única ao Centro de Mídia Independente, e que essa atenção é fundamental para o centro.

Portanto, além do conteúdo das mensagens, é importante notar que o simples fato de a lista abrir espaço para as mensagens Moésio – já que eles teriam a opção de bani-lo da lista – diz sobre a necessidade do grupo em ter uma oposição forte para firmar as posições do próprio CMI. Pois é identificando o que ele não é (o outro), que se pode revelar o que ele é (o eu). Existe uma natural coesão de pensamento entre os voluntários do CMI. Mesmo quando essa coesão não é tão clara, percebe-se um certo “protecionismo” ao qual se referiu Moésio.

A se tomar os comentários publicados no site, e as mensagens enviadas por e-mail à lista de discussão, esse protecionismo é, em vários momentos, um elemento agregador dos voluntários do CMI, visto que uma das formas mais constantes deles se identificarem entre si é defendendo a ideia maior da rede Indymedia de pessoas que discordam ou agridem suas práticas. O processo de argumentação dentro do site ou nas listas de discussão é, ele próprio, um elemento coesivo. O fato dessas argumentações e críticas transcorrerem em boa parte das vezes a partir da internet, transforma os textos enviados no tempo do debate, e a internet no espaço dessa esfera pública.

A partir de uma lista de discussão, que é somente uma das diversas ferramentas da internet, o CMI abre um lugar de discussão que gera a legitimidade do grupo. Essa é uma característica específica dos Novos Movimentos Sociais, cujas ideias se encaixaram perfeitamente no campo descentralizado e aberto (ainda que com recursos de banimentos) da internet.

Nesse mesmo espaço de e-mails trocados, encontra-se uma comunidade que é não apenas virtual, ou seja, baseada em referenciais simbólicos que não compartilham o mesmo lugar, mas é igualmente imaginada por pessoas que, muitas vezes, nunca mantiveram contato face-a-face umas com as outras, tal como na percepção de nação desenvolvida por Benedict Anderson. Isso acontece de uma forma natural, pois trata-se, como vem sendo colocado nesta pesquisa, de uma comunidade construída a partir de uma mediação de diversas identidades.

Quanto à exploração do CMI enquanto uma atividade midiática, fica claro, a partir do e-mail do voluntário que se identificou como “Daniel”, que a prática do jornalismo é usada novamente para dar um lugar legítimo ao CMI em um plano de lutas. “Você não imagina o quanto nós mesmos fazemos as críticas sobre a

cobertura, e até mesmo ao modo de enxergar jornalismo”, argumenta “Daniel”. Moésio, não em resposta a esse argumento, mas em outro e-mail da lista, escreve que a quantidade de textos do CMI, algo relacionado diretamente ao formato “jornalístico” com que os assuntos seriam tratados, deixa de aproveitar recursos que poderiam ser potencializados com a internet, tais como o uso de “imagens, humor, irreverência”.

Observa-se que Moésio nunca trata o CMI como um grupo de jornalistas. Ao contrário dos voluntários que escrevem para a lista de discussão, ele não costuma usar expressões vinculadas à prática jornalística. Quando o faz, usa aspas como as que foram colocadas na palavra “matéria”, para frisar que aquela não é uma definição sua. Está implícito que uma das críticas mais contundentes de Moésio em relação ao CMI é o fato do grupo se observar como um núcleo de jornalismo independente. E é porque essa crítica existe, que o CMI pode, de fato, se apresentar como uma atividade jornalística. Trata-se de uma atividade que se firma na negação de Moésio.

### 6.5 CASO 3: MANIFESTAÇÕES NA FRANÇA

Durante o mês de novembro de 2005, dois editoriais, um no dia 7 e outro no dia 13, foram publicados no CMI sobre as manifestações de jovens que, na França e particularmente em Paris, rebelaram-se contra a situação de sobrelotação da periferia parisiense. Somente entre 1º e 16 de novembro daquele ano, data final das manifestações, a coluna aberta do site recebeu 81 postagens (entre textos, ilustrações e vídeos) referentes ao mesmo assunto.

As manifestações na França começaram em função da morte de dois jovens de descendência africana que foram eletrocutados numa estação de força do distrito de Clichy-sous-Bois, periferia de Paris. Eles teriam se escondido da polícia neste local em situação que não ficou esclarecida. Na época, a polícia alegava que não perseguia os jovens e o sobrevivente, outro jovem que sofreu danos devido aos choques, disse ter perdido a memória do incidente. De 27 de outubro a 16 de novembro, foram noites consecutivas de motins, que fizeram com que o presidente francês Jacques Chirac declarasse estado de emergência.

Os jovens explodiam na região a situação de abandono e preconceito dos franceses em relação aos imigrantes que moravam no País, muitos deles vindos ora da África Ocidental, e muitos outros de origem árabe. As manifestações logo receberam ecos em outros países europeus, lugares onde boa parte da força de trabalho é formada por imigrantes.

No Centro de Mídia Independente brasileiro, a repercussão do que aconteceu na França serve para refletir sobre a maneira com que o CMI percebe a questão da identidade e o papel dos movimentos sociais na luta pelo respeito às mais variadas identidades. A começar, portanto, com a opinião da coluna editorial, que fala em nome do próprio CMI. No dia 7 de novembro de 2005, já 12 dias depois que os motins em Paris começaram, o site publicou o seu primeiro editorial sobre o assunto.

O texto passa três de seus quatro parágrafos citando os fatos que provocaram os motins e dando um histórico do que estava acontecendo naqueles últimos dias. No último parágrafo, o CMI manifesta sua opinião:

Os eventos recentes em Paris estão longe de ser fruto de gangues, arruaceiros ou desocupados, como proclama a grande mídia. Tais eventos são o estopim da situação das atuais gerações de imigrantes, filhos/as e netos/as de imigrantes que foram sistematicamente marginalizados/as no decorrer dos anos. Convivem com péssimas condições de vida, sendo obrigados a sobreviver em empregos precários, com míseros salários além do racismo, sempre constante. Esta não é uma situação exclusiva de Paris ou da França, mas uma realidade presente em quase todos os países da Europa Ocidental. Na Inglaterra, por exemplo, os benefícios trabalhistas só beneficiam aos/as que possuem cidadania européia. Os/as imigrantes mesmo que com documentação legal se vêem muitas vezes obrigados/as a trabalhar por menos de 1 salário mínimo.

O editorial abre ainda um link para um texto sobre manifestações semelhantes na Alemanha, uma entrevista com uma brasileira residente na cidade de Dijon, na França, e um outro texto com o título “Protestos já atingem Berlim, Bruxelas e Brema”. Havia ainda o link para um vídeo em que se via policiais atirando contra jovens na França.

Seis dias depois, outro editorial referente ao mesmo assunto é criado. Desta vez, o texto começa chamando atenção para uma notícia que, segundo o CMI, teria “passado em branco por todo mundo”, referente à proclamação do estado de emergência francês:

A ação tomada pelo “gabinete de crise” francês, que reeditou a lei do Estado de Emergência, não é nada diferenciado de uma ditadura política qualquer. A lei foi aplicada pela primeira vez na Argélia em 1955, com o objetivo de sufocar a luta pela libertação do país então colonizado pela França. Além do toque de recolher, a lei dá amplos poderes para prefeitos e governadores utilizarem as forças armadas; dá o direito de invadir casas em que residam “suspeitos de subversão” e de impedir a circulação de pessoas em lugares determinados. Também prevê a possibilidade de controle direto pelo governo das informações veiculadas pelos meios de comunicação. (...) A revolta na França é apenas um reflexo do tratamento dispensado para a população periférica. A analogia com o período colonial é inevitável. Na Argélia, menos de um milhão de pessoas de origem européia gozavam de amplos direitos, negados sistematicamente aos dez milhões de argelinos muçulmanos. Esta situação culminou na luta contra o governo ditatorial francês que, por final, foi derrubado.

O editorial abria links para seis artigos, a maioria deles já publicados no site português da rede Indymedia, alguns dos quais já haviam sido colocados na coluna aberta do CMI brasileiro. Mostrava ainda os endereços dos quatro sites franceses da rede Indymedia.

Em ambos os textos, o centro da discussão referente a essas manifestações, na opinião do CMI brasileiro, estava no respeito a uma identidade que é periférica não apenas geograficamente, como periférica em direitos e em representatividade política. O CMI chama atenção particularmente para como a grande mídia costuma tratar essas pessoas, as chamando de “arruaceiros ou desocupados”. No entanto, a postura do site em relação aos acontecimentos de novembro de 2005 na França se reflete mais na maneira como eles publicaram esses editoriais do que no texto em si.

Primeiro, em um mês, por duas vezes eles levaram as manifestações na França à coluna central do site. Em se tratando de um acontecimento realizado fora do Brasil, essa é uma mídia excelente no status de importância que o assunto

adquire no site. Exemplo: no mesmo mês de novembro, a visita do presidente norte-americano George W. Bush à Argentina, onde estava sendo realizada a reunião da Cúpula das Américas, e posteriormente ao Brasil, onde se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi destaque cinco vezes na coluna editorial (sendo em uma delas com um texto referente a protestos contra presos políticos no Uruguai, que fazia uma associação com a visita de Bush à América Latina). A reunião da Cúpula das Américas e a passagem de Bush pelo Brasil eram assuntos muito próximos para que o CMI pudesse cobrir mais de perto e, por conseqüência, dar mais destaque do que cinco editoriais em sua coluna central.

Segundo, ao tratar de um tema que levanta problemas locais (imigrantes na França) em um contexto global (imigrantes no mundo inteiro), o CMI rapidamente se mostra como um organismo de rede. No segundo editorial sobre o fato, além dos links referentes aos artigos publicados no CMI de Portugal, o site destacou endereços dos sites de três outras páginas da rede Indymedia, todos franceses. Assim, o CMI brasileiro firma sua posição transnacional.

Ainda assim, quanto a esses dois aspectos, número de editoriais e caráter de rede, a observação da coluna aberta do site mais uma vez demonstra que a pulsão pela discussão no CMI se manifesta fundamentalmente a partir desse espaço. Dois editoriais comparados às 81 vezes que o assunto surgiu na coluna aberta do site apenas entre os dias 1º e 16 de novembro, e a publicação de textos em português, inglês, francês e espanhol no mesmo espaço, eclodem em um debate maior que, apesar de ser externo à opinião formal do CMI, faz parte da dinâmica do grupo, pois é lá que se concentram todos esses textos, estejam eles concordando ou discordando da perspectiva do centro. Vejamos então alguns:

Texto 1:

Eu estou muito puto com a Esquerda Radical européia. Aliás, será que ela existe mesmo? Cadê aqueles viadinhos que se vestiam de preto, se auto denominavam Black Bloc e saíam quebrando tudo nos protestos anti-capitalistas? Estão assistindo as imagens assustados pela TV? Esses merdas estão desperdiçando uma oportunidade maravilhosa que de propagarem esse Caos de Paris, essa Baderna Estupenda pelo resto da Europa e, na seqüência, pelo mundo. A mídia e a esquerda institucionalizada, este grande merda, ficam batendo na

tecla racial, de que se trata de um conflito étnico e que a solução é uma melhor política de imigração. Pura balela!! Entre os agitadores existem sim imigrantes árabes e africanos, mas também estão lá os desempregados, os fracassados e todos aqueles que a Democracia, esta grande falácia, rejeita e exclui. Os distúrbios de Paris são o grito de ESTOU VIVO da Multidão Excluída. É uma rebelião sem líderes, sem ideologia, sem metas e é justamente por isso que ela é tão bela. (Assinado por “Ari Almeida”, no dia 6 de novembro de 2005).

#### Texto 2:

Não é a fome que leva os jovens à revolta. Não há uma “crise econômica” nem mesmo no sentido mais amplo da palavra. Essa revolta não tem nada a ver com o “sub-consumo” ou com “super-produção”. A “queda da taxa de lucro” simplesmente não entra em cena. Além do mais, o movimento não é baseado em reivindicações econômicas. COMUNA DE PARIS 1871 - PARIS MAIO 1968 - PARIS NOVEMBRO 2005. (...) Sob a influência revolucionária, milhares de pessoas começaram a questionar todo o princípio hierárquico. Em questão de dias o enorme potencial criativo das pessoas rapidamente vem à tona. As ideias mais audaciosas e realistas – normalmente são ambas as mesmas – são defendidas, discutidas, aplicadas. A linguagem, destituída de vida pelas décadas de baboseiras burocráticas, estripada por aqueles que a manipulam para fins publicitários, subitamente reaparece como algo novo e jovial. As pessoas se reapropriam dela em toda sua plenitude. Slogans magnificamente adequados e poéticos emergem da multidão anônima. (Assinado por “ernesto”, no dia 6 de novembro de 2005).

#### Texto 3:

A explicação hippie: violência na França. O que está ocorrendo na França é uma parte maior de outras pequenas ações caretas do mesmo tipo. Em 2001 em Gênova, na Itália, eles infiltraram no meio do povo pessoas violentas para fazer quebra-quebra, e um jovem, chamado Carlo, terminou morrendo. Agora na França eles estão produzindo as condições necessárias para colocar em ação o plano de retorno do poder careta. Este tal plano é a continuação do que se

chama por aí com o nome de nazismo e de fascismos. (Assinado por “Lúcio Mustafá”, no dia 8 de novembro de 2005).

Comentários:

1 - “CARETA O CARALHO!!!!!!!!!! A O R D E M É Q U E B R A R T U D O !!!”, por “@”.

2 - “O retorno do que nunca se foi Não estamos mais em 68, Lúcio. Acorda 08/11/2005 18:48 O retorno do poder careta, é? Quando o poder deixou de ser careta? O poder é tão careta quanto você propagandeando a sua imagem”, por “Não estamos mais em 68, Lúcio. Acorda”.

3 - “Enquanto os socialistas lutam para suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo Povo em armas, os hippies vêm falar de construção de um mundo futuro, virtualmente socialista, através de um exército, mal necessário, no qual os soldadinhos, obedecem cegamente. Acorda, hippie, não estamos mais em Maio/68, estamos na primavera/05”, por “hippismo, socialismo pequeno burguês”.

Texto 4:

França 2005 - A rebelião dos condenados à não-existência. E a melhor solidariedade é a contribuição para o maior alastramento e aprofundamento do movimento. Eles não freqüentam madrassas, não pertencem à Al-Qaeda, não cumpriram sequer o recolhimento exigido pelo Ramadã e nem serão todos muçulmanos. Como não fazem parte de um conluio para sabotar as ambições presidenciais do fascistóide Sarkozy, ministro do interior, digno sucessor do celerado Pasqua. São apenas jovens, desempregados, discriminados por terem, majoritariamente, pais argelinos, marroquinos, senegaleses e sentem-se sem futuro. Vivem em bairros sociais periféricos, superlotados e vêem na televisão a opulência obscena que o capital apregoa não lhes dando mais do que o direito de serem “voyeurs”. (Assinado por “gracilis”, no dia 8 de novembro de 2005).

Texto 5:

Quando o desejo se torna incontrolável, a ruptura se apresenta como possibilidade única. A urgência da situação nos toma por completo, e a experiência autêntica se coloca frente a frente com nossa condição inerte de espectador passivo, dando-a um tapa na cara e cuspidando

nela logo em seguida, para que de nossa complacente e quixotesca condição insurja a rebeldia e o inconformismo que são a partir desse momento, o motor e condição primeira de uma existência realizada e desobjetivada. A realidade deixa de ser um simulacro de ausência, separação e não participação para configurar-se em um complexo infinito do devir, uma realidade frágil à qual absolutamente tudo nos é permitido, desde que antes nos permitamos a absolutamente tudo. (...) Os rebeldes franceses despertaram para essa verdade, e os distúrbios vistos nas ruas de Paris são reflexo de uma revolução das subjetividades, e de sua superioridade frente à ideologia caduca que falhou em tomar a consciência da massa inconsciente de si própria. Não nos libertem, nós mesmos nos encarregamos disso! (Assinado por “Ericée Blisset”, no dia 15 de novembro de 2005).

Comentário:

“não deixa de ser cômico este antiintelectualismo das pessoas que querem a prática pela prática, pura, fazendo o seu elogio e revelando, no fundo, o seu conformismo. “Não nos libertem”? Certo, não faremos isso, pois é a sociedade como um todo que deve se libertar e eu me incluo nisso e por isso devo lutar e buscar me libertar e ao coletivo. Quanto aos franceses, nós não os libertaremos e nem eles se libertarão, pois só querem acesso à sociedade de consumo e não libertação...”, por “Pensador”.

Em um primeiro momento, observa-se que a flexibilidade de expressão textual na coluna aberta do site é bem maior do que aquela da coluna editorial. Como os textos são, em boa parte das vezes, assinados por pessoas com opiniões individuais que não precisam responder em nome de um grupo, existe uma liberdade maior na redação. Em comum também, todos esses textos diferenciam-se dos editoriais por não terem a necessidade de construir um pressuposto modelo de padrão jornalístico, passando, por exemplo, informações sobre histórico dos acontecimentos.

O texto 1 é rico em elementos que cruzam conceitos como movimento social e identidade. O autor começa seu argumento questionando a ausência dos Black Bloc nas manifestações em Paris. Os Black Bloc são grupos ativistas, espalhados pelo mundo inteiro, que se expressam em uma tática mais agressiva, geralmente formando barreiras humanas, vestindo-se de preto e usando máscaras igualmente

pretas. Eles existem em função da ação direta nas ruas, e participam de manifestações distintas que, geralmente, têm um foco anticapitalista. Os Black Bloc são, portanto, representantes dos Novos Movimentos Sociais que não se enquadram em uma luta de classes, mas sim em uma luta de táticas fundamentadas em uma ideia de uma subjetividade coletiva, de uma comunidade internacional que se une pela angústia diante do capitalismo. Ao perguntar por que os Black Bloc não estavam nas ruas ao lado dos manifestantes naquele mês de novembro, “Ari Almeida” sustenta sua opinião de que, ao contrário de ser uma luta apenas por direitos dos imigrantes, aquela era uma insurgência de uma comunidade muito maior, a de todas as pessoas periféricas ao centro de um poder capitalista, “os desempregados, os fracassados e todos aqueles que a Democracia, esta grande falácia, rejeita e exclui”, explica ele.

O texto 2 ganhou destaque por fazer uma associação entre os motins de novembro de 2005 na França a dois outros episódios: a Comuna de Paris de 1871 e a rebelião popular francesa de maio de 1968. Essa comparação aconteceu mais de uma vez na coluna aberta do CMI. Existe nela uma necessidade de inserir a ação contemporânea em um tempo histórico e em um contexto de luta entre poder e povo. A Comuna de Paris de 1871 foi a criação de um primeiro governo operário na França em função da resistência do povo francês à invasão dos alemães. Apesar desse governo ter durado apenas dois meses oficialmente, sua existência foi a expressão maior de uma radical mudança política gerada em função de uma ansiedade popular. Maio de 68 em Paris começou com uma greve geral de estudantes, que protestavam contra a disciplina rígida das universidades, bem como suas grades curriculares. O evento logo tomou proporção de uma manifestação com apoio de vários setores da sociedade, que foi às ruas em nome de uma situação política opressora, personificada na figura do então presidente francês Charles de Gaulle. Uma das marcas de maio de 68 foi o uso de grafiteagem pelas ruas de Paris, que decoraram muros e paredes com slogans irônicos, feitos a partir de uma linguagem muito semelhante ao padrão publicitário.

Esses slogans, que o autor do texto 2 lembra, surgiram de uma “multidão anônima”, que “reapropriava” a publicidade. Apesar de não usar em nenhum momento as palavras “mídia” e “tática”, é precisamente da percepção de “mídia tática” desenvolvido por Garcia e Lovink (1996), e do próprio conceito de “tática” criado por Certeau, que trata “ernesto”. As lembranças da grafiteagem em maio de 68

e do poder do povo insurrecto em 1871 são usadas assim para dar aos acontecimentos de novembro de 2005 a legitimidade de um fenômeno que surge em função de uma fronteira crítica, a qual Melucci (2001) faz referência, de uma multidão que, também para Hardt e Negri (2005a), é “anônima”.

O debate sobre tática nas manifestações da França em novembro de 2005 surge novamente com o texto 3, em que o autor do artigo questiona o uso de violência em ações de rua, já que uma das maiores críticas, feitas pela grande mídia, aos motins de 2005 teria sido a agressividade dos jovens que chegaram a queimar mais de 8 mil carros. “Lúcio Mustafá”, que se identifica como um hippie, conclui que o “quebra-quebra” é gerado por pessoas “violentas” que não agem em nome de uma causa, mas funcionam apenas como peças que desvirtuam os motivos da ação. As respostas ao artigo de “Mustafá” foram várias. As que foram usadas nesta análise sintetizam as opiniões contrárias ao texto do autor em questão. Na primeira resposta, a frase “a ordem é quebrar tudo” é escrita com letras separadas e maiúsculas, demonstra um posicionamento a favor da força de uma ação que, para é mais eficaz na medida em que é mais descoordenada e radical. O segundo e o terceiro comentários, contrapondo a associação entre novembro de 2005 e maio de 1968, criticam uma postura utópica de um futuro “virtualmente socialista”, que estaria fincado nas reflexões hippies dos anos 60. De uma forma geral, essas respostas ao texto 3 refletem uma atitude de pessoas que respondem ao momento presente. É o presente que manifesta o futuro, pois este não pode mais viver em função de utopias. O laço que identifica os três comentários citados é, portanto, o do presenteísmo tal qual trabalhado por Maffesoli. Rompe-se a referência com o passado para se tratar exclusivamente do que acontece no momento, no instante.

O texto 4 retoma a ideia do texto 1 ao discutir a identidade dos grupos que estão sendo representados nas manifestações. No entanto, ao contrário do primeiro, “gracilis” volta à temática dos imigrantes para tratar da questão. Mas faz essa associação escrevendo que aquelas pessoas estão condenadas à “não-existência”, pois, apesar de estarem vinculadas a uma identidade primária de sua origem étnica, muitas delas não podem ser enquadradas segundo identidades secundárias construídas, por exemplo, pela religião islâmica. Essa identidade secundária é flutuante e está mais próxima, por exemplo, de uma classe de pessoas desempregadas do que de um grupo que frequenta escolas religiosas muçulmanas, conhecidas como madrassas.

O quinto texto selecionado pretende dar um ponto de vista teórico sobre os eventos e o autor escreve sobre os motins na França como uma “revolução de subjetividades”, da imersão completa em uma realidade sem rupturas entre o que se sente e o que se representa. Ao escrever “não nos libertem, nós mesmos nos encarregamos disso”, “Ericée Blisset” sugere que a subjetividade individual finalmente teria atingido um grau de autonomia de ação, não mais dependente de instituições ou órgãos formais. O fato do autor, que com esse nome postou mais de uma vez no CMI sobre outros assuntos, levar ao site um debate teórico que incita o fim da teoria em nome de uma prática crítica explica por si só que, acima de tudo, o Centro de Mídia Independente serve muito mais como um espaço de opiniões cruzadas e divergentes do que como um local de notícias jornalísticas. Um espaço que se aproveita também da teoria para levantar discussões. O comentário feito ao texto 5 contrapõe a ideia de uma subjetividade inerente às pessoas, opinando que isso seria reflexo de um “conformismo”, e não de uma prática.

Analizados sob o ângulo das teorias que dão conta dos Novos Movimentos Sociais, tanto os editoriais quanto os textos da coluna aberta do CMI referentes aos acontecimentos na França em novembro de 2005 ecoam uma preocupação constante com o uso de táticas, os motivos que provocaram os motins e, principalmente, com a identidade das pessoas envolvidas diretamente nas manifestações de rua. De acordo com o que se leu no CMI durante o mesmo período, que táticas, motivos e identidades seriam esses? Seriam táticas que, ao mesmo tempo, explorariam “reapropriações” simbólicas e ações diretas nas ruas, com o uso muitas vezes necessário de forças mais agressivas. Seriam motivos cuja gênese estaria em uma insatisfação diante de condições de sobrevivência imposta por uma política e uma economia capitalista, que atingiria não apenas imigrantes, mas toda a sociedade que obedece às regras de um modelo de exploração universal. E seriam identidades que não mais poderiam responder a questões isoladas como etnia, língua ou religião, pois elas estariam localizadas em um espaço tão transversal quanto o lugar ocupado pelo capitalismo no cotidiano das pessoas.

Pode-se observar também que o que une os voluntários do CMI às pessoas que apenas acessam a página ora para publicar algum texto, ora apenas para ler esses textos, é o pensamento crítico. Trata-se de uma comunidade que existe para pensar a comunidade. O site do CMI é o espaço de debate, e as pessoas que frequentam esse espaço identificam-se em função não de um pensamento

convergente, mas sim em decorrência do fato de poderem estar divergindo em um mesmo lugar. O elo entre as pessoas é a preocupação com o momento presente, e a existência de uma reflexividade. Pode-se dizer que há no CMI uma identidade crítica em comum. Há também o liame decorrente do instante midiático, o que faz do público do site uma minoria passional, para usar a expressão de Paiva (2005).

De que maneira elas se aproveitam desse espaço como uma mídia que cria laços de uma identidade crítica? A partir de textos autorais e, muitas vezes, de expressões que fogem do formato padrão de artigos. Algumas das pessoas que postaram sobre os eventos na França naquele período enviaram ao CMI ilustrações desenhadas ou manipuladas pelo computador, e até mesmo poemas e letras de músicas. Os textos em inglês, francês e espanhol colaboram, por outro lado, à criação de uma documentação extensa, transformando o CMI em uma espécie de depósito de informações sobre assuntos referentes à práticas anticapitalistas. No entanto, ao contrário de ferramentas como os sites Wiki, que surgiram em meados dos anos 90, possibilitando a sistematização e sobreposição de textos em edições feitas por qualquer pessoa, o volume de informação do CMI é desorganizado e hierárquico, pois ainda funciona no modelo de texto principal acima e comentários abaixo. Trata-se, assim, de uma mídia radical e tática em suas ideias, mas que no modelo usado em seus primeiros cinco anos ainda não sabia aproveitar ao máximo a potencialidade de uma audiência ativa com acesso a várias ferramentas da internet.

#### 6.6 CASO 4: GRANDE MÍDIA VS. CMI

Na política editorial do Centro de Mídia Independente brasileiro, um dos tópicos que foi citado entre os “bem-vindos” à discussão no site é descrito como “análises sobre a mídia”. Analisar a mídia é, dessa forma, uma das prioridades do CMI. Durante o mês de novembro, a coluna editorial do CMI falou em quatro momentos sobre direito à comunicação, mas em apenas um texto citou um órgão da grande mídia, uma emissora de TV que, na época, estava sendo acusada de violar direitos humanos. No entanto, não houve na coluna editorial, debate exclusivo sobre a mídia enquanto um elemento de oposição à prática do CMI.

Na coluna aberta, por sua vez, em vários momentos o debate em torno da mídia movimentou confrontos sobre a maneira como o público que acessa o site percebe o conceito de mídia enquanto algo externo e interno ao próprio CMI. Em dois casos, foi feita na coluna aberta uma crítica a um evento que teve cobertura tanto da imprensa institucionalizada quanto de um dos pré-coletivos do site, o CMI-Recife. De modo que há uma comparação entre a atividade de um e do outro. Quatro textos são analisados:

### Texto 1

A crise do PT é uma invenção da MÍDIA!!! Uma das fundadoras do PT e estrela do mundo acadêmico, a filósofa Marilena Chauí vem sofrendo um forte assédio da mídia desde que o governo Lula foi envolvido no escândalo do “mensalão”. Para a revista Caros Amigos, o último bastião da esquerda democrática brasileira, ela concedeu uma interminável entrevista em letras miúdas, onde escolheu a mídia como alvo. No meio da avalanche de frases de efeito, a escolhida pelo editor como chamada de capa não podia ser outra: “A crise é um produto da mídia”. Bem à vontade entre caros amigos, Marilena disse tudo o que os repórteres dos semanários e diários gostariam de ouvir, mas não tiveram chance. “A crise não existe, é uma invenção da mídia e faz parte da luta de classes no Brasil”. “O governo Lula está se saindo muito melhor do que o seu retrato pintado pela mídia”. “O PT está em processo de efervescência e vai se renovar”. (Assinado por “Nortem”, no dia 15 de novembro de 2005)

#### Comentários:

1 – “É uma comédia a posição destes ditos intelectuais do PT. Quer dizer que Válério, Delúbio, Poletto, Burrati, Pizolatto, Sivinho, Zé Dirceu Gushiken e agora Pallocci são....invenções da mídia!?! E nos todos, somos idiotas!!!!”, por “dono do circo”.

2 – “Infelizmente essa crise de mensalão já popularizou a vergonha política. Infelizmente a grande mídia faz sim seu papel sujo para transmitir simplesmente os acontecimentos. Infelizmente não há veracidade nas informações, pois, corrupção existe tanto na política de esquerda quanto na de direita, mas só são colocados em evidência a política regente! Será que ninguém pensa em tudo que o FHC fez ao país economicamente, como por exemplo privatização de empresas?

Infelizmente vivemos no país da alienação, em que o povo coloca como verdade absoluta o que a grande imprensa noticial”, por “PETISTA CONSCIENTE”.

3 – “CONCORDO COM CHAUI, a imprensa se acho a dona do poder, e junto com a dupla PSDB/PFL invental tudo. O caso Celso Daniel é um exemplo de como a imprensa tenta criminalizar o PT e transformá-lo num partido assassino. São 4 anos de acusações ao PT, mas nada de prova”, por “GURU”.

4 – “GURU, VAI CRIAR VERGONHA NA CARA, TODA A CÚPULA DESTE PARTIDO ESTA ENVOLVIDA EM ROUBALHEREIRA E VOCE AINDA DEFENDE ESTE EX-PARTIDO , O PT JÁ ERA”, por “ZÉ DERCEUZINHO”

5 – “O problema detectado por Huxley é que a indústria da comunicação já não se ocupa nem com a verdade, nem com o falso, mas com o irreal”, por “Aldous Huxley”

## Texto 2:

O Brasil tem hoje a pior bancada na Câmara Federal de todos os tempos. Com raras e honrosas exceções, que só confirmam a regra. E também, salvo as raras e honrosas exceções confirmadoras, o Brasil tem hoje a pior imprensa que já teve desde que vendidos e golpistas como Carlos Lacerda e David Nasser bateram as botas. A começar pelas “estrelas” dos noticiários e programas de entrevistas. Arnaldo Jabor é um cineasta fracassado, que cometeu três filmecos pornográficos, metidos a cult. Desistiu, felizmente, e quando pensávamos estar livres de sua falta de talento, eis que o monstro ressurge e resolve torrar nossa paciência de outro jeito: fingindo que está com encosto do Paulo Francis. Paulo Francis era um jurista doente. Mas, pelo menos era ele mesmo. (...) Jô Soares é o filho único de um casal de grã-finos, criado no Copacabana Palace, e que nunca conseguiu superar a idade mental de doze anos. Tanto que não consegue fechar a boca e comer do jeito que um homem de sessenta anos deveria. (...) E o que temos na mídia impressa? A revista VEJA. A revista VEJA merece um capítulo à parte, pois já deixou de ser uma publicação jornalística, pra embarcar no gênero ficcional com narrativa de literatura fantástica. Traz em suas páginas seres que só poderiam existir mesmo na ficção fantástica, com o Diogo Mainard. (...) Mesmo

assim, essa turma acha que é bem informada às custas de VEJAS, ÉPOCAS, FOLHAS, GLOBOS e se sente elite, adotando as ideias e comportamentos da gentalha da mídia, que forma sua opinião. (Assinado por “Vera Marques”, no dia 27 de novembro de 2005).

Comentários:

1 – “Parabéns Vera! Compartilho com todos os seus sentimentos expressos neste texto: Nojo, repúdio, perplexidade de ver tanta ignorância, baixaria, mediocridade, covardia... Pergunto-me todos os dias: ‘Meu Deus quando que o brasileiro vai conseguir se um mínimo possível com a realidade que o cerca?’”, por “Edna”.

2 – “Essa é outra daquelas pessoas que adorariam a volta da censura, volta aliás tentada pelo governo do nosso iluminado e viajante presidente. Todas as publicações criticando esse governo inepto e corrupto seriam pronta e convenientemente banidas, assim como seus signatários. Cuidado jornalistas/articulistas da Veja, Folha, e demais veículos. Lênin está no pedaço!”, por “Ílilian”.

3 – “Gostaria de ver essa matéria da Vera na página central do Jornal Estado de Minas, ocupando as duas páginas, se eu tivesse condições para isso, entraria em contato com a Vera para obter sua autorização e faria tal anúncio, gostaria de me encontrar com algum jornalista fazendo alguma matéria na rua colhendo opiniões sobre os políticos corruptos, para que sentimentos como este da Vera não fique apenas na internet, e atinja principalmente a classe menos esclarecida, e para aqueles que acham que estamos, errados, só tenho a dizer: ‘Meus bom Deus, perdoe esses ignóbeis, pois eles não sabem o que dizem’”, por “Alexandre Scotti”.

Texto 3:

Sites dos vários veículos de comunicação de Pernambuco ignoraram as manifestações ocorridas ontem, no Recife, contrárias ao aumento das tarifas de ônibus. Enquanto Recife era tomada por manifestantes contrários ao aumento abusivo das tarifas de ônibus, nos sites dos três jornais da cidade, Jornal do Commercio, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, não houve destaque. Em nenhum deles a notícia foi levada ao posto de manchete e manteve-se escondida entre assuntos nacionais e corriqueiros. O conteúdo das reportagens se

limitaram somente a comentar o trânsito durante os protestos e não levaram em conta a adesão popular. Enquanto que no site PE360 Graus, da Globo Nordeste, a manchete era “Shoppings cumprem lei do estacionamento”, a matéria referente à manifestação tinha como título “Estudantes picham ônibus e fazem confusão no Centro”. No site do Diário, o Pernambuco.com, uma prática do jornal: ao invés de focar nas reivindicações, a reportagem questionava o bloqueio do trânsito pelos manifestantes. Além disso, as notícias que foram ao ar creditavam a organização do protesto aos movimentos estudantis e partidários, o que não aconteceu. (Assinado por “[CMI Recife]”, no dia 18 de novembro de 2005).

Comentários:

1 – “parabens mais uma vez pra mídia convencional, que fez o seu papel conforme o esperado”, por “bamzin”.

2 – “Alguém esperava que fosse feita outra coisa pela mídia convencional? Ou para eles é importante mostrar que não há a necessidade de aceitar todas as imposições feitas pelos políticos? O povo tem força, só não sabe disso. E não será esse tipo de imprensa que vai mostrar isso para o povo”, por “Juliana Lima”.

Texto 4:

O protesto dos movimentos jovens contra o aumento da passagem de ônibus no Recife, realizado ontem, ganhou as manchetes dos três grandes jornais pernambucanos. Como houve tumulto, ônibus depredados e confusão, as manchetes vieram temperadas com referências bélicas. “Guerra no Centro”, disse o Jornal do Commercio. “Caos no Centro” era o que estava na primeira página do Diário de Pernambuco. A capa da Folha de Pernambuco mostra uma foto enorme cheia de jovens protestando e, num dos textos principais, diz que “estudantes transformaram o Centro em praça de guerra”. “Centro vira campo de batalha”, lia-se no título da matéria principal. Embora se explique nos subtítulos, o aumento do preço das passagens de ônibus (motivo dos protestos) desaparece diante das letras garrafais. Quando se usa termos como “combate”, “guerra” ou “batalha”, é óbvio para a leitora mais atenta que trata-se de uma metáfora (ou uma hipérbole) para dizer que houve tensão ou alguma violência. Fosse realmente uma “guerra”, milhares de pessoas não teriam caminhado com

segurança (como o fizeram) enquanto a Avenida Conde da Boa Vista estava interditada. Palavras como estas, porém, reforçam a cultura do medo e faz com que o fato nu e cru (o protesto) acabe ganhando mais destaque do que o contexto em que ele se insere (o aumento abusivo no preço das passagens de ônibus). Enfim. Umas mais, outras menos, todas as matérias ressaltavam a violência nas ações. O tom era de que os/as estudantes, domados pela ira, transformaram o centro do Recife num palco de atrocidades. A palavra “vândalos” é utilizada em diversos textos, em referencia aos/às manifestantes. O JC, em especial, não poupou adjetivos para criminalizar o protesto. Fato curioso é que na matéria principal não há sequer uma fala de nenhuma pessoa que participou do protesto. Isso mesmo, nenhuma. Zero. A voz dos/as jovens ficou restrita a uma vinculada que versava sobre os novos protestos (que aconteceram hoje e devem estar nos jornais de amanhã). (Assinado por “OMBUDSPE”, no dia 20 de novembro de 2005).

Os quatro textos colhidos da coluna aberta partem de um só ponto: crítica a uma mídia que o próprio CMI acostumou-se a chamar de “grande” ou “corporativa”. Em comum, esses textos tratam mídia apenas como imprensa, vinculando a palavra a um conceito quase exclusiva do campo jornalístico. Mas enquanto os dois primeiros abordam um assunto ao qual o CMI não esteve presente em um trabalho de cobertura, semelhante ao que eles fazem com manifestações do Movimento Passe Livre ou ocupações de grupos do Movimento dos Sem-Teto, os dois últimos centram sua atenção em um evento que teve a efetiva participação do CMI na divulgação de textos, fotos e vídeos.

O texto 1 e o texto 2 são opiniões relacionadas à cobertura dos escândalos políticos no Brasil provocados particularmente pela denúncia do “mensalão”, soma de dinheiro que seria dada a deputados de alguns partidos da base de aliança do governo federal na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos dois casos, existe uma espécie de consenso de que os meios de comunicação brasileiros, particularmente a imprensa escrita de jornais diários e revistas semanais de circulação nacional, estariam, naquele momento, desvirtuando informações em função de outros interesses que não jornalísticos. E também em ambos os casos, os

comentários terminaram em alguns momentos saindo do campo de debate sobre a mídia, para entrar na discussão sobre política.

As respostas ao texto 1, à exceção da última, demonstram que a ideia de mídia, uma vez ligada ao campo do jornalismo, funciona em nome do binômio verdade/não-verdade. “Invenções”, “veracidade” e “nada de prova” são expressões presentes nos comentários à notícia de que a filósofa Marilena Chauí atribuíra à mídia a formação da crise política em Brasília durante o ano de 2005.

“A realidade na mídia é o resultado, o fato em si. A ficção são as causas”, diz o voluntário Jacques na entrevista 1 desta pesquisa. Ao falar de realidade e ficção nas representações da grande mídia, os entrevistados tiveram uma opinião muito semelhante, a de que a mídia não deve ser acusada por suas mentiras, mas sim por suas omissões. “Não tem essa que jornal é repleto de mentira. Ele não é repleto de mentira, ele é repleto de uma determinada versão dos fatos e uma série de silêncios”, diz Pablo Ortellado na entrevista 4. Curiosamente, quando questionados sobre os sentidos “realidade” e “ficção”, os voluntários do CMI naturalmente deram às palavras significados equivalentes à “verdade” e “mentira”.

No entanto, no último comentário ao texto 1, assinado por alguém que se identifica com o nome do romancista Aldous Huxley, surge um diferente atributo à palavra realidade. A mídia, diz o comentário, “já não se ocupa nem com a verdade, nem com o falso, mas com o irreal”. Com essa observação, a pessoa levanta algo que diz respeito às próprias motivações de existência do CMI, que é a de criar uma outra representação da realidade, de uma mídia que vive e interfere não mais a partir da realidade, mas nela própria. Trata-se, porém, de um debate em que não se questiona o papel do CMI nesse ambiente de desconfiança em relação à grande mídia.

O mesmo acontece no Texto 2, em que a pessoa que publica é uma jornalista. Na avaliação de alguns veículos e personalidades da imprensa nacional brasileira, ela escreve sobre formação de opinião. As respostas são semelhantes aos comentários do Texto 1, com um debate que estaciona entre verdades, mentiras e convicções políticas. Os dois textos foram coletados em função do número de publicações na coluna aberta sobre como a grande mídia estava tratando os escândalos políticos do governo federal, algo que se contrapôs à ausência de uma postura da coluna editorial do CMI sobre o mesmo assunto.

Nos textos 3 e 4, a proposta não é apenas criticar, mas também fornecer material para comparação entre a produção do CMI e o que a imprensa escrita, tanto no papel quanto na internet, publicou referente às manifestações contra o aumento da passagem de ônibus nas linhas da Região Metropolitana do Recife. Importante citar que, durante o mês de novembro, a coluna editorial do CMI por quatro vezes deu destaque ao fato, oferecendo junto aos editoriais vários textos (o texto 3, por exemplo, não foi publicado na coluna central do site, mas era um dos links do primeiro editorial sobre o assunto), fotos e vídeos, em sua maior parte produzidos pelos integrantes do pré-coletivo CMI Recife. O fato do texto 3 ter sido assinado pelo CMI-Recife demonstra que, entre as pautas do grupo, além da cobertura dos eventos na rua, estava uma análise de como a grande mídia tinha tratado as manifestações.

Os quatro textos revelam duas características do CMI brasileiro. Primeiro, que, assim como prevê a política editorial do site, a análise da mídia é um elemento sempre bem-vindo na coluna aberta. Segundo, ao fazer essa análise, tanto os próprios voluntários do grupo quanto as pessoas que participam dos coletivos e acessam a página da internet, se abstêm da natureza “mídias” do site ao observar a “mídia”. Há um distanciamento claro na crítica dessa entidade “mídia”, que no CMI se mostra tão inimiga e tão abstrata quanto outras ferramentas produzidas por uma economia capitalista. O CMI se revela dessa forma como uma esfera pública de discussão da própria esfera pública.

Sob o ponto de vista das teorias dos movimentos sociais, a discussão da mídia como um grupo que se autodenomina mídia, é tão somente a existência de uma tática própria dos NMS. Não se trata de observatório sobre a imprensa, em que há uma necessidade de textos analíticos e fundamentados em teorias. As mensagens que circulam pelo CMI são próprias de uma comunidade com pensamento crítico que acessa o site para provocar, discordar, concordar e, em todas as situações, sentir-se à vontade para se expressar. A crítica da mídia acontece de uma forma espontânea, com uma pulsão tão natural quanto a capacidade da internet em circular significados. Como frisaria Castells, quando a internet é usada na própria estrutura dos movimentos sociais, “a comunicação de valores e a mobilização em torno de significados tornam-se fundamentais”. (CASTELLS, 2003, p.116).

Trata-se, então, de uma comunidade midiática? Não, pois na coluna aberta do site, onde podem se manifestar todas as pessoas que visitam a página, ninguém se percebe enquanto agente midiático, mas sim como agente crítico. A comunidade do CMI existe na forma de um grupo de voluntários em rede que responde a esses agentes críticos, pois a unidade entre eles só funciona a partir do diálogo com essas outras pessoas, que ainda precisam passar por uma política editorial para publicarem.

Os textos referentes à análise da grande mídia refletem também uma preocupação que é genuína da mídia tática de Garcia e Lovink: “Acreditar que questões de representação são agora irrelevantes é acreditar que as chances de grupos e indivíduos na vida real mesmo ainda não são crucialmente afetadas pelas imagens em circulação de que qualquer sociedade dada dispões”, sustentam eles no ABC na Mídia Tática. A mídia que debate a mídia é um dos modos de operação desses novos meios.

## 7 CONCLUSÃO

Assim chamada porque, na intenção de responder às perguntas formuladas na Introdução desta pesquisa, termina-se suscitando outros questionamentos. O que indica também ser o Centro de Mídia Independente um objeto em processo, localizado dos dois lados de qualquer atividade contínua, ou seja, ele é causa e consequência de um contexto maior, o de lutas sociais.

Quanto às perguntas da Introdução, foram elas as seguintes: 1) “pode uma mídia como o CMI ser, ela própria, uma “ação direta”?; 2) “o CMI é um movimento social que se organiza a partir de um sentimento em comum?” e 3) “esse sentimento se constitui em uma comunidade?”

A começar pelo conceito de ação direta, tal como ele é explorado pelos Novos Movimentos Sociais (NMS). Geralmente associada à ideia de desobediência civil promovida por indivíduos (ou apenas um indivíduo), a ação direta a que se referem os NMS acontece por motivos de frustração (fronteiras críticas), e se manifesta por meio de táticas. Táticas pressupõem reapropriações de elementos simbólicos compartilhados. Qual então a diferença do CMI para outra mídia ativista qualquer? A resposta: o CMI transforma a própria noção de mídia em um elemento simbólico, comungado a partir de noções que o senso comum faz do conceito mídia: “quarto poder”, fator estratégico na “sociedade da informação”, entre outras acepções que o termo costuma ganhar.

O CMI brasileiro, se observado do ponto de vista de seus processos táticos internos, ainda extrai muito pouco do ciberambiente onde se manifesta. Enquanto na rua os Novos Movimentos Sociais revelam uma indisciplina do corpo, o CMI, em sua coluna central, tenta preservar uma disciplina do texto, em nome de uma linguagem jornalística que somente é usada para legitimar o grupo enquanto mídia, esquecendo que a mídia, mais do que nunca, tem o benefício da disformidade a seu serviço.

Mas enquanto essa indisciplina foge da coluna editorial, criada quase sempre por voluntários do CMI, a coluna aberta, que se localiza no extremo direito do site, tenta por sua vez manifestar a dissonância do texto, a espiritualidade da ironia ou mesmo a agressividade da ira. Mesmo que ainda sob um sistema de vigilância de uma política editorial, é nessa coluna que o CMI se manifesta a partir das

divergências, transformando-se, assim, em uma esfera pública de uma comunidade crítica. Se na coluna editorial o CMI constrói um sentimento de identidade a partir do consenso, na coluna aberta, visitada e comentada por qualquer pessoa, esse laço se cria a partir do dissenso. É esse o sentimento em comum que responde à segunda pergunta desta pesquisa.

Mas esse sentimento provoca a coesão de uma comunidade? Sob um ponto de vista macro, sim. Pois as pessoas que participam do CMI, e mesmo aquelas que costumam frequentar o site, compartilham uma identidade de recusa que se dá em uma esfera internacional. Trata-se, dessa maneira, de uma comunidade de caráter transnacional, sedimentada a partir de uma subjetividade em rede. Seria o que Hardt e Negri chamariam de “multidão”. Em uma análise micro, de laços fortes entre membros do Centro de Mídia Independente, a percepção de comunidade é superada muitas vezes, entre alguns indivíduos, por uma ideia mesmo de mediação de várias outras comunidades.

Essa posição ambígua provoca uma quarta questão que surgiu ao longo da pesquisa, motivada por um artigo publicado na coluna aberta do CMI. Finalmente, as pessoas ao redor do Centro de Mídia Independente seriam ativistas ou militantes? Esse é um debate que pertence ao processo autocrítico não apenas do CMI, como dos Novos Movimentos Sociais. O ativismo, tal como o conceito é explorado por esses movimentos, é entendido muitas vezes como um modo de se perceber no mundo, em uma auto-reflexividade constante. Ao contrário da militância, que seria uma atitude diante do mundo. O fato é que essas duas perspectivas não se anulam, ao contrário, se complementam.

Os voluntários do CMI encontram-se entre o pensamento ativista e a prática militante. No entanto, como mídia exclusivamente, eles entendem que a reflexividade do ativista sobre si mesmo (e da mídia sobre a mídia) transforma-se em uma ação efetiva. Desse modo, o CMI manifesta-se muito mais como um grupo ativista que militante.

É preciso pontuar também que existem três palavras-chave, que perpassam todo o conteúdo desta pesquisa e dizem bastante sobre a natureza do CMI. São elas: cotidiano, tática e subjetividade. As ideias que se abrem a partir desses termos são o que, de fato, dão unidade aos três eixos escolhidos – movimentos sociais, comunidade e mídia – para observar a atuação do CMI. O site brasileiro, bem como os demais sites da rede Indymedia, são resultados diretos da articulação entre

cotidiano, tática e subjetividade e, nessa condição, não podem ser observados isoladamente de um contexto social, econômico e cultural.

Tendo como princípios as observações acima, sustento que:

- 1) O CMI se constitui em uma ação direta.
- 2) Voluntários e usuários do site se reconhecem a partir de uma identidade crítica e formam um movimento social próprio.
- 3) Essa identidade tem caráter transnacional.

Com base nessas primeiras conclusões, outras considerações podem ser feitas quanto à estrutura particular do CMI brasileiro:

- 4) Em seus primeiros cinco anos de atividade, o Centro de Mídia Independente trabalhou com suas fragilidades como um fator de debate interno, sem, no entanto, modificar sua estrutura base criada em 2000.
- 5) A intensidade e as provocações dos debates na coluna aberta do site, localizada à direita do mesmo, manifestam uma discussão interna sobre mídia e outros conceitos que não acontece na coluna editorial, a do centro da página. Sendo, assim, é uma expressão mais genuína da subjetividade a que o CMI se propõe a revelar.
- 6) A intenção de criar um padrão jornalístico nos textos editoriais do site engessa as possibilidades táticas do CMI brasileiro.

A análise sobre o Centro de Mídia Independente no Brasil não deixa de ser, também, uma análise da rede Indymedia como um todo. Trata-se, acima do tudo, de um grupo que responde às prerrogativas de uma rede que, por sua vez, responde a uma nova prática de mídia. Algo que pode, de fato, dá a partida para que pessoas no mundo inteiro falem com suas próprias vozes e vejam com seus próprios olhos. Sem controle remoto.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.** Lisboa: Edições 70, 2005.

ATTON, Chris. News cultures and new social movements: radical journalism and the mainstream media". **Journalism studies**, Nova York, v.3, n.4, p.491-505, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1995.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BLUMER, Herbert. Social Movements, In: LEE, Alfred. **Principles of sociology.** Nova York: Barnes & Noble, 1951.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

CABRAL, Adilson. **A formação das comunidades de compartilhamento social no Centro de Mídia Independente.** 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.

CASTELLÓ MAYO, Enrique. **La producción mediática de la realidad.** Barcelona: Laberinto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CENTRO de Mídia Independente. Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em: 1 nov.2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 2003.

CHRISPIANO, José. **A guerrilha surreal**. São Paulo: Conrad, 2002.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002.

\_\_\_\_\_. "Media, globalisation and grassroots mobilisation". In: RABOY, Marc (Org.). **Global media policy in the new millennium**. Londres: University of Luton, 2001.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia**: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARCIA CANCLINI, Néstor. La globalización: objeto cultural no identificado. In: \_\_\_\_\_. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 1999, p. 21-65.

GARCIA, David; LOVINK, Geert. **The ABC of tactical media** 1994. Disponível em: <<http://www.waag.org/tmn/abc.html>>. Acesso em: 10 set. 2005.

GARCIA, David; LOVINK, Geert. **The DEF of tactical media**, 22 de Fevereiro, 1999, Disponível em: <<http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-9902/msg00104.html>>. Acesso em: 10 set. 2005.

GARCIA, David; LOVINK, Geert. **The GHI of tactical media**: an interview by Andreas Broeckmann, 15 de agosto, 2001. Nettime. Disponível em: <<http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-0108/msg00060.html>>. Acesso em: 10 set. 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GILLMOR, Dan. **We the Media, grassroots journalism by the people, for the people**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. Harmondsworth: Penguin, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del Periodismo, cómo se forma el presente**. Guanajuato: Paidós, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

\_\_\_\_\_. Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2003.

HAFNER, Katie. **Cyberpunk: outlaws and hackers on the computer frontier**, revised. New York: Simon & Schuster, 1995.

HALLECK, Dee Dee. **Mídia independente: construindo uma rede internacional de comunicação ativista**. Trad. Daniela Zanetti. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/293844.shtml>>. Acesso em: 5 nov.2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

A HISTÓRIA secreta do Sonho Real. **O Diário da Manhã**, Goiânia, 19 fev. 2005, Caderno Tal, p. 2-6.

HISTORY and Ramifications of the Independent Media Center. Seattle, 1999. Disponível em: <<http://www.socialtechnology.net/node/view/110>>. Acesso em: 15 out.2005.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

INDYMEDIA Brasil 2005: A luta social agradece, e continua. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/341428.shtml>>. Acesso em: 24 dez. 2005.

INDYMEDIA Documentation Project. Disponível em: <<http://docs.indymedia.org>>. Acesso em: 10 out. 2005.

INDYMEDIA Documentation Project. Disponível em:  
<<http://docs.indymedia.org/view/Global/NewIMCFormPt>>. Acesso em: 14 nov. 2005.

INTERNET World Stats. Disponível em:  
<<http://internetworldstats.com/stats2.htm#south>> Acesso em: 31 jan. 2006.

JORNALISMO open-source. Disponível em:  
<<http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/2395>>. Acesso em: 8 nov. 2005.

KANT, Emmanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitari, 2005.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record: 2002.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulinas, 2002.

LEONARD, Andrew. "The little operating system that could", Salon, 1999. Disponível em: <[http://www.salon.com/21st/feature/1998/06/cov\\_26feature3.html](http://www.salon.com/21st/feature/1998/06/cov_26feature3.html)>. Acesso em: 20 nov. 2005.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação, mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 367-384.

LUDD, Ned (Org.). **Urgência das ruas**. São Paulo: Conrad, 2002.

LUHMANN, Niklas. **La realidad de los medios de masas**. Barcelona: Anthropos, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

\_\_\_\_\_. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MAILING Lists. Disponível em: <<http://lists.indymedia.org>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

MAMADOUH, Nome. **Internet, scale and the global grassroots:** geographies of the Indymedia network of independent media centers. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/bpl/tesg/2004/00000095/00000005/art00003>>. Acesso em: 12 nov. 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios:** formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Quem manipula quem?:** poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das Teorias da Comunicação.** São Paulo: Loyola, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum, comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

PAVLIK, John. The Impact of Thecnology on Journalism. **Journalism Studies**, Nova York, v.1, n. 2, p. 229–237, 2000.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PISSARRA ESTEVES, João. **Espaço público e democracia:** comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

POLÍTICA Editorial. Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2005.

RÁDIO CMI. Disponível em: <<http://www.radiolivre.org>>. Acesso em: 12 out. 2005.

A REDE CMI-Brasil – Teoria e prática. Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/es/blue/2003/12/270494.shtml>>. Acesso em: 20 nov..2005.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **Smart mobs**. Cambridge: Perseus Books, 2003.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo! Resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2003.

SEJA Voluntário. Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/volunteer.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOBRE CMI. Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2005.

SPEBER, Dan; WILSON, Deirdre. **La relevância**. Comunicación y procesos cognitivos. Madri: Gráficas Rógar, 1994.

STOCKINGER, Gottfried. **A sociedade da comunicação, o contributo de Niklas Luhmann**. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2003.

TACTICAL Media Network. Disponível em: <<http://www.waag.org/tmn/>> Acesso em: 03 set. 2005.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Nova York: Cambridge University, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

WOLF, Mauro. **Los efectos sociales de los media**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1994.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Multiculturalismo, o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In: JAMESON, Fredric; ZIZEK, Slavoj. **Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo**. Buenos Aires: Paidós, 1998, p. 137-188.

## APÊNDICES - ENTREVISTAS

### APÊNDICE A - Jacques Waller Barcia Júnior do pré-coletivo CMI Recife

Entrevista cedida no dia 17 de novembro de 2005

Nome usado no CMI: Jaka

Idade: 27 anos

Formação: Jornalista

Profissão: Jornalista

Há quanto tempo está no CMI: desde a fundação do pré-coletivo Recife em 2002.

Como conheceu o grupo: navegando na internet.

PERGUNTA – Qual sua opinião sobre o sistema político, econômico e cultural que o mundo vive hoje?

RESPOSTA – Eu não me considero socialista, eu me digo anarquista, portanto, acho que o sistema político e econômico é formado e criado para manutenção e reafirmação de uma elite, e para uma impossibilidade de haver uma alteração na estrutura do sistema. É a reafirmação das pessoas que controlam o sistema. O sistema político reflete essa estrutura. Todos os mecanismos, toda forma como a política partidária é feita e se baseia, o dinheiro que envolve isso, a necessidade de você ter dinheiro pra fazer uma propaganda política, quer dizer, você vende sempre um produto. O voto é um artigo de consumo. Você usa seu voto pra comprar uma responsabilidade que na verdade é sua. Você compra a vontade de alguém estar fazendo o que você deveria fazer. O sistema econômico também vem a reafirmar a manutenção do sistema, que concentra o poder, como aqui em Pernambuco, onde o estado é extremamente oligárquico, veja as situações dos movimentos populares, principalmente o Movimento dos Sem Terra. Ontem mesmo morreu mais um com disputa de terra. Quer dizer, os políticos são os donos da terra, não fazem reforma agrária porque eles não querem. Às vezes parece uma visão meio inocente e simplista da coisa, mas eu acredito que isso seja bastante real.

PERGUNTA – Você é otimista em relação ao futuro?

RESPOSTA – Eu sou otimista só pra não me formar estagnado. Dentro de um contexto de luta, sou otimista. Que é uma situação difícil, que cada vez a gente vê ....sociais se depredando No entanto, desde o início dos ano 90 até agora com o surgimento dos Novos Movimentos Sociais, eu tenho ficado cada vez mais otimista porque parece-me que as pessoas, ou pode ser apenas essa geração, não sei, estão finalmente se distanciando das organizações sociais tradicionais, como partidos políticos, ou instituições como ONGs, em detrimento das organizações anti-governamentais que questionam o governo e a estrutura do sistema. Desses anos

90 pra cá as pessoas têm procurado mais e mais relações horizontais, independência, têm questionado o patrocínio, o recebimento de dinheiro de instituições x ou y, pra tentar atuar da melhor forma. Recife ainda depende disso, por fazer parte de um estado extremamente oligárquico em que as intenções de que uma organização como essa vão de encontro ao padrão de vida... quer dizer, mesmo que uma pessoa tenha a intenção de fazer parte de um movimento social, ela esbarra num outro conceito em que sua vida foi...

PERGUNTA – Na tua opinião, o que é realidade e o que é ficção nas representações que a grande mídia faz?

RESPOSTA – A realidade na mídia é o resultado, o fato em si. A ficção são as causas. Em uma análise bem rápida, é isso. Ou seja, quando se fala em violência, a realidade é o ato da violência, o cara que atirou em outro num assalto, a ficção são os motivos daquilo ter sido provocado. Falo de violência porque é uma parte que eu mexo bastante . Quando acontece um assalto no Coque, por exemplo, o cara vai passando com um Tempira pelo meio do Coque, o cara para, coloca a arma nele, ele é assaltado e vai embora. Aí vem a notícia: flagrante de violência no Coque, dois homens rendem um motorista, assaltam e não acontece nada. Não é dito o motivo, o motivo parece ser o assalto ou os objetos e valores materiais da pessoa assaltada. E não é dito que isso é um problema social, que o assalto é uma consequência e não uma causa e aí começam a desencadear uma série de notícias feitas sobre violência que só visam o ... Você tá produzindo uma matéria e faz isso pra alguém que está consumindo aquela notícia. Quem está consumindo é a classe média que está preocupada em não ser assaltada, mas não está preocupada com o princípio do assalto, não está preocupada com o cotidiano de quem vive no Coque.

PERGUNTA – Na tua opinião, quais os maiores objetivos do CMI?

RESPOSTA – Ser uma rede de mídia e de produtores independentes, cobrir os chamados Novos Movimentos Sociais e manifestações de ação direta. É uma rede de produtores que visa democratizar a mídia, não só trazendo a mídia mais perto do povo, mas fazendo o povo ser a mídia. É fazer aquilo que o Jello Biafra, do Dead Kennedys, fazia quando perguntava: “odeia a mídia? Seja a mídia!” Eu costumo dizer que o CMI é cada pessoa. Se você conhece o site e quer trabalhar pro site, tudo bem, se você não quer, faça o seu próprio CMI. É a democratização radical da mídia. Não é arrumar patrocínio ou incentivo do governo pra comentar em um jornal de bairro.

PERGUNTA – Como voluntário do CMI você se sente parte de um grupo?

RESPOSTA – Totalmente. Mesmo nos momentos de atividades mais baixas do CMI Recife, a gente se sente parte de uma coisa, de uma luta.

PERGUNTA – De que maneira a internet facilita ou dificulta a comunicação interna do CMI?

RESPOSTA – Ajuda bastante, principalmente quando você precisa se comunicar com coletivos e pré-coletivos fora do Recife. Internamente, no pré-coletivo Recife, a

gente tenta usar menos, justamente pra ter mais contato físico. As listas do CMI são todas abertas, então se você botar no google meu nome vai aparecer lá, e isso é até perigoso como aconteceu no CMI São Paulo, por exemplo em que algumas pessoas foram processadas. No Recife, a gente usa mais para comunicados, reunião tal dia. Na semana passada mesmo, alguém ficou sabendo que o pessoal da comissão da Pastoral da Terra tava na frente do tribunal, e aí “olha, urgência, o pessoal está lá e tal, alguém vai lá”. Fui lá, fiz a matéria, conversei com eles e tal. A internet ajuda, mas acho que é mais para a comunicação entre os coletivos.

PERGUNTA – Você é familiar a alguém do CMI apenas a partir da internet?

RESPOSTA – O Paíqueeu nunca vi pessoalmente, mas conheço alguns outros voluntários. Conheço o pessoal do CMI de São Paulo, do pré-coletivo de Natal, do CMI de Fortaleza, mas a pessoa que está mais diretamente ligada ao nosso grupo eu não conheço ainda.

PERGUNTA – O CMI faz jornalismo?

RESPOSTA – Faz. Um jornalismo não institucional, não clássico, por assim dizer, fora do formato que o jornalismo tem desde a invenção da pirâmide invertida. Se jornalismo é análise literária, o CMI tem jornalismo. Se é artigo, o CMI tem. Se é notícia, tem. Se é cobertura em tempo real, o CMI tem. Rádio, vídeo, foto, o CMI tem. Faz jornalismo. Mas é importante dizer que o “i” do CMI é de “independente” e não de “imparcial”. A gente é parcial pelos movimentos sociais, pela luta do povo, pela opinião de que o capitalismo é mal.

PERGUNTA – Por que o CMI tem a estrutura de uma coluna central com as notícias escritas pelos voluntários, uma coluna da direita, aberta, e uma seção de artigos escondidos?

RESPOSTA – Bom, acho que um grupo só funciona com estrutura. A coluna da direita, por ser aberta, às vezes ela é mal utilizada pelos próprios usuários do site. Então às vezes acontece de ter matéria repetida, link quebrado, ou de ter pessoas que não gostam do CMI e tenham opiniões contrárias utilizam aquilo para difamar o CMI, ou para expor ideias contrárias aos preceitos do CMI contra a homofobia, contra sexismo etc. Às vezes acontece também propaganda de partido. E aí que por uma questão de estrutura e organização mesmo, o CMI tem essa coluna da direita e a do meio. A coluna do meio, além de ser uma produção do coletivo, ela traz matérias mais elaboradas, matérias com foto, texto, links externos, internos, entrevistas com áudio, vídeos, é uma matéria mais completa. Dentro do jornalismo tradicional, seriam matérias especiais. Mas já aconteceu de haver coluna do meio não produzida pelo coletivo. Notícias ou informações que chegam dos movimentos sociais, e é uma coisa muito urgente, que não dê tempo de algum voluntário fazer a matéria, se publica na coluna do meio. Já aconteceu, por exemplo aqui, com o assassinato de alguns Sem-Terra no ano passado, que o pessoal [do MST] mandou no dia um e-mail pra gente, vimos que tava complicado ir lá, era urgente e aí decidimos botar assim mesmo no site.

PERGUNTA – Qual sua opinião sobre a censura de artigos?

RESPOSTA – Acho que não chega a ser censura. Mesmo as matérias ou artigos que são publicados na coluna da direita e são contra os preceitos do CMI, elas não são deletadas, são colocadas em artigos escondidos. E essa parte de artigos escondidos, apesar do nome, é uma parte até bastante visível no site do lado esquerdo. Tudo referente ao CMI que vá de encontro ao preceito do CMI está lá. Agora, às vezes, críticas ao próprio CMI, que não sejam ofensivas ou infundadas permanecem na coluna da direita. Não acho que seja censura, é uma expressão de linha editorial, acho que seria censura se fosse deletado ou se não fosse dito qual é essa política. Quando alguém publica uma matéria ou artigo desse tipo e deixa um e-mail pra contato, ele é informado que o seu texto foi colocado nos artigos escondidos.

**APÊNDICE B** – Carolina Carvalho, do coletivo CMI São Paulo

Entrevista cedida no dia 26 de novembro de 2005

Nome usado no CMI: Assata

Idade: 23 anos

Formação: jornalista

Profissão: assessora de imprensa

Há quanto tempo está no CMI: desde 2001.

Como conheceu o grupo: tinha amigos que participavam do CMI.

PERGUNTA – Qual sua opinião sobre o sistema político, econômico e cultural que o mundo vive hoje?

RESPOSTA – Eu teria que pensar muito, não sei responder assim. Qual é a próxima pergunta?

PERGUNTA – Você é otimista em relação ao futuro?

RESPOSTA – Vou responder as duas juntas então. Eu sou pessimista, não tem como a gente viver... pelo menos eu, tenho que viver tentando mudar as coisas porque não consigo ver de outra forma. Acho que no âmbito econômico, social, político, as coisas estão num caminho que daqui a pouquinho não vai ter mais volta, no sentido de que a gente não vai conseguir mudar o sistema e todo o capitalismo, porque são coisas que há anos estão tramando isso. Mas o que a gente faz no CMI é atuar numa pequena parte dessa perspectiva de comunidade que a gente tem que é referente à comunicação, que é um quinto poder fundamental para a sociedade que a gente vive hoje. Se a gente conseguir democratizar um pouco a informação que a gente tem, conseguir rodar isso, a gente consegue conscientizar mais pessoas, e consegue tornar um pouquinho melhor o ambiente em que a gente vive. Mas, enfim, eu sou pessimista, não acho que é uma mudança pra daqui a pouco.

PERGUNTA – E a longo-prazo, há saídas?

RESPOSTA – Sinceramente não (risos).

PERGUNTA – Na tua opinião, o que é realidade e o que é ficção nas representações que a grande mídia faz?

RESPOSTA – Na verdade, a indústria de comunicação,

Tem o fato, vai lá, apura, escreve, ele torna isso uma informação. Mas a partir do momento em que ele está fazendo isso para uma empresa, ele já está se distanciando da realidade. Acho que só a própria pessoa fazendo, ou mesmo o jornalista trabalhando sem ter essa troca comercial. Esse ...de apurar a notícia e publicá-la em um meio que tem interesses econômicos e políticos faz da realidade

um mundo mais de ficção. Acho que uma mídia totalmente fictícia é a TV, que tem um grande dom de manipular imagens.

PERGUNTA – Quais os maiores objetivos do CMI?

RESPOSTA – Levar informação, produzir mídia, mostrar pra qualquer um que qualquer um pode produzir mídia e incentivar as pessoas a fazer isso, sem ter intermediários.

PERGUNTA – Como voluntário do CMI você se sente parte de um grupo?

RESPOSTA – Sim. Você termina trabalhando junto com as pessoas, e vendo essas pessoas sempre, se comunicando, falando coisas às vezes que outras pessoas da sociedade não vão entender. Um comentário que eu faço sobre uma cobertura eles vão entender. Alguns são jornalistas, se eu falo de um jeito, eles vão entender de um jeito, agora se eu falo pra... muitos daqui não são jornalistas e já têm outra sacada sobre aquilo, mas estamos falando da mesma coisa.

PERGUNTA – De que maneira a internet facilita ou dificulta a comunicação interna do CMI?

RESPOSTA – Facilita porque é instantâneo, porque onde você estiver no mundo pode manter contato, mas dificulta porque a gente usa muito lista de e-mails e às vezes, escrita, a palavra não é bem entendida. E aí algumas decisões que você tem que tomar rapidamente você demora muito tempo. Mas acho que é preciso se habituar, quem está acostumado a usar muita lista de e-mails, com dois, três meses, já se soluciona esse problema.

PERGUNTA – Você é familiar a alguém de um coletivo de outra cidade que você nunca tenha visto?

RESPOSTA – Que eu nunca vi? Agora não mais, mas já teve no começo gente com você tem afinidades e depois quando você conhece pessoalmente parece que conhece faz muito tempo.

PERGUNTA – Na sua opinião, o CMI faz jornalismo?

RESPOSTA – Faz. Porque ele tem o papel de pegar a informação e levar a informação direto pras pessoas, simplificando bem. Mas há muita discussão se a gente está reproduzindo ou não o papel do jornalista. Porque o que a gente tem aqui não são jornalistas nos modelos convencionais, aquele cara que sabe de tudo, mas ao mesmo tempo não sabe de nada. Aqui a gente tem maior envolvimento com a notícia, com o fato. A gente não está cobrindo e não tem nenhuma ligação com aquilo. A gente está lá dentro e leva isso às pessoas. Essa é a diferença, você poder ser mais parcial mesmo, até porque muito da imparcialidade que os jornalistas dizem ter eles não têm.

PERGUNTA – Por que o CMI tem a estrutura de uma coluna central com as notícias escritas pelos voluntários, uma coluna da direita, aberta, e uma seção de artigos escondidos?

RESPOSTA – O primeiro site do CMI já tinha essa estrutura com uma coluna do meio, uma da direita e uma da esquerda que é uma coisa fixa. Na verdade, tanto a coluna da direita quanto a central elas são abertas. Porque a coluna do centro, que é a editorial, ela é feita a partir da lista editorial, que é aberta para qualquer um ler, e as pessoas podem enviar sugestões. É lógico que vai passar por uma arrumadinha aqui e ali, mas entra. E a da direita é uma coisa que você publica na hora, é aberta mesmo.

PERGUNTA – Qual tua opinião em relação aos “arquivos escondidos”?

RESPOSTA – Os “arquivos escondidos” têm uma política bem transparente, está ali pra todo mundo ver, e eles são escondidos e não apagados. E aí você recebe um aviso que ele foi escondido por causa disso, disso e disso. Ou, foi escondido porque não condiz com nossa política editorial. Ele vai lá na política editorial e vê o porquê. Claro que tem muita gente que não entende.

**APÊNDICE C** – Guilherme Soares Gurgel do Amaral, do coletivo CMI São Paulo

Entrevista cedida no dia 26 de novembro de 2005

Nome usado no CMI: Verde

Idade: 23

Formação: economista

Profissão: economista

Há quanto tempo está no CMI: dois anos.

Como conheceu o grupo: através de pessoas em comum e de fóruns.

**PERGUNTA** – Qual sua opinião sobre o sistema político, econômico e cultural que o mundo vive hoje?

**RESPOSTA** – Bem, eu sou anticapitalista. O capitalismo é um sistema político criado pelo poder de uma classe econômica e hoje nós vivemos o reflexo de toda uma estrutura montada em cima do poder do capital que está nos prejudicando em todos os termos, fisicamente, socialmente, os conceitos, valores, espera, o meu celular está tocando (pausa). Eu não acredito em teoria da conspiração, que as coisas estão montadas e que existe o grande inimigo. Não, o inimigo somos nós mesmos, mas há uma estrutura que foi mecanicamente sendo criada, e essa estrutura precisa ser quebrada e só vai conseguir ser quebrada com a ruptura de todas as instituições.

**PERGUNTA** – Você é otimista em relação ao futuro?

**RESPOSTA** – Não muito. A longo-prazo não. A curto-prazo sou otimista em relação a pequenos avanços.

**PERGUNTA** – Na tua opinião, o que é realidade e o que é ficção nas representações que a grande mídia faz?

**RESPOSTA** – A realidade é que existe todo um consenso de valor social, entendido e respeitado por todos e que é muito difícil exigir das pessoas outra postura em relação a isso. A sociedade necessita de um certo funcionamento, é esse funcionamento que é vendido como realidade perfeita, e que é vendido pela mídia. Tudo que for contra isso estará destoando da realidade.

**PERGUNTA** – Quais os objetivos do CMI?

**RESPOSTA** – No meu ponto de vista o principal objetivo do CMI é criar uma sociedade de rede livre, com mobilidade de comunicação entre as pessoas que estão interessadas em construir algo diferente, criar essa troca de informações que é muito mais do que uma agência de notícias, muito mais do que se contrapor à mídia corporativa. É realmente criar um canal de comunicação livre e independente.

PERGUNTA – Como voluntário do CMI, você se sente parte de um grupo?

RESPOSTA – Às vezes sim, às vezes não. Existem diferentes maneiras de atuação. Eu publico muito no CMI como indivíduo, leio muito o CMI, uso muito o CMI, mas não sou muito de cobertura, não sei se concordo muito com isso. Estou na parte estrutural mesmo do coletivo, acho que é importante e alguém precisa fazer isso aí.

PERGUNTA – De que maneira a internet facilita ou dificulta a comunicação interna do CMI?

RESPOSTA – Ajuda no sentido de facilitar e agilizar as comunicações, mas acredito que a internet tem um papel meramente informacional, pra você entrar em fóruns... A construção na internet é muito difícil, muito complicado, as pessoas são muito complexas. Nós agora, por exemplo, tivemos um período muito ruim porque passamos até três meses sem reuniões. As reuniões foram praticamente abolidas e fica horrível trabalhar assim.

PERGUNTA – Quando vocês voltaram a se reunir?

RESPOSTA – Agora, setembro, outubro. Foi muito ruim, teve até um pouco de estresse, os e-mails passaram a ser agressivos, começou a ter brigas exatamente por essa falta de contato, de construção coletiva que é o que o contato cara a cara representa. A internet tem essa coisa de “olha, vai ter tal cobertura, eu tou indo nela”, aí outra pessoa escreve “tô indo com você”, e é uma coisa que deixa de ser uma construção coletiva, de fazer projetos. Ficamos três meses sem projetos, os que tinham deram errado.

PERGUNTA – Você é familiar a alguém de um coletivo de outra cidade que você nunca tenha visto?

RESPOSTA – Tem muita gente que eu conheço só pela internet, tem vários.

PERGUNTA – O CMI faz jornalismo?

RESPOSTA – Na minha opinião não. O CMI é um coletivo ativista, anarquista, que luta pela construção de um mundo diferente. A ideia do CMI não é essa. A ideia é fórum de discussão e produção de conteúdo independente e alternativo num espaço.

PERGUNTA – Por que o CMI tem a estrutura de uma coluna central com as notícias escritas pelos voluntários, uma coluna da direita, aberta, e uma seção de “artigos escondidos”?

RESPOSTA – A coluna do meio são matérias mais completas, que exige um comprometimento maior, de mais pessoas, de produzir uma informação completa e que transmita realmente aquela informação, de dizer que está acontecendo isso, isso e isso. Algumas coisas da coluna da direita acabam como editorial. Na coluna da direita a ideia é publicar informes, e não uma matéria completa. Acho que é bem saudável essa discussão. Normalmente o central deveria ser um apanhado de

histórias e informações publicadas por diversas pessoas, com diversos pontos de vista e que estivessem em situações diferentes.

PERGUNTA – Quanto aos “artigos escondidos”?

RESPOSTA – Infelizmente temos uma política editorial em que os “artigos escondidos” são aqueles que não condizem com a política editorial. Porque muita gente tenta sabotar o CMI, ou usa o CMI de uma forma errada. Mas tem alguns CMIs no mundo que não usam “artigos escondidos”. Só que o número de pessoas que entram no site e a diversidade de opiniões... Acho super útil, uma maneira de controle mesmo do coletivo editorial, que é necessária.

**APÊNDICE D** – Pablo Ortellado, do coletivo CMI São Paulo

Entrevista cedida no dia 23 de janeiro de 2006

Nome usado no CMI: Pablo Ortellado

Idade: 32

Formação: filosofia

Profissão: professor

Há quanto tempo no CMI: cinco anos.

Como conheceu o grupo: a partir do movimento antiglobalização do qual ele fazia parte.

**PERGUNTA** – Qual sua opinião sobre o sistema político, econômico e cultural que o mundo vive hoje?

**RESPOSTA** – Posso citar umas ideias do movimento antiglobalização. Nosso entendimento hoje, da geração que participou ativamente do movimento antiglobalização, é de que a geração dos anos 70 dividiu os movimentos, e que a nossa plataforma é tentar fazer uma convergência de todos os problemas e fazer uma crítica global de tudo isso tinha uma espécie de síntese do que a gente vivia e que a gente chamava de capitalismo. E anticapitalismo era fazer o avesso disso, ou seja, ser antimachista, pelo direito da diversidade sexual, contra a exploração do trabalho, contra todas essas coisas ao mesmo tempo. Era uma forma negativa de ação que estava presente na cultura, ou seja, era comum que os militantes fossem ao mesmo tempo essas coisas, mas em termos práticos essas coisas em caminhos separados. E o nosso programa era de fazer a convergência prática disso. Quando houve o processo de globalização, houve concentração de uma série de poderes como os organismos multilaterais tipo o Banco Mundial, a OMC, G8, usamos isso de símbolo contra o qual a gente se uniria. Tanto é que no final dos anos 90 quando o movimento estourou, em 98, muita gente perguntava “o que é que querem essas pessoas?”, pois uns tão lá com a bandeira em defesa das baleias do Atlântico Norte, outros estão lutando por medicamentos contra a Aids. E eles não entendiam que era tudo isso, era exatamente tudo isso porque o processo de desregulamentação econômica promovida por essas organizações estavam afetando o meio-ambiente, as mulheres, os homossexuais. Isso serviu de plataforma prática para a gente fazer a convergência das lutas.

**PERGUNTA** – Você é otimista em relação ao futuro?

**RESPOSTAS** – Não.

**PERGUNTA** – Na tua opinião, o que é realidade e o que é ficção nas representações que a grande mídia faz do cotidiano?

RESPOSTA – Eu não sou daqueles que acha que a grande mídia mente. Não acho. Aliás, todo conhecimento que eu tenho prático e teórico da grande mídia, não acho que ela mente. O que ela faz é dar uma versão dos fatos e se calar sobre coisas. Ok, não é que ela não mente, ela mente, mas não é frequente. Não tem essa que o jornal é repleto de mentira. Ele não é repleto de mentira, ele é repleto de uma determinada versão dos fatos e uma série de silêncios.

PERGUNTA – Quais os maiores objetivos do CMI?

RESPOSTAS – Acho que pra mim o CMI não é um modelo de jornalismo, é uma espécie de laboratório de comunicação, a gente não faz jornalismo, a gente faz na verdade antijornalismo. Porque todo projeto do CMI consiste em suprimir a mediação. Quando o CMI foi criado ele foi criado como um ponto de intercâmbio entre diversos grupos de mídia que eram jornalistas alternativos que queriam trocar matéria e materiais diversos, inclusive multimídia. Quando o site do CMI surgiu no ar, isso tem a ver com o fato deles terem usado esse outro programa que tinha vindo da Austrália, que era de publicação aberta, o programa da Austrália era de publicação aberta, o programa do CMI não era. Quando se resolveu usar o Active de base se deixou o CMI aberto. Sem que se fizesse muita propaganda de que era um site de publicação aberta, todos os manifestantes se apropriaram do CMI. Foi um movimento espontâneo das pessoas que participavam do nascente movimento antiglobalização, de que nós não precisamos que os jornalistas, mesmo os jornalistas alternativos, contem a história por nós. As pessoas chegavam lá, subiam, falavam o que acontecia na manifestação, faziam entrevistas, tiravam fotos e o projeto CMI nasceu dessa apropriação espontânea das pessoas, suprimindo e dispensando a mediação do jornalista. A primeira característica fundamental do CMI que se tornou objetivo era, portanto, suprimir a mediação. De ser um laboratório para que as pessoas possam efetivamente produzir a própria mídia. O segundo objetivo é tornar transparente o processo editorial. Isso é uma coisa que eu acho que poucas pessoas no CMI dão o devido valor e existe muita resistência ainda no CMI em implantação prática disso. Quando eu vejo um jornal, ele tem uma hierarquização do mundo. Quem construiu aquela manchete? Quem decidiu que o acordo com a China é a coisa mais importante e que o Movimento dos Sem-Teto deve ficar no caderno 3, na página 5? Isso é uma hierarquização dos fatos. Sem contar dos silêncios. Desses nem se fala. Tudo isso num jornal é completamente não-transparente. Ele apresenta aquilo como se fosse absolutamente natural ter as coisas mais importantes e as coisas secundárias. O fato da lista editorial do CMI ser aberta é uma tentativa deliberada de tornar o processo editorial do CMI transparente. E eu acho que ele é pouco transparente, deveria ter link na página diretamente pros arquivos da lista editorial, de forma que o leitor saiba porque é que a gente subiu um editorial sobre aquele tema. Se subiu com aquele tema qual foi o debate que levou, porque ficou com aquela linguagem e não com outra? Os debates são enormes. Então pra mim os objetivos são interferir nessa mediação do jornalista e, sem segundo lugar o fato do processo editorial ser transparente e, em terceiro lugar, é o fato do CMI fazer um jornalismo não com publicação aberta porque isso não é novidade na internet, nunca foi e hoje muito menos com blogs, mas é o fato de fazer jornalismo do ponto de vista editorial baseado em publicação aberta. Então o coletivo de São Paulo sobe uma matéria na coluna da direita e a gente faz um processo editorial pelo qual a gente checa a fonte, reescreve, faz uma espécie de leadzinho. Nossos editoriais são leads. A gente sobe então aquele editorial, que é uma versão mais ou menos sintética

daquela informação verificada, a gente verifica se aquilo não é um embuste, e a gente linka pra uma série de informações postadas idealmente numa maneira espontânea pelas pessoas. São esses pra mim os três objetivos que o CMI se propõe e que eu acho que ele realiza hoje. Mas isso tudo tava dado em 1999, e o CMI não se renovou. Essa é minha avaliação. Ele parou aí. E não é só que os blogs atropelaram a gente, o wikipedia atropelou a gente, é porque a gente nunca mais inovou depois disso.

PERGUNTA – Quais seriam suas principais críticas hoje ao CMI?

RESPOSTA – Acho que a principal crítica é que ele não inovou. Eu te contava que houve em 2001 um debate sobre votação dos editoriais. Eu particularmente sempre fui contra isso, mas era uma inovação de que a coluna do meio fosse atualizada a partir da votação dos leitores. Isso seria uma inovação. O CMI Itália testou isso em 2001, 2002 e depois abandonou esse projeto. Que eu saiba esse foi o único CMI grande que tentou de fato fazer isso. Houve uma conversa, lá pelo ano de 2003 da gente fazer o que o Wikipedia faz hoje, uma edição aberta. Confesso que na época, eu fui contra isso, mas vendo a experiência do Wikipedia, acho que estava completamente errado. O Wikipedia mostra que a edição aberta tende a fazer com que a construção da notícia seja mais equilibrada, acho muito interessante. Ela impede qualquer tipo de vieses muito demarcado, você tende a fazer uma coisa realmente de espírito enciclopédico. Você pode por pontos de vistas polêmicos, dizendo que eles são polêmicos, que é o ideal. Sempre foi o ideal do CMI do ponto de vista de teoria jornalística. A gente não é isento, como os outros órgãos de comunicação, com a diferença que a gente diz que não é isento. Você vai ler uma matéria do MST, está escrito que é o MST. Você vai ler uma matéria do Estado e da Folha é o ponto de vista da classe dominante, só que está escrito lá como se fosse de rabo preso com o leitor ou com uma leitura objetiva, imparcial, que não é. Acho que a gente devia ter buscado outros tipos de inovação. Um deles, que eu me arrependo particularmente, é a ideia da edição aberta, porque a gente foi atropelado, com razão, pelo Wikipedia.

PERGUNTA – Como voluntário do CMI você se sente parte de um grupo?

RESPOSTA – Claro, muitíssimo.

PERGUNTA – Você é familiar a alguém do CMI apenas a partir da internet?

RESPOSTA – Nossa, um monte, dezenas de pessoas.

PERGUNTA – De que maneira a internet facilita ou dificulta a produção do CMI?

RESPOSTA – O CMI seria impossível sem internet. Ser você pegar os modelos de comunicação alternativa...como é que a gente ia fazer o CMI antes da internet, impresso? O CMI tem 20 mil leitores por dia. Como a gente vai imprimir 20 mil? A ideia do CMI de trabalho exclusivamente voluntário, que não é uma causalidade, é um ponto fundador do CMI, a ideia de que qualquer um pode fazer, ela seria impensável se o CMI tivesse que imprimir, e toda uma cadeia que isso gera, do ponto de vista que a gente que formar uma redação, a redação tem que ser

periódica. Não é possível conceber um projeto como esse se ele fosse impresso. Ou se ele fosse um projeto de rádio, a gente não ia conseguir fazer. O fato de ser na internet permite que a gente faça de casa, nas horas vagas. Ele é completamente vinculado à internet.

PERGUNTA – As pessoas que participam do CMI como voluntárias costumam fazer parte de movimentos sociais paralelamente à atuação no CMI?

RESPOSTA – Te respondo já a essa pergunta, me lembrei de uma outra coisa que tem a ver com a internet. Quando a gente começou o CMI na América Latina, fizemos uma grande reunião com os CMIs latinos. Uma das coisas muito recorrente era o fato da internet ser uma coisa extremamente elitista na América Latina. Os CMIs da América Latina têm isso muito mais desenvolvido que os CMIs do norte no sentido, Europa, Estados Unidos e Canadá. É o fato de que a gente faz um esforço real pra sair da internet. Então, o CMI é uma espécie de convergência de meios tradicionais. A gente tem o CMI na Rua, que é o impresso, temos o CMI no Ar que é o programa de rádio, temos os vídeos também. O site é uma espécie de convergência das notícias a partir da onde a gente elabora vários meios tradicionais pra atingir pessoas que não têm acesso à internet.

PERGUNTA – Voltando agora à questão das pessoas que fazem parte de movimentos...

RESPOSTA – Hoje, um monte de gente. Talvez a maioria não participa de movimentos. Cada cidade é um caso, mas em São Paulo, talvez metade do coletivo não participe. No começo, como o CMI era muito ligado com o movimento antiglobalização, todo mundo participava dos movimentos antiglobalização. E aí tinha umas pessoas que vinham do movimento gay, do movimento feminista, isso eu tou falando em São Paulo. Hoje nós temos umas pessoas que trabalham com o Movimento dos Sem Teto, um monte de gente ligada ao Passe Livre, ao movimento estudantil, desse sempre tem bastante gente. Mas tem um tanto de gente, não sei te precisar, mas talvez metade não participa de nada, participa apenas do CMI. O CMI ganhou uma espécie de vida própria que não tinha.

PERGUNTA – Essa quebra da mediação a que se propõe o CMI está conectada com uma atitude punk?

RESPOSTA – Total. Não é à toa que um monte de ex-punks são do CMI.

**APÊNDICE E** – Paulo Henrique da Silva Santarém, do coletivo CMI Brasília

Entrevista cedida no dia 25 de janeiro de 2006

Nome usado no CMI: Paíque

Idade: 20

Formação: estudante de antropologia

Profissão: estudante

Há quanto tempo no CMI: três anos

Como conheceu o grupo: navegando na internet.

PERGUNTA – Qual sua opinião sobre o sistema político, econômico e cultural que o mundo vive hoje?

RESPOSTA – Eu sou anticapitalista. E aí a perspectiva anticapitalista que a gente desenvolve é ampla e diversa, não é só economicista. É uma perspectiva que pensa em trabalhar os três aspectos de organização social do bloco histórico: economia, cultura e sociedade.

PERGUNTA – E de que maneira vocês trabalham isso?

RESPOSTA – Aí já é o CMI.

PERGUNTA – Você é otimista em relação ao futuro?

RESPOSTA – Não tenho muito essa perspectiva de ser ou não ser otimista. Eu tenho objetivo e procuro construir a possibilidade de ter um futuro otimista, e não de ficar esperando. O otimismo te distancia da realidade. Estamos construindo um futuro ótimo, agora se vamos ser vitoriosos, cabe à história, não cabe à gente.

PERGUNTA – Na tua opinião, quais os maiores objetivos do CMI?

RESPOSTA – Pra mim o CMI serve principalmente para fazer o diálogo dentro dos movimentos sociais, dentro dessa nova perspectiva de esquerda, onde o cidadão não precisa de um instrumento coordenador central pra fazer com que os movimentos dialoguem, mas sim de um espaço onde eles dialoguem e o CMI faz isso e, ao mesmo tempo, possibilitar as discussões dos movimentos sociais desde a base. As discussões da esquerda etc. Isso em face da livre expressão, trazendo uma nova perspectiva de mídia e sociedade, de organização social baseada na ação direta midiática.

PERGUNTA – O que seria uma ação direta?

RESPOSTA – Ação direta é uma intervenção na realidade sem mediação do Estado e do capital.

PERGUNTA – Como voluntário do CMI você se sente parte de um grupo?

RESPOSTA – Eu sou de um coletivo, um coletivo que tem reuniões, tem organicidade, que faz as coisas. Nesse sentido, eu sou de um grupo. Nacionalmente nós temos um cotidiano de trabalho, de aprovar editorial, de subir editorial pro site, de esconder matéria, de ler as matérias do site, de fazer avaliações.

PERGUNTA – Mas fora do trabalho do CMI, as pessoas que são, por exemplo, voluntárias do CMI de Brasília se encontram fora das reuniões do CMI?

RESPOSTA – É. Algumas sim, outras não.

PERGUNTA – De que maneira a internet facilita ou dificulta a produção do CMI?

RESPOSTA – Bem, ela facilita na questão de que não tem ferramenta que possibilite um diálogo mais rápido entre pessoas que estão tão distantes. Mas tem uma série de dificuldades, a falta de contato visual, da diferença semiótica, digamos, de não ter esse diálogo. Então, facilita bastante, mas tem uma série de dificuldades que são provenientes do meio.

PERGUNTA – Você é familiar a alguém do CMI apenas a partir da internet?

RESPOSTA – Já fui de muitos, mas hoje em dia acho que boa parte dos que eu conversei mais eu já conheci. Mas já conheci muita gente antes pela internet.

PERGUNTA – Você se considera um ativista e, na sua concepção, o que é um ativista?

RESPOSTA – É...um ativista barra militante. A terminologia ativista veio aí pra negar essa fala da esquerda da militância. Mas ela tem uma série de problemas também.

PERGUNTA – Qual seria a diferença entre ativista e militante?

RESPOSTA – Aí depende da tradição. Mas, falando sinteticamente e situando historicamente, o militante na verdade é militante só quando ele está exercendo a atividade. Um militante de uma organização...tem aquela questão tradicional, tipo o cara era o mais revolucionário dentro do partido, mas em casa era o que mais batia na mulher, em uma posição machista e patriarcal. A discussão do ativista é essa: você deixa de ser orgânico a um grupo, mas você é ativista na vida. Você vive essa atividade.

PERGUNTA – Você então levaria essa organicidade pra sua vida?

RESPOSTA – Isso. Só que o problema é que isso gera uma perspectiva muito individualista, do estilo de vida. E isso não é um estilo de vida. É uma necessidade material que interfere nos seus valores. Nesse sentido, nós transitamos entre esses dois espaços, nós somos militantes e ativistas.

PERGUNTA – Você acha que o CMI faz jornalismo?

RESPOSTA – Também. Mas em outro paradigma. É uma outra estrutura de jornalismo.

PERGUNTA – Que estrutura seria essa?

RESPOSTA – É uma estrutura de ação direta no jornalismo, uma estrutura onde sua vida, sua mensagem não é mediada pelo jornalista, ela é mediada por você. Nós temos poucas pessoas que falam sobre a realidade. Nós temos muitas pessoas falando sobre o mesmo fato. É outra estrutura. Não é que qualitativamente nós somos melhor que mídia burguesa, não é isso. Acho que também somos, mas nós temos uma outra perspectiva, que é a que diferentes pessoas falem sobre suas diferentes visões sobre os fatos, com parcialidade declarada. Que é o que a mídia não faz. Ela se declara imparcial, mas ela é parcial.

PERGUNTA – Qual tua opinião em relação aos artigos escondidos?

RESPOSTA – Minha opinião é de que ela é interessante dentro da ideia da parcialidade declarada. O que nós não gostamos todo mundo sabe. O que é melhor que isso? Porque a mídia te invisibiliza, a mídia te joga no silêncio. O que nós não gostamos está lá pra todo mundo ver. Nós temos um espaço ilimitado no site e podemos jogar pra lá aquilo que nós não gostamos. Todo mundo pode ver. Quem reclama dos artigos escondidos é quem esconde de verdade. O nome escondido eu acho equivocado porque nós não escondemos, só colocamos em outro local.

PERGUNTA – Quais seriam hoje os principais elogios e críticas que você pode fazer ao CMI?

RESPOSTA – Vou falar só do CMI Brasil que, num custo inferior de tempo construiu uma outra perspectiva de organização midiática. Acho que a principal crítica está nessa questão entre o ativismo e a militância. Nós somos orgânicos à luta de classes ou estamos fazendo um trabalho diferente pra onde isso vá correr?

## ANEXOS – FIGURAS

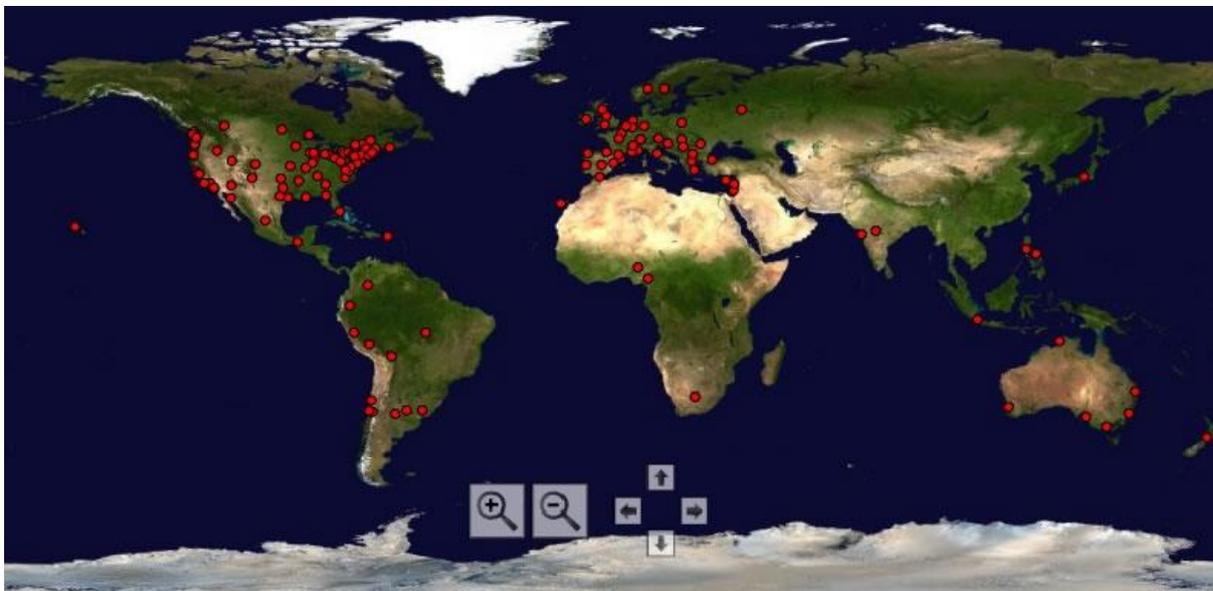


Figura. 1 – Mapa de Centros Indymedia  
Fonte: [www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)



Figura 2 – Ônibus pichado em Recife  
Fonte: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)



Figura 3 – Raging Grannies  
 Fonte: [www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)



Figura4 – Independent Media Center  
 Fonte: [www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)



Figura 5 – Formatação do site CMI – Brasil  
Fonte: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)

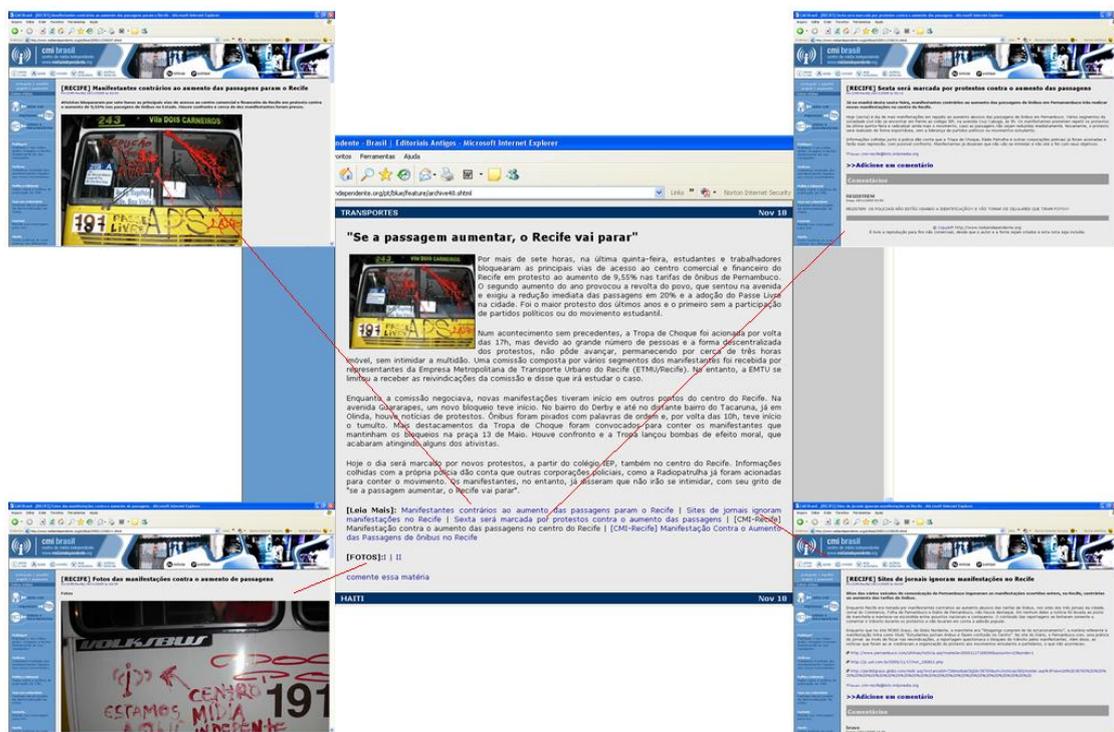


Figura 6 – exemplos de textos editoriais seguidos de imagens e links  
Fonte: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)

TRANSPORTE PÚBLICO Nov 25

## Aumento de tarifas no Recife é suspenso



O Juiz 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, José Viana Ulisses Filho, deu parecer favorável, na tarde desta quinta-feira (24), ao pedido de anulação do aumento de 9,55% nas tarifas de ônibus no Recife. O pedido partiu de dois promotores de Defesa do Consumidor do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Eles alegaram na quarta-feira (23) que o aumento não foi autorizado pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE), como pede a Lei, e que o reajuste é maior do que os índices de inflação registrados nos últimos doze meses. O MPPE pediu ainda que se o reajuste for mantido seja de 2,18%, mesmo valor da inflação segundo o Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGPDI). A suspensão só entra em vigor quando a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU) e o Governo do Estado receberem a notificação da Justiça. Os dois ainda podem recorrer da decisão.

Na tarde da quarta-feira (23), cerca de três mil pessoas aderiram a mais um protesto, que passou pelas principais avenidas do centro de Recife. O clima foi tenso pela manhã na praça do Diário, concentração do movimento: um carro de som foi apreendido e a ordem era para que os manifestantes não saíssem em passeata. Somente com a chegada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é que a mobilização foi liberada e os carros de som devolvidos. No fim, um manifestante fantasiado de Jesus Cristo afirmou que o movimento pacífico de ontem aconteceu graças às pedras que foram jogadas nos ônibus na quinta e sexta-feira da semana passada.

Ainda na tarde de quarta, o Governo do Estado resolveu ceder e pediu que o Conselho Municipal de Transporte Urbano (CMTU) se reunisse em caráter de urgência para reavaliar o aumento de 9,55% nas passagens, o segundo em apenas um ano. Em paralelo, o comando da Tropa de Choque recebeu ordens de não coibir mais manifestações pacíficas, após uma semana de dura repressão. O anúncio foi feito após uma reunião entre Gouveia e representantes do movimento que alfinetaram a situação.

- Revolucionária  
02-12-2005 16:17
- ↳ Fórum do Anarquismo Organizado - Carta de Intenções  
02-12-2005 16:02
- ↳ NÃO Á EXTRADIÇÃO.PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DE OLIVÉRIO MEDINA  
02-12-2005 15:36
- ↳ Índios continuam bloqueando estrada de ferro Vitoria-Minas  
02-12-2005 15:27
- ↳ Carta ao Congresso da UBES  
02-12-2005 15:23
- ↳ el poder judicial apesta (o "esta tarde, en montevideo, tod@s por l@s 4")  
02-12-2005 15:15
- ↳ A predominância dos interesses do capital financeiro internacional no apoio ao g  
02-12-2005 15:06
- ↳ Quando o amarelo e o vermelho se encontram  
02-12-2005 14:16

Internet

Figura7 – modelo de publicação

Fonte: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)

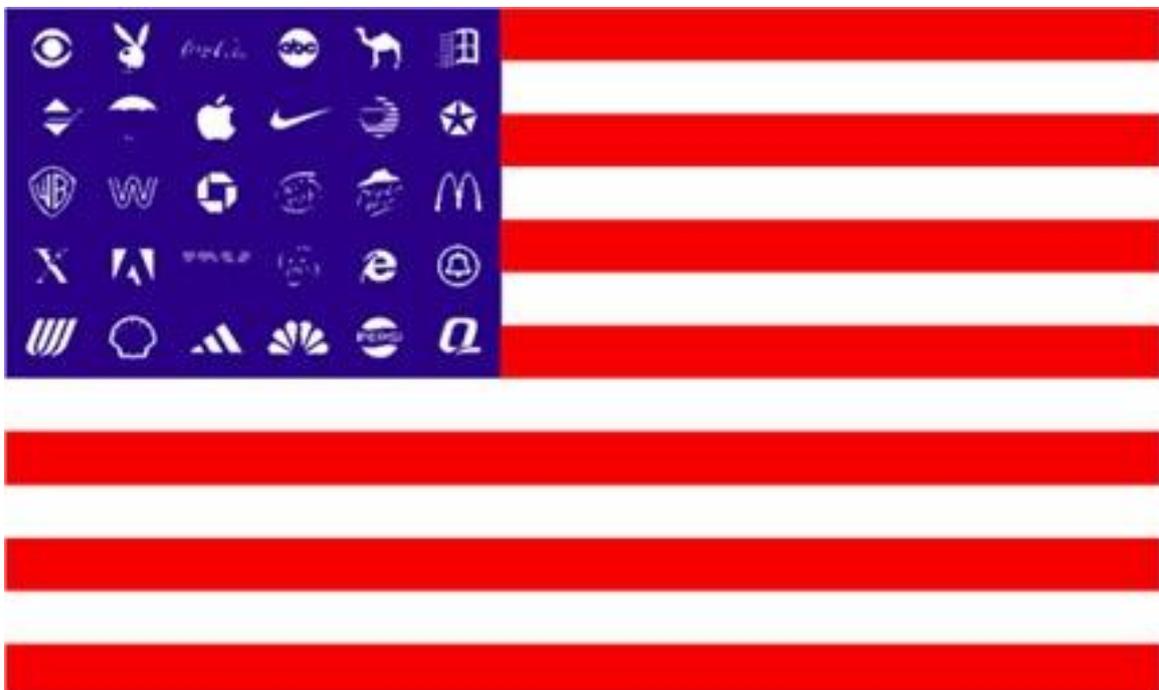


Figura 8 - Bandeira norte-americana com símbolos de várias marcas.

Fonte: [www.indymedia.org](http://www.indymedia.org)